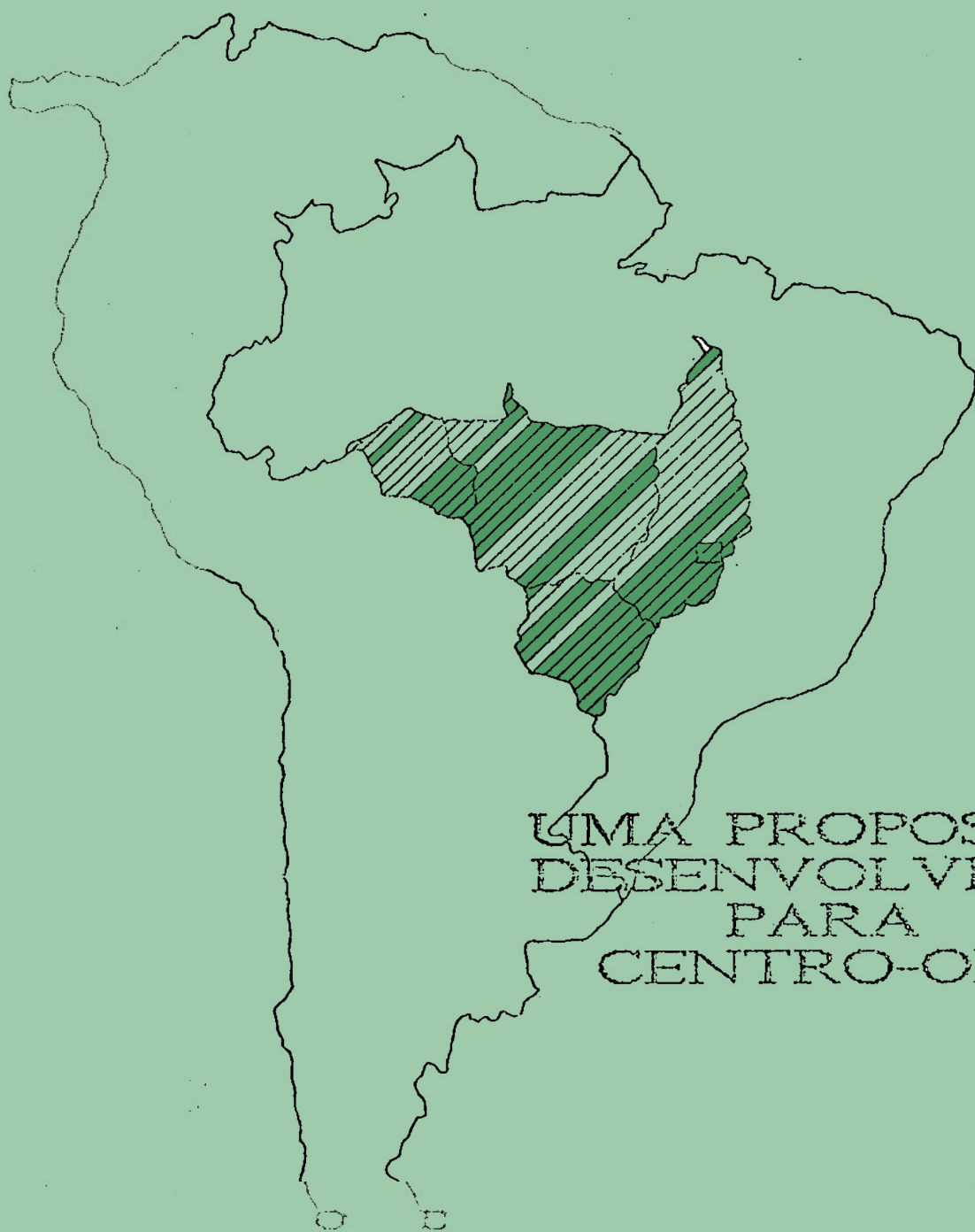


# ILPES

# CENDEC



UMA PROPOSTA DE  
DESENVOLVIMENTO  
PARA O  
CENTRO-OESTE

ILPES

CENDEC



UMA PROPOSTA DE  
DESENVOLVIMENTO  
PARA O  
CENTRO-OESTE

CURSO LATINOAMERICANO DE PLANEJAMENTO  
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
BRASILIA MAIO-JULHO - 1988





## DADOS BÁSICOS REGIONAIS

Localiza-se na parte central do país, abrangendo 2.122.400 Km<sup>2</sup> de área ou seja, 25% da área total do Brasil. Compõe-se dos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, perfazendo uma população de mais de oito milhões de habitantes (Censo Demográfico de 1980) e estimada em torno de dez milhões de habitantes em 1985, • que significa 6,7% da população do Brasil, da qual 2.8 milhões constituem a população economicamente ativa.

## INDICE

### APRESENTAÇÃO

### MARCO METODOLÓGICO

I - UMA ECONOMIA EM PROCESSO DE EXPANSÃO .....	1
1. A Economia Brasileira no Contexto Mundial.....	1
1.1. Industrialização da Economia - 1955/60.....	1
1.2. Reorganização da Economia: Período 1964/67.....	2
1.3. Expansão e Modernização: Período 1967/73.....	2
1.4. Ajustamento e Verticalização: Período 1974/78.....	2
1.5. Administração dos Choques Externos: Período: 1979/84.....	4
1.6. As Tentativas Heterodoxas: Período: 1985/87.....	5
1.7. Situação Atual.....	6
1.8. Perspectivas a Médio Prazo.....	7
2. A Região Centro-Oeste: Caracterização - Sócio-Econômica.....	10
2.1. Aspectos Gerais.....	10
2.2. Características da Expansão Regional.....	10
2.3. Estrutura Econômica do Centro-Oeste.....	12
2.4. Dinâmica Econômica Regional.....	15
2.5. Estrutura Social e de Serviços Básicos.....	16
2.6. Representação Regional e a Questão Rural... ..	19
3. Estrutura Territorial Regional.....	21
3.1. Processo de Ocupação do Centro-Oeste.....	21
3.2. Demografia.....	23
3.3. Urbanização.....	30
3.4. Hierarquização dos Centros Urbanos como Localidades Centrais e suas Áreas de Influência.....	32
3.5. Estrutura Econômica Intrarregional.....	38
3.6. Tendências Espaciais nos Espaços Polarizados.....	40
II - CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	53
1. Transportes.....	53
1.1. Transporte no Brasil.....	53
1.2. Transporte no Centro-Oeste.....	53

2. Energia.....	58
2.1. Caracterização.....	58
2.2. Produção.....	59
2.3. Potencialidades.....	60
2.4. Consumo.....	62
III - EVOLUÇÃO RECENTE DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	66
1. Agropecuárias e Florestais.....	66
1.1. O Processo de Modernização do Setor Agropecuário - Características Gerais....	66
1.2. As Sub-regiões.....	67
1.3. Ocupação dos Solos e Níveis de Produção.....	69
1.4. Produção Florestal, Madeira, Carvão e Lenha.....	75
1.5. Pecuária - Efetivo Bovino e Pastagem.....	78
1.6. A Modernização Agropecuária e suas Implicações.....	81
1.7. Estrutura Fundiária na Região Centro- Oeste.....	94
2. Industriais.....	104
2.1. Situação Atual.....	104
2.2. Ramos da Indústria.....	105
2.3. Tendências Prováveis.....	108
2.4. Objetivos Específicos do Setor e sua Vinculação com os Objetivos Globais.....	108
3. Minerais.....	110
3.1. Situação Atual.....	110
3.2. Tendências Prováveis.....	113
3.3. Problemas que Limitam a Expansão do Setor.....	114
3.4. Objetivos Específicos do Setor e sua Vinculação com os Objetivos Globais.....	115
IV - PROBLEMAS SOCIAIS PRINCIPAIS.....	116
1. Habitação e Saneamento Básico.....	116
1.1. Habitação.....	116
1.2. Saneamento Básico.....	117
2. Saúde e Nutrição.....	119
2.1. Introdução.....	119
2.2. Indicadores Globais.....	119
2.3. Indicadores Específicos.....	121
2.4. Indicadores Relacionados às Atividades de Saúde.....	122

2.5. Nutrição.....	124
3. Educação.....	132
<b>V - PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE...</b>	<b>136</b>
<b>VI - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....</b>	<b>144</b>
1. Parâmetros de Configuração de uma Imagem-Objetivo.....	144
2. Objetivos.....	147
2.1. Gerais e Específicos.....	147
<b>VII - BASES PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO....</b>	<b>149</b>
1. Política de Organização Territorial.....	149
1.1. Introdução.....	149
1.2. Política Territorial.....	150
1.3. Categorias da Política Territorial.....	151
1.4. Instrumentos de Política Territorial....	152
1.5. Aplicação.....	152
2. Aspectos Sociais e Institucionais.....	156
2.1. Introdução.....	156
2.2. Características Gerais do Modelo Atual de Desenvolvimento do Centro-Oeste.....	156
2.3. Um Modelo de Indústria Social.....	158
2.4. Organização da Sociedade Regional.....	159
2.5. Organização Institucional.....	160
3. Políticas Econômicas.....	162
3.1. Introdução.....	162
3.2. Políticas Nacionais.....	162
3.3. Políticas Regionais.....	164
3.4. Políticas Micro-econômicas.....	168
4. Orientações Programáticas.....	171

XI CURSO LATINO-AMERICANO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
Brasília, 16 de maio a 22 de julho de 1988

PARTICIPANTES :

01. ALDO ASSUNÇÃO DA CUNHA
02. ANTONIO ABUTAKKA
03. ANTONIO FELINTO NETO
04. CLEBER SADALLA ARAUJO
05. DENISE PRUDENTE DE FONTES SILVEIRA .
06. ENEIDA BUENO BENEVIDES
07. FERNANDO LUIZ DA FONSECA RAMOS
08. FRANCISCO JAVIER DAZA-TOVAR
09. GABRIEL EDUARDO CASAUVERDE ZAPATA
10. GILVANETE FERREIRA CABRAL
11. IMIS ROSA UCHOA CORREIA
12. IZABEL DE SOUZA LEÃO VEIGA
13. JUAREZ SOARES LOPES
14. JURANI ARANTES MACHADO
15. LENECEI ELAINE DE OLIVEIRA LEHUGEUR
16. LUIS FERNANDO CORNEJO GUTIERREZ-BALLÓN
17. MARIA DEL CARMEN ALVEAR BARZALLO
18. MONICA ISABEL REGOLINI DE IVARS
19. OLGA CRISTINA LOPEZ DE IBANEZ-NOVIÓN
20. OMAIRA FLORES JIMENEZ
21. PATRICIO ALVEAR BASTIDAS
22. RAUL GUTIERREZ GANTIER
23. RICARDO F. GOMEZ CARRASCO
24. ROBERTO ALFOHSSO PAULLIER FERBER
25. RONALDO RAMOS VASCONCELLOS
26. SONIA REGINA ALZUGUIR MONTIJO
27. VALTER CHAVES COSTA
28. VICENTE ROQUE VEDANA
29. YOLANDA MARIN VALENCIA
30. WILSON TORRES FILHO
31. ZAIDA BUENO BENEVIDES

COORDENADOR      Prof. ESTEBAN SOMS

1.1  
6

**"Se a planificação não existisse,  
a lógica dos tempos demandaria  
sua invenção"**

Anônimo

O trabalho que hoje apresentamos é consequência do compromisso firmado pelo grupo de participantes do Décimo Primeiro Curso de Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Regional. É o resultado de um exercício coletivo com características acadêmicas, onde - no espaço de dez semanas recebeu-se, aplicou-se e confrontou-se as aulas com retroalimentação para o trabalho prático que, em todos os momentos, se enriqueceu com debates, criatividade e intercâmbio de experiências de cada um dentro de seus enfoques e profissões, levando-nos algumas vezes ao consenso e outras à cordial divergência de opiniões, estando algumas destas no documento final, refletindo assim o esforço realizado pelo grupo.

Não resta dúvida que investigar uma região como o Centro-Oeste, com enorme dinamismo demográfico, como demonstra o fluxo migratório entre 1970 e 1980 que superou um milhão de pessoas; com um alto crescimento no setor produtivo básico; com pouca informação atualizada disponível e, particularmente, com forças políticas, econômicas e sociais ainda em processo de formação e consolidação, buscando novos horizontes de desenvolvimento regional compatível com as políticas nacionais, não foi nada fácil. Portanto, o trabalho se apoiou nos dados, estudos e pesquisas disponíveis nas distintas entidades e agências tanto governamentais como privadas e nas visitas de campo, consolidando-se, assim, o conhecimento global da região.

De acordo com as teorias modernas de planejamento regional, o trabalho não pretende ser um "documento normativo", mas o produto de um exercício com característica de um instrumento básico de negociação regional, colocada dentro do campo realista das políticas econômicas e sociais nacionais, dando-se especial atenção não só à alocação de recursos para investimento como também à informação referente ao entorno paramétrico regional, incorporando-a à análise e discussão. Talvez pela pouca disponibilidade de tempo, não encontramos claramente identificado o ator e agente social regional que nos fornecesse sua visão através da informação e opinião política, complemento básico das análises anteriores. Entretanto, se pode deduzir que a região necessita de uma verdadeira "organização social homogênea", colocando-nos diante de um conjunto de sub-regiões com condições naturais, sociais e econômicas comuns.

O trabalho é constituído por sete capítulos, contendo:

- A situação da economia brasileira, a caracterização sócio-econômica da Região, a análise de sua estrutura territorial, o estudo do transporte e da energia como limitantes dos setores produtivos regionais e a avaliação dos problemas sociais e seus impactos.

A partir destas informações, elaborou-se o diagnóstico global do Centro-Oeste, com base no método de análise estrutural-diferencial, e os diagnósticos setoriais, aí incluídos todos os fatores condicionantes de seu desenvolvimento.

Como segmento natural, foram tratados os aspectos referentes às perspectivas para a Região e à imagem-objetivo esperada.

A seguir, são apresentados os objetivos, as políticas sociais, institucionais e econômicas, finalizando com algumas orientações programáticas para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Agradecemos a todas as entidades e funcionários que tornaram possível este esforço de equipe de "profissionais sonhadores" com o planejamento que quiseram deixar neste trabalho sua contribuição para que, rapidamente, a Região Centro-Oeste obtenha o desenvolvimento que todos os brasileiros aspiram.

Grupo Curso XI Latinoamericano de Planejamento para o  
Desenvolvimento Regional.

Brasília, Julho/88



## MARCO METODOLÓGICO

O trabalho prático realizado coletivamente pelos alunos do XI Curso teve, entre outros, os seguintes objetivos pedagógicos:

a) Retroalimentar o processo de ensino-aprendizagem discutindo e analisando problemas econômicos e sociais da região em estudo Centro-Oeste -, utilizando para isto técnicas de dinâmica de grupos;

b) estimular a criatividade, promovendo o intercâmbio de idéias, tanto no que se refere às diferentes concepções teóricas e posições ideológicas dos participantes, como aos respectivos enfoques e disciplinas profissionais;

c) desenvolver a capacidade de síntese, buscando explicações simples de problemas complexos, identificando um conjunto coerente de objetivos e propondo linhas de ação específicas com repercussões múltiplas sobre a realidade;

d) simular as condições em que se costuma envolver um planejador regional como integrante de uma equipe multiprofissional, seguindo a sequência normal do processo de planejamento em um ambiente de cooperação e crítica construtiva.

O trabalho que ora se apresenta, tem limitações de ordem teórica e de tempo para sua elaboração. Contribuiu ainda para essas referidas limitações a falta de conhecimento inicial da região pela maioria dos participantes, a ausência de dados e estudos atualizados em escala regional e supra regional e a complexa realidade da região com a crescente reestruturação econômica e social e a grande extensão territorial.

É verdadeiramente importante, sem dúvida, haver conseguido produzir, em pouco tempo e como resultado de um sustentado esforço coletivo, um conjunto significativo de contribuições e idéias, algumas das quais podendo, eventualmente, ser o começo de investigações mais específicas pós-curso.

A sequência geral do exercício pode-se resumir em três etapas. A primeira de busca de informações básicas, conhecimento da região e confrontação dos resultados preliminares da investigação. A segunda de aplicação de métodos e técnicas quantitativas de diagnóstico. A terceira e última, de planejamento propriamente dito, iniciada com uma série de visitas de campo, integração do diagnóstico global e setorial até a definição de objetivos e estratégias de desenvolvimento regional.

A dinâmica interna do trabalho tornou necessárias certas simplificações operativas que têm relação com os limites impostos pelo modelo econômico dominante, as alternativas espaciais prováveis de expansão econômica da região Centro-Oeste e as possibilidades de levar a cabo um projeto de desenvolvimento em uma região socialmente desarticulada.

### 1. Limites de Atuação

Dentro da organização econômica capitalista, predominante nos países latino-americanos, o grupo tratou de caracterizar o Brasil como um país onde existe uma importante presença do Estado na condução da economia regional e nas formas de concentração social o que, pelo menos teoricamente, gera boas oportunidades para aplicar diversas estratégias alternativas de desenvolvimento regional.

As ações corretivas empreendidas recentemente pelo Governo poderiam ser, sem dúvida, um indício, de mudanças estruturais de maior abrangência em direção a autonomia dos agentes econômicos privados e restrição do papel do Estado, permitindo que seja o mercado o principal, ou talvez o único, mecanismo de alocação dos recursos econômicos. Do ponto de vista regional, estas novas regras do jogo tenderiam a reduzir as opções estratégicas possíveis.

Mesmo assim, o tipo de planejamento adotado a partir dos conceitos analisados em aula permite postular algumas linhas de ação viáveis, no entendimento de que constituem a base mínima necessária para iniciar um processo de negociação entre os diversos setores sociais da região, o Governo central e os agentes privados externos, eventualmente interessados em investir no Centro-Oeste.

Não se trata, pois, de uma estratégia de tipo normativo, mas de um conjunto de propostas básicas que permitam a discussão e levem à tomada de decisões entre os múltiplos agentes que intervêm no desenvolvimento local.

Na tentativa de ser realistas no que diz respeito à viabilidade das propostas, estudaram-se tanto a situação atual das atividades produtivas, como o padrão de evolução histórica da economia regional e suas formas de materialização no espaço geográfico, tendo como referência as tendências gerais da economia brasileira e as tendências específicas da região.

Sobre estas bases, analisaram-se as perspectivas do desenvolvimento regional, incorporando à análise os efeitos

prováveis de grandes projetos nacionais e interregionais atualmente em discussão, que poderiam chegar a modificar de forma significativa a atual estrutura territorial.

Em termos gerais, a alternativa estratégica eleita foi definida por um conjunto de delineamentos de políticas e ações necessárias:

- orientadas para a diversificação da base produtiva agropecuária, florestal e mineradora da região (abertura para os mercados do Nordeste, Norte e de fronteiras; articulação dos mercados internos da região; modernização das atividades agropecuárias dos pequenos e médios produtores; regulamentação da propriedade e forma de uso da terra; incremento do valor agregado dentro da região; etc.)

- orientadas ao desenvolvimento concentrações industriais em alguns centros urbanos regionais (implantação de indústrias motrizes com múltiplos encadeamentos; concentração do terciário superior);

- orientadas a resolver progressivamente os problemas de infra-estrutura básica que limitam o desenvolvimento regional (reorganização de redes interurbanas, transportes, energia, comunicações, etc., em correspondência com o desenvolvimento das atividades motrizes);

- orientadas a resolver os problemas atuais e futuros gerados pelo acelerado crescimento demográfico e as carências da sociedade rural e urbana.

## 2. Alternativas Territoriais

Uma segunda simplificação operativa é a que se refere à avaliação de opções alternativas de organização espacial.

Pelas características do exercício acadêmico, optou-se, sem maior análise, pela alternativa mais razoável para poder dispor de mais tempo para aprofundar seus alcances. Tal alternativa é aquela que, sem desconhecer as tendências históricas de crescimento, propõe modificar alguns elementos com o objetivo de reter na região uma maior proporção dos benefícios econômicos nela gerados.

As opções que rapidamente se discutiram, previamente à adoção da alternativa mencionada, foram em essência as seguintes:

- continuação do atual padrão de ocupação, caracterizado pela expansão progressiva da fronteira agropecuária até a periferia do sistema, tendo como centros de gravitação cidades fora da região, principalmente São Paulo;

- reestruturação "para dentro" da região, modificando radicalmente o padrão de ocupação, provavelmente mediante a criação de um grande polo industrial capaz de dominar o espaço econômico e neutralizar os efeitos externos de polarização;

reconhecer a região como um conjunto de sub-sistemas abertos interrelacionados por elementos econômicos e sociais, susceptíveis de serem modificados mediante ações sociais e institucionais coordenadas.

Este último enfoque permite sair da estéril discussão entre "região autônoma" e região periférica", reconhecendo o potencial de transformação de cada sub-sistema em razão de suas características específicas e suas possibilidades de articulação com outras regiões como o Nordeste e Norte e com países limítrofes e ao mesmo tempo provocar as relações intra-regionais com o intuito de fortalecer os mercados internos da região e integrá-la como um todo.

A busca de elementos que favoreçam a interação crescente com regiões, como as mencionadas, passa necessariamente por uma diversificação da base produtiva para satisfazer mercados substancialmente diferentes dos atuais.

Isto equivale a dizer que será necessário modificar o atual modelo econômico regional tendente à monocultura de exportação, incentivando a produção de alimentos e bens de consumo requeridos pela população interna e das regiões vizinhas, questão, que se estima altamente conveniente para o Centro-Oeste, tendo em vista a redução de sua vulnerabilidade frente a eventuais mudanças no mercado mundial, gerando opções econômicas reais para os médios e pequenos produtores locais.

### 3. Bases para a Gestão Social de um Plano de Desenvolvimento

A terceira simplificação operativa se refere às características dos setores e agentes regionais, suas formas de organização e as possibilidades de que venham a ser parte ativa no projeto de desenvolvimento regional.

Neste sentido, tomando em consideração a pouca informação disponível sobre movimentos sociais regionais e sua influência nas decisões políticas e econômicas, optou-se por supor válida a situação menos favorável. Isto significa, em

termos de um projeto de ação conjunta de desenvolvimento regional, a inexistência de organizações sociais de base com capacidade de pressão, ausência de canais de participação e excessiva centralização do poder público.

Esta situação, aparentemente próxima à realidade do Centro-Oeste, resulta particularmente interessante do ponto de vista acadêmico, já que permite refletir sobre um tema pouco estudado no planejamento regional: a questão da ativação social como elemento fundamental para transformar o crescimento econômico em desenvolvimento compartilhado.

Esta simplificação de análises, como as anteriores e outras de menor importância, tiveram por objeto deslocar a discussão e análise para questões centrais, evitando aprofundar a investigação de situações mais ou menos evidentes, atrasando desnecessariamente o trabalho prático, sem incorporar grande coisa ao cumprimento dos objetivos pedagógicos.

## I UMA ECONOMIA EM PROCESSO DE EXPANSÃO

### 1. A Economia Brasileira e no Contexto Mundial

#### 1.1. Industrialização da Economia - 1955/60.

A economia brasileira pode ser caracterizada como um caso inédito de capitalismo tardio no mundo. Nenhuma economia capitalista sofreu tantas modificações qualitativas e experimentou taxas tão elevadas de crescimento num prazo tão exíguo (em torno de 30 anos), sem passar por transformações institucionais, políticas e sociais relevantes.

Esse intenso crescimento econômico e essa acelerada modernização do aparelho produtivo teve um marco importante na segunda metade da década de cinquenta (nos anos JK), com o advento da indústria automotiva (automóveis, caminhões, ônibus e tratores) induzida pelo Governo Federal e com a participação decisiva das empresas estrangeiras que estavam sendo pressionadas pela concorrência das grandes empresas do ramo, nos seus países de origem.

Esse processo se desenvolveu após o nítido esgotamento do modelo de substituição de importações de bens de consumo (não duráveis e alguns bens intermediários), que teve o seu apogeu durante os anos da grande depressão e da segunda guerra mundial. A evidência da insustentabilidade desse modelo, bem como da sua superação histórica, foi inteligentemente percebida pelos governantes do país durante o período 1955-60.

No entanto, a infra-estrutura urbana já existente no Estado de São Paulo, bem como os recursos acumulados e as economias externas geradas durante o ciclo do café, no estado bandeirante, foram fatores condicionantes para viabilizar a articulação de interesses entre o governo brasileiro e as montadoras estrangeiras.

Posteriormente, após um período de instabilidade política e econômica interna, no governo João Goulart, à medida que a economia mundial se encontrava em pleno crescimento, teve início o ciclo dos governos militares, que pode ser dividido em quatro períodos distintos; descritos nos próximos sub-itens.

## 1.2. Reorganização da Economia (Período 1964-67)

Neste período, foram saneadas as finanças públicas, eliminadas as causas básicas da inflação (déficit público, emissão de moeda), retomados os investimentos privados e implantada uma política econômica liberal ortodoxa e monetarista que restaurou a segurança dos capitalistas nacionais e estrangeiros nos rumos da economia.

## 1.3. Expansão e Modernização (Período 1967/73)

Neste período, a economia experimentou taxas de crescimento inigualáveis em sua história (11% a.a.), níveis baixos de inflação (20% a.a.), acúmulo de divisas, dívida externa sob controle, expansão do nível de emprego urbano, início da modernização da agricultura, expansão acelerada das indústrias de bens duráveis e não duráveis, fluxo intenso de investimentos estrangeiros, balanço de pagamentos equilibrado.

## 1.4. Ajustamento e Verticalização (Período 1974/78)

No início deste período, a economia nacional sofreu um grande impacto externo, que teve intensa repercussão na política econômica adotada: o primeiro choque do petróleo que quadruplicou o preço do barril importado, quando o consumo do país se encontrava no patamar de 1,1 milhão barris/dia, dos quais 90% eram importados.

O esforço de ajustamento procurou conciliar o crescimento da economia e do emprego, com equilíbrio das contas externas e níveis inflacionários toleráveis. A resolução dessa equação foi difícil, pois teve que haver compressão das importações de insumos básicos, bens de capital e de bens de consumo não essenciais, simultaneamente com um esforço de diversificar a pauta de exportações ainda excessivamente concentrada em "comodities" (minério de ferro, café, cacau, soja, etc.). Por outro lado, se fazia necessário ampliar os investimentos em infra-estrutura (hidroelétricas, modernização portuária, telecomunicações, etc.), sob pena de se deprimir incondicionalmente, as taxas de crescimento históricas da economia (5% a.a.).

Essa difícil equação foi resolvida pela denominada reciclagem dos petro-dólares. Isso consistia na disponibilidade de créditos voluntários a taxas de juros flutuantes, por parte dos bancos privados internacionais, que captavam recursos dos

países exportadores de petróleo, que não tinham como internalizar um volume gigantesco de divisas em suas economias atrasadas em relação aos padrões do ocidente.

Esses créditos voluntários permitiram que o Brasil realizasse pesados investimentos públicos em infra-estrutura e que desenvolvesse um ambicioso programa de implantação das indústrias nacionais de bens de capital e de insumos básicos, sem comprometer o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Tais investimentos mantiveram o crescimento do produto e do emprego dentro das taxas históricas do país, com uma inflação contida num patamar de 40% a.a., postergando os ajustes necessários na economia até agravando algumas distorções internas.

O saldo deste período, foi a manutenção do crescimento do produto e do emprego, a construção de um moderno setor fabricante de bens de capital, o desenvolvimento de um amplo segmento de insumos básicos (celulose, insumos para fertilizantes, produtos petroquímicos, insumos químicos, alumínio, etc.) e a implantação de grandes projetos de infra-estrutura econômica.

Os aspectos negativos deste período foram os seguintes:

- aumento da dívida externa que passou de US\$ 10 bilhões em 73 para US\$ 50 bilhões em 78, demonstrando uma opção pelo capital externo de empréstimos, em detrimento do capital internacional de risco, na busca do equilíbrio do balanço de pagamentos;

- a implantação de vários mega-projetos de prioridade discutível, de retorno incerto e mal dimensionados tais como: ferrovia do aço, programa nuclear;

- o aumento exagerado da participação do Estado na economia, bem como o aumento da regulamentação sobre a iniciativa privada;

- a efetivação de uma "lei de informática" que entrava o desenvolvimento deste setor no país;

- a postergação de medidas que visassem o aumento da produção interna de petróleo e a racionalização do consumo de combustíveis.



### 1.5. Administração dos Choques Externos (Período 1979/84)

Neste período, a economia brasileira sofreu grandes reveses no "front" externo, que determinaram toda uma política de administração de crises terminais de curto prazo; sobretudo segundo choque do petróleo em 79 e a elevação brutal da taxa de juros internacional a partir de 1981.

Portantom, o preço do barril atingiu o nível de US\$ dólares, o que, por si só já era suficiente para levar o país ao caos, se não fossem tomadas medidas corretivas.

A elevação da taxa de juros internacional, decorrente da política econômica norte-americana, que deliberadamente optou por um déficit fiscal gigantesco, que para ser financiado implicava num vertiginoso aumento da taxa de juros. A Libor no período chegou a atingir 21% a.a., o que incidia diretamente nos encargos da dívida externa do país.

Esses dois fatores fizeram com que a dívida externa brasileira duplicasse no período 1979-84, atingindo o patamar de US\$ 100 bilhões.

Como efeito desses fatores, se presenciou a impossibilidade de ser fechado o balanço de pagamentos do país, em 1982. A partir desse evento, foram tomadas medidas drásticas para conter a liquidez da economia (política monetária e creditícia contracionista), a taxa de juros interna foi elevada para níveis superiores às taxas internacionais na busca desesperada de atrair recursos externos de empréstimo. Como resultado dessas políticas se presenciou uma depressão do mercado interno e dos investimentos, tendo o PIB em 81 decrescido 3,3%, em 82 se elevado apenas 0,9% e em 83 caído em 2,5%. Tais decréscimos somente não foram maiores devido ao desempenho do produto agrícola, pois a indústria foi o setor mais penalizado, especialmente o segmento de bens de capital. O segmento de bens duráveis foi bastante penalizado em 81 e o de bens não duráveis em 83, enquanto o segmento de bens intermediários teve decréscimos médios em todo o período.

Em 1980 houve uma tentativa desesperada de manter o crescimento da economia, através da pré-fixação da correção monetária e de outras medidas artificiais de redução dos encargos financeiros. Tais medidas, embora tenham permitido um crescimento do PIB de 9,1% em 80, foram totalmente inócuas no sentido de sustentar o crescimento, pois esse só foi possível pela utilização da capacidade ociosa da economia, bem como pela aceleração do consumo e pela formação de estoques especulativos, como consequência das taxas de juros negativas que desestimularam a poupança e o investimento.

O esgotamento da reciclagem dos petro-dólares fez com que o Brasil buscasse na ampliação das exportações e na compressão das importações, a única saída para evitar a quebra do país e manter a sustentabilidade do seu crescimento.

Nesse sentido, os resultados foram notáveis. A produção interna do petróleo subiu para 600 mil barris/dia, enquanto a racionalização do consumo permitiu que a demanda nacional estabilizasse em, 900 mil barris/dia. Foi desenvolvido um grande programa de produção de álcool carburante e as exportações foram ampliadas, atingindo US\$ 27 bilhões em 84. A pauta das exportações se diversificou acentuadamente, sendo que os produtos industrializados já eram responsáveis por grande parte do valor total das exportações no final deste período. Produtos como armamentos, cutelaria, celulose, calçados, suco de laranja, condicionadores de ar, aços, etc. passaram a ter participação importante no comércio exterior, em detrimento do minério de ferro, café, cacau e outras commodities.

Essa inversão de pauta se revestiu de grande importância, no sentido de reduzir a vulnerabilidade das nossas exportações e de conquistar mercados exigentes, estáveis e de alto poder aquisitivo, dos países industrializados.

A reboque dessa política, o PIB do país cresceu 5,7% em 84 e 8,3% em 85 e a dependência do petróleo importado caiu para 33% do consumo nacional.

A inflação atingiu no entanto níveis inigualáveis na sua história, alcançando o patamar de 220% a.a. Porém o nível de investimentos não foi prejudicado com essa inflação tão expressiva, devido à manutenção da indexação dos ativos financeiros e a partir de taxas de juros reais elevadas. No final desse período, as substanciais perdas salariais da fase mais recessiva (81 a 83), foram parcialmente recuperadas. O déficit público que havia atingido 8,0% do PIB, em 83, caiu para 4,4% no ano seguinte.

#### 1.6. As tentativas heterodoxas (Período 1985/87)

Após um ano estável (1985), no qual a economia cresceu 8,3%, embora com uma inflação que corria a passos largos para um novo patamar, foi aplicado um choque heterodoxo no início de 1986.

Esse choque, denominado oficialmente Programa de Estabilização Econômica, foi introduzido no país a partir das seguintes premissas: de que havia capacidade ociosa generalizada

e de que a inflação galopante era de característica essencialmente inercial.

Em decorrência dessa interpretação, foi engessada artificialmente a economia; praticada uma política monetária frouxa e uma taxa de juros negativa que pressionou o consumo, acabou-se uma das causas básicas da inflação que era o já gigantesco déficit público, e destruiu o sistema de preços relativos da economia, reduziram-se os investimentos, caíram as exportações, deterioraram-se as reservas cambiais, acelerou-se a repatriação dos capitais externos e esfriaram-se as relações com a Comunidade Financeira Internacional.

Como resultado de tudo isto, houve uma contração ainda maior dos investimentos, comprometendo-se, parcialmente o financiamento de (nossas) exportações e a própria existência das agências do Banco do Brasil no exterior.

Em 1986 o déficit público atingiu 11,2% do PIB, devido sobretudo aos elevados gastos no custeio da máquina estatal. Portanto os investimentos públicos prioritários tiveram de ser arquivados e a moeda nacional esteve mais ameaçada do que nunca, de perder duas das suas funções básicas; meio de troca e acumuladora de valores.

### 1.7. Situação Atual

O Brasil tem um PIB de US\$ 313 bilhões que o situa na oitava economia do Ocidente, bem como na nona economia do mundo, incluída a URSS.

Este ano, o superávit da balança comercial deverá superar os US\$ 11 bilhões, marca atingida em 87, com um montante de US\$ 26,2 bilhões de exportações cada vez mais calcadas em produtos industrializados.

O país tem uma indústria composta por agro-indústrias, bens duráveis, intermediários, bens de capital, insumos básicos e segmentos de ponta (informática, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, micro-eletrônica, novos materiais) em fase de desenvolvimento.

Na área agrícola, embora com as distorções existentes, o Brasil apresenta notáveis índices de mecanização, de utilização de insumos modernos, de produtividade e de infra-estrutura de armazenagem e de beneficiamento.

No setor terciário, o país possui uma significativa infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicação que

envolveu pesados investimentos em um relativo curto espaço de tempo.

Entretanto a nível de política econômica, parece ter se formado um consenso dentro do governo, quanto à inconveniência de novos choques heterodoxos e aos transtornos que os mesmos provocam na economia. Porém, embora haja claros indícios que o governo venha a adotar uma política econômica ortodoxa nos seus últimos 18 (dezoito) meses. Nada garante que exista vontade política de se agir drasticamente contra o déficit público, de se reduzir substancialmente a participação do Estado na economia e consequentemente conduzir uma inflação explosiva que beira os 800% a.a.

Da mesma forma, é incerto que o Estado venha a diminuir a regulamentação da atividade econômica e a suprimir o mercantilismo cartorial que impedem o pleno desenvolvimento da economia nacional. Provavelmente continuarão às restrições ao livre comércio e ao fluxo de capitais externos de risco.

#### 1.8. Perspectivas a Médio Prazo

Ao contrário dos anos setenta e do início dos anos 80, o panorama mundial nos próximos anos indica um quadro de estabilidade, no qual a economia brasileira dificilmente terá que enfrentar fatores adversos como os choques do petróleo e a alta das taxas de juros.

Os cenários do BNDES acenam com um crescimento médio dos países industrializados de 3% a.a. e com o comércio internacional evoluindo a 4% a.a. Deste modo as exportações brasileiras podem almejar um crescimento médio anual de 6,5% a.a.

A taxa de juros internacional se situará em torno de 10% a.a., face à política restritiva do FED e do decrescente, porém ainda elevado déficit público norte-americano.

Os preços do petróleo voltarão a crescer em termos nominais, em parte devido à desvalorização do dólar e em parte pelo crescimento das economias desenvolvidas. Em 1990, no entanto, deverá ser atingido o preço real de 1983.

A inflação média dos Estados Unidos deverá se situar em 5% a.a. e haverá um gradativo decréscimo do déficit comercial, pelo aumento das exportações americanas e pela desvalorização do dólar em relação ao Yen e às euro-moedas. Deste modo, é de se esperar um maior direcionamento das exportações brasileiras à

Europa, face ao aumento de competitividade das exportações nacionais naqueles mercados.

As importações deverão crescer a uma taxa média de 5,6% a.a. chegando a representar 4,3% do PIB. O crescimento das importações não deverá comprometer a formação de superávits, na medida em que o crescimento das exportações será ainda maior.

O Brasil, nesse cenário, terá plenas condições de crescer 5% a.a., o que exigirá uma formação bruta de capital de 21% do PIB, dada uma relação capital/produto de 4,2.(1)

Porém, para conseguir manter um crescimento sustentado e permanente o Brasil terá que enfrentar alguns problemas estruturais da sua economia tais como:

- a) Uma maior abertura à concorrência externa, de modo a forçar a permanente modernização do seu parque industrial e do seu setor primário.
- b) Maior abertura ao capital estrangeiro, a fim de se obter no exterior, através de capital de risco, os investimentos necessários à sustentação das taxas de crescimento ambicionadas e ao desenvolvimento dos segmentos de tecnologia de ponta (informática, micro-eletrônica, novos materiais, química fina, etc).
- c) Redução substancial da participação do Estado na economia, notadamente nos setores produtivos em que a participação estatal somente pressiona o déficit público.
- d) Modernização da máquina estatal, de forma a ser proporcionado um apoio ágil e sem superposições às atividades produtivas, naquelas áreas onde a participação estatal é essencial (transporte, comunicações, energia, saneamento básico, equipamentos urbanos, sistema portuário, etc.).

-----

$$(1) \text{ Crescimento Esperado (\% PIB)} = \frac{\text{Produto}}{\text{Capital}} \times \text{FBK (\% PIB)}$$

$$\text{FBK (\% PIB)} = \frac{\text{Crescimento Esperado (\% PIB)} \times \text{C.E.} \times \frac{\text{Logo,}}{\text{C}}}{\frac{\text{Produto}}{\text{Capital}}}$$

- e) Menor regulamentação da atividade produtiva, para que a atividade empresarial possa ser exercida mais simplificada, especialmente nas micros e nas pequenas empresas, estimulando-se a criatividade e a competitividade empresarial.
- f) Manutenção de uma política de exportações agressiva, visando conquistar os grandes mercados mundiais através de produtos industrializados efetivamente competitivos, e não através de permanentes desvalorizações cambiais e da utilização de mão-de-obra barata.

## 2. A Região Centro-Oeste: Caracterização Sócio-Econômica

### 2.1. Aspectos Gerais

Apesar da significativa extensão geográfica da região, a contribuição produtiva da mesma à economia nacional é muito reduzida. Com efeito, segundo as estatísticas da FIBGE para o ano de 1980, o Produto Interno Bruto do Centro-Oeste foi de apenas 5,8% do gerado no país.

	Superfície (Kms <sup>2</sup> )	População (1980)	PEA (1980)
Brasil	8.451.214	119.002.701	43.235.712
Centro-Oeste	2.122.400	8.035.864	2.837.231
CO/Brasil (%)	25,1	6,8	6,6
Produto Interno Bruto			
	1970	1975	1980
CO/Brasil (%)	4,0	4,4	5,8

### 2.2. Características do Espaço Regional

O espaço regional do C.O. está submetido a uma reestruturação que se dá de forma cada vez mais acelerada. É uma região de contrastes pois, as expressivas desigualdades interregionais, com origens são remotas, mas cujo agravamento e persistência na atualidade é resultante do papel do C.O. na divisão interregional do trabalho (fornecedora de bens primários para as mais dinâmicas do País).

É uma região de grandes diferenças ambientais, de diversidade ecológica (cerrados, matas tropicais, áreas amazônicas e pantaneiras) que requer manejo adequado a cada ecossistema.

Demograficamente, constata-se na região áreas com diferenciada evolução de absorção populacional: Estados onde houve grande expansão de sua população na última década Rondônia, Mato Grosso e Distrito Federal - e Estados onde este processo já foi estancado - Goiás e Mato Grosso do Sul.

Essas diferenciações parecem estar vinculadas à própria diversidade da estrutura sócio-econômica que se materializa em fortes desigualdades internas, no aproveitamento das terras, no grau de desenvolvimento econômico e nos níveis de renda com reflexos na dinâmica populacional.

Identificam-se áreas de ocupação consolidada - Fronteira Agrícola Consolidada - e áreas de expansão de fronteira Fronteira Agrícola em Expansão. Entretanto na primeira ainda foram observados pequenos espaços de terras ocupados na última década. Dentro destes dois macroespaços, foram constatados diferentes subespaços, com diversas formas dinâmicas de organização da estrutura econômica e social.

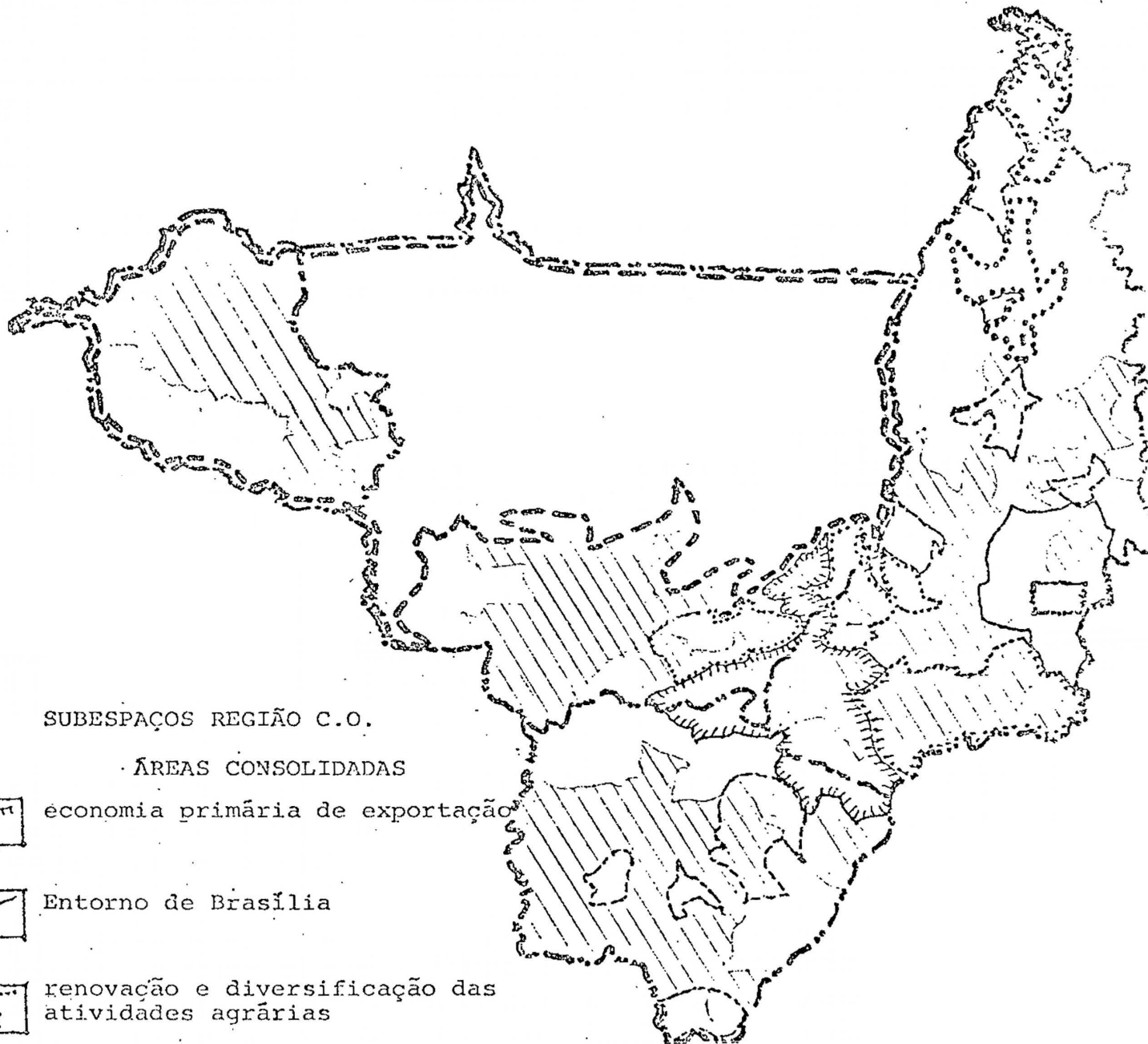
As áreas de expansão da fronteira se caracterizam por fortes acréscimos da população rural e urbana, traduzida pelas elevadíssimas taxas de incremento da população total rural e urbana. Na agropecuária são predominantes as elevadas taxas de incorporação de áreas ao processo produtivo, elevadas taxas de crescimento das áreas com lavouras e pastagens plantadas; reduzidas taxas de ocupação das áreas municipais por atividades agropastoris; elevadas taxas de incremento anual do pessoal ocupado na agropecuária; mais baixas densidades do emprego agrícola; mais baixos valores da produção agropecuária total e maiores valores da produção vegetal em relação ao valor da produção pecuária. A estrutura fundiária é concentrada nos dois macro-espaços.

As dinâmicas sócio-econômicas predominantes das diversas formas de organização produtiva, tais como áreas de economia primária - exportadora moderna; áreas também exportadoras, porém de maior grau de renovação e diversificação das atividades agrárias; áreas de economia primária tradicional ou mesmo estagnada; áreas em processo hegemônico de pecuarização capitalista extensiva dentre as mais significativas e abrangentes, presentes na fronteira agrícola consolidada. Nas áreas de recente ocupação, é ainda o caráter do empreendimento colonizador que confere a tônica às formas de organização lá identificadas (ver mapa 1).

Verifica-se que o Estado tornou-se o principal agente de produção do espaço regional, seja diretamente alocando recursos, induzindo a ocupação e a exploração, ou ainda desenvolvendo a infra-estrutura.






O Centro-Oeste passa a ser desmembrado em múltiplos espaços submetidos a diferentes projetos. A aceleração da ocupação e da valorização faz multiplicar o número de municípios e criam-se estados: Mato Grosso do Sul em 1977, Rondônia em 81 e Goiás que deverá ser dividido em 88.








SUBESPAÇOS REGIÃO C.O.

ÁREAS CONSOLIDADAS

-  economia primária de exportação
-  Entorno de Brasília
-  renovação e diversificação das atividades agrárias
-  processo de pecuarização capitalista extensiva
-  economia primária tradicional

ÁREAS EM EXPANSÃO

-  áreas novas - colonização
-  fronteira agrícola em expansão
-  ocupação recente

A década de 70 (e início dos anos 80) é marcada por grandes projetos que atuam em pontos específicos, aproveitando as vantagens locacionais. Perdeu-se a dimensão da região como um todo.

Assim em 1974 surge o POLOAMAZÔNIA, em 75 o POLOCENTRO, em 79/80 o PRODECER, em 80 o GETAT e em 1979 o POLONOROESTE.

Assim a diversidade do meio ambiente associada às dinâmicas demográficas diferenciadas, aos distintos níveis de urbanização, às diferentes capacidades de geração de emprego e renda e às diversas formas de organização de estrutura produtiva, indicam com base nas suas particularidades, áreas de objeto específico.

As sub-regiões analisadas (trabalho elaborado pela SUDECQ) foram reagrupadas em sete grandes grupos que guardam semelhança entre si.

A análise dos problemas e características dos sete grupos deve constituir a base de definição das ações sub-regionais, reformuladas e adequadas a cada sub-região.

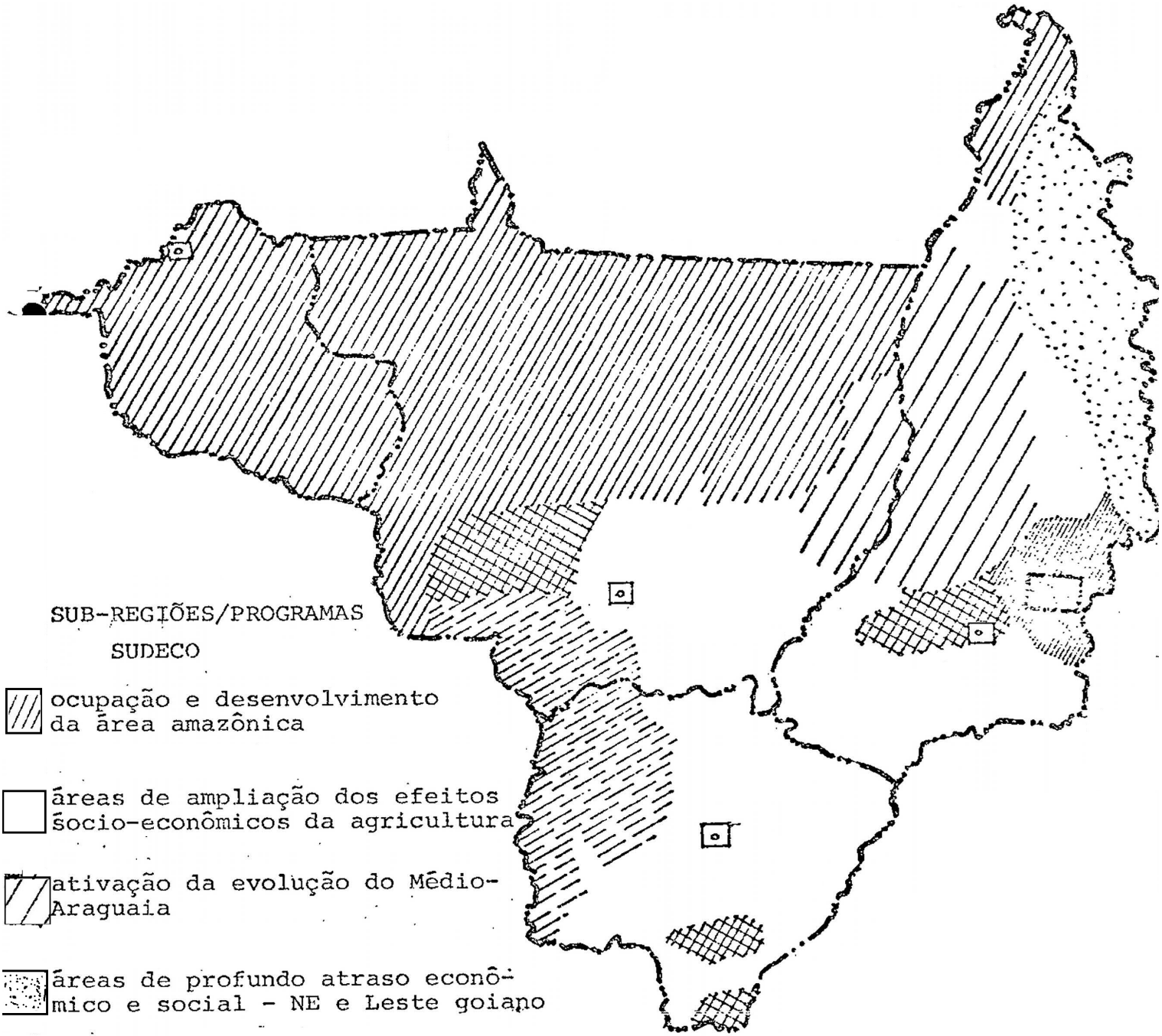
Assim, os 7 (sete) grupos identificados (graficados no mapa 2) classificam-se da seguinte forma:

- GRUPO I - Ocupação e desenvolvimento das áreas amazônicas;
- GRUPO II - Áreas de ampliação dos efeitos sócio-econômicos da agricultura no cerrado;
- GRUPO III - Ativação de evolução do Médio-Araguaia;
- GRUPO IV - Áreas de profundo atraso econômico e social;
- GRUPO V - Áreas de influência das grandes cidades;
- GRUPO VI - Área específica do Pantanal e sua bacia;
- GRUPO VII - Racionalização e evolução agrícola em áreas de densa ocupação.









Dessa forma primeira tentativa de espacialização da região, (graficada no mapa 3), vem sedimentar a idéia da fragmentação da região em várias sub-regiões que encontram-se predominantemente mais articuladas com os espaços externos à mesma.

### 2.3. Estrutura Econômica do Centro-Oeste

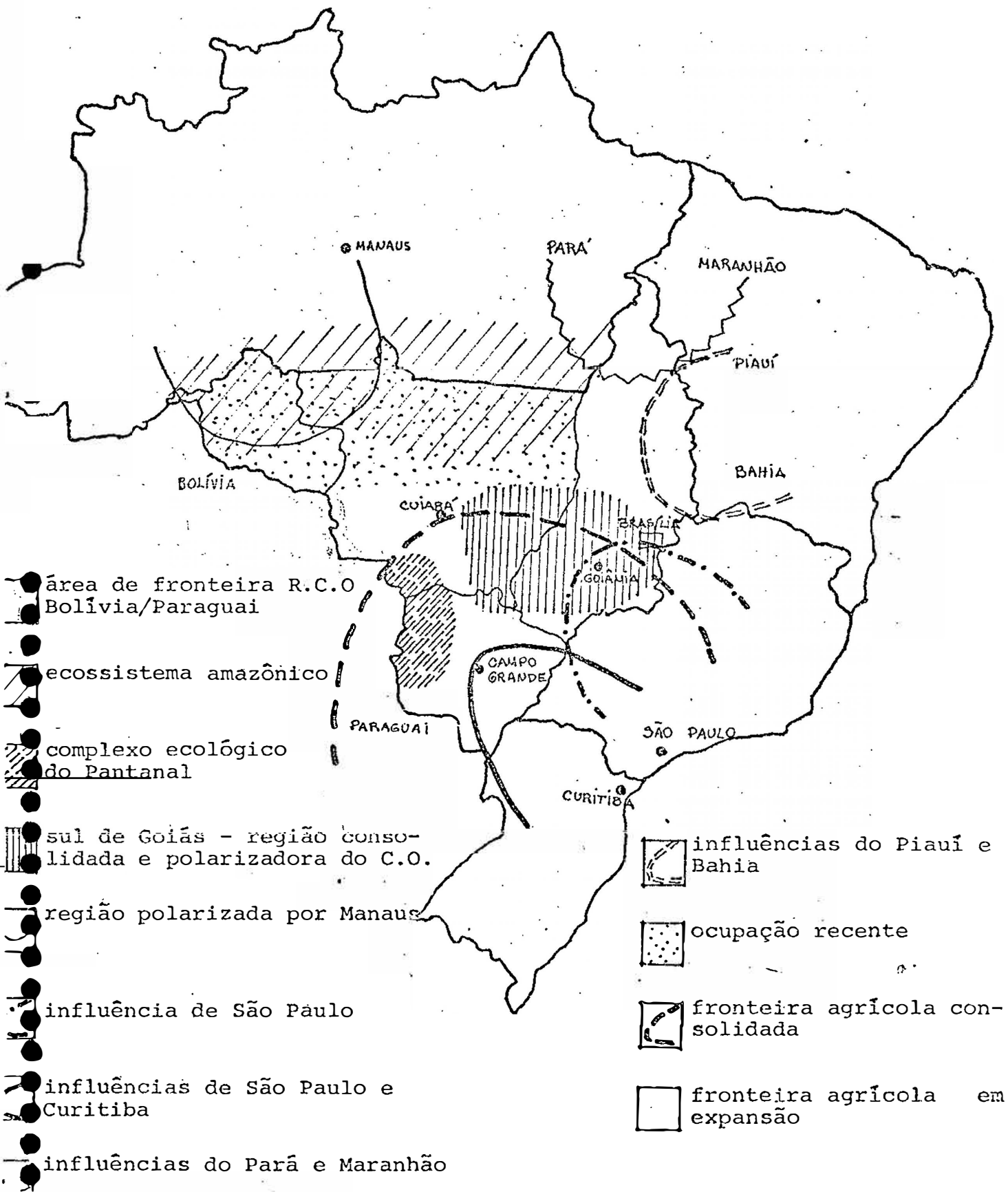
Uma visão aproximada da estrutura econômica da região pode-se obter através da participação dos distintos setores de atividade. Em 1980 mais de 63% do produto da região era gerado pelo setor terciário; a atividade agropecuária contribuía com 21% e o setor industrial com 16%.



SUB-REGIÕES/PROGRAMAS  
SUDECO

-  ocupação e desenvolvimento da área amazônica
-  áreas de ampliação dos efeitos socio-econômicos da agricultura
-  ativação da evolução do Médio-Araguaia
-  áreas de profundo atraso econômico e social - NE e Leste goiano
-  desenvolvimento sócio-econômico de áreas periurbanas das capitais
-  harmonização do desenvolvimento do D.F. e seu entorno
-  desenvolvimento coordenado do Pantanal e sua bacia
-  reorganização do meio rural nas áreas de povoamento denso

1a. REGIONALIZAÇÃO



## Participação do PIB por setores (em %)

	Brasil	Centro-Oeste
Agricultura	10	21
Indústria	38	16
Serviços	52	63

O setor agrícola da região tem-se orientado, em grande parte, para a produção de soja, para a exportação. O forte processo de mecanização e adequação de pacotes tecnológicos geraram, na última década uma substancial modernização do setor, traduzida por uma constante incorporação de áreas de baixa fertilidade natural e incremento da produtividade das principais culturas. A produção pecuária também ganhou espaço.

Por sua vez, a indústria da região mostra um reduzido desenvolvimento tanto no que se refere a sua magnitude como no que se refere às suas características. Com efeito, apesar de ter apresentado um forte crescimento na década passada, a atividade industrial ainda é relativamente irrelevante e, em geral, envolve processos de transformação primários ou básicos da produção agropecuária.

Um dos itens que apresentam certa potencialidade para contribuir ao desenvolvimento econômico da região é o setor mineral. Destaca-se a existência de importantes reservas de estanho, níquel e cobalto. Além disto, a região conta com a existência de grandes reservas de outros minerais não metálicos de menor valor.

A contribuição econômica por Estado, no entanto, mostra uma significativa concentração no Distrito Federal (fundamentalmente pelo peso do setor de serviços) e em Goiás, que, somados, abarcam quase 70% do produto regional. Esta situação responde obviamente, a um processo histórico de desenvolvimento intrarregional desequilibrado.

Um dos instrumentos de análise para visualizar o grau de especialização das atividades econômicas de uma região, em determinados setores de produção, é o coeficiente de localização (2). Este indicador mede o peso relativo de uma

(2) BOISIER, Sérgio Técnicas de Analisis Regional con Informacion Limitada - ILPES, cuaderno no. 27.

atividade na região em comparação como o da mesma região a nível nacional. De acordo com a informação (anexo estatístico, quadro ...) a região Centro-Oeste mostrava, em 1980, uma forte especialização relativa no setor agropecuário, menor no serviços e uma reduzida participação da atividade industrial.

Aplicando a mesma técnica de análise a nível interno da região, ou seja, considerando esta como padrão de referência; tem-se que, para a agropecuária, o maior cociente de localização fica com Mato Grosso do Sul, seguido pelo Estado de Goiás. Para o setor Indústria, o maior grau de especialização fica com Rondônia e em segundo lugar com Goiás. Como já se observou, o Distrito Federal concentra a maior proporção do setor terciário e, em termos gerais, esta especialização é devida fundamentalmente aos serviços financeiros e à administração pública.

Outro conceito (relacionado com o anterior) é o da diversificação produtiva da região Centro-Oeste. Aqui também o conceito relevante refere-se ao padrão de referência, visto que não existe uma definição absoluta de diversificação econômica. Para estudar este aspecto recorre-se ao coeficiente de especialização que mede a disparidade existente entre a estrutura econômica de uma região determinada, e a de um padrão de referência. Em outras palavras, este coeficiente indica se uma região apresenta uma maior ou menor diversificação em sua estrutura de atividades, do que outra região considerada como medida de comparação, em geral o país em seu conjunto.

Assim, o cálculo do coeficiente de especialização, efetuado para contrastar o grau de diversificação da região Centro-Oeste comparativamente ao conjunto do país, denota uma relativa diferenciação estrutural: Isto é, tomando a estrutura do Brasil como modelo padrão, a distribuição de atividades apresentada pela região em estudo aparece como menos diversificada, tendo em vista, como já se viu, a forte especialização relativa no setor primário, que difere sensivelmente na estrutura média nacional e de cada uma das demais regiões.

No interior do Centro-Oeste, observa-se que o Estado de Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal apresentam as maiores divergências com a distribuição setorial média, o que sugere, no primeiro caso a existência de uma elevada ponderação da atividade agropecuária e, no segundo caso, do setor serviços.

## 2.4. Dinâmica Econômica Regional

Apesar da pouca significação da região Centro-Oeste na economia nacional, a mesma mostrou, na década passada, uma participação constantemente crescente. Em 1970, o PIB da região representava 4% do total do país. Em 1975 já havia subido para 4.4% e, no final da década a proporção ficou em 5.8%. Isto demonstra que a expansão da produção regional foi, neste lapso de tempo, muito maior do que a expansão média nacional.

PIB - Taxas de crescimento 1975-1980 (em %)

	Centro-Oeste	Brasil
Agropecuária	79	28
Indústria	282	43
Serviços	96	42
PIB total	108	41

A explicação deste fenômeno pode ser encontrada, pelo menos em parte, aplicando-se à técnica de análise de estática comparativa conhecida como estrutural-diferencial(3). Este tipo de análise permite comparar a evolução de uma região com um padrão de comparação (no caso o Brasil) e desagregar o comportamento dos componentes explicativos. O efeito estrutural, permite identificar que parte do ganho ou perda relativa hipotética de uma região, se deve à especialização em setores de atividade que ao nível de padrão se mostraram mais ou menos dinâmicos no período em estudo. O segundo componente, denominado efeito diferencial, representa a evolução diferencial de crescimento do setor na região e no padrão. A soma dos dois efeitos dá o efeito total, que mede o ganho ou a perda relativa (hipotética) de uma variável determinada de uma região frente ao mesmo indicador no padrão.

Os resultados empíricos desta análise para a região Centro-Oeste e o Brasil, considerando a evolução da variável Produto Interno Bruto - PIB no período 1975 - 1980, mostram um efeito total positivo, reflexo das maiores Taxas de crescimento registradas na região (15.8% de média anual em comparação com 7.1% do Brasil).

BOISIER, Sérgio Técnicas de Analisis Regional com Informacion Limitada, Santiago - Chile - ILPES, caderno no. 27.

Por sua vez, o efeito diferencial, significativamente positivo, advém de uma expansão muito superior dos setores industrial, agropecuário e serviços no Centro-Oeste do que no conjunto do país: 282% e 43% na indústria, 79% e 28% na agropecuária e 96% e 42% no setor terciário, respectivamente. Finalmente, o efeito estrutural com sinal negativo, indica que a estrutura produtiva da região está especializada em setores que, a nível nacional não foram os mais dinâmicos no período analisado. Com efeito, durante o quinquênio 1975-80 a atividade industrial liderou o crescimento econômico do país, setor que, como já foi visto acima, é o menos relevante dentro da economia regional, com forte especialização relativa no setor primário.

## 2.5. Estrutura Social e de Serviços Básicos

O processo de desenvolvimento da região Centro-Oeste deve ser efetuado dentro do estudo de sua realidade, principalmente no aspecto econômico-social que mais fortemente afeta a região.

Para uma melhor compreensão da estrutura social do Centro-Oeste, deve-se conhecer as principais determinantes da ocupação da região:

- Necessidade do aumento da produção de grãos com o fim de viabilizar o aumento das exportações do país;

- necessidade do aumento da oferta de matérias-primas para suprir a demanda industrial do Sul-Sudeste do País;

- necessidade de redução de tensões sociais e fundiárias em outras regiões;

- necessidade de conquista de novos mercados para expansão e reprodução do capital já instalado no Sul-Sudeste.

Observa-se que o setor econômico foi profundamente privilegiado em detrimento do social. Aliás, esta prática é largamente comprovada hoje, na medida em que é mais fácil obter-se recursos para um projeto de cunho eminentemente econômico do que para a execução de um programa de saúde ou de saneamento básico, etc.

A região Centro-Oeste apresenta estruturas sócio-econômicas desequilibradas oriundas das características estruturais de sua agropecuária, pouco produtiva e pouco diversificada e bastante dependente de fatores externos, da sua pouca industrialização e das deficiências do sistema de infraestrutura.



#### a) Transportes

O sistema de transporte rodoviário apresenta uma baixa densidade e um baixo grau de pavimentação. Observa-se a existência de grandes eixos, geralmente Norte-Sul, em detrimento dos eixos transversais, quase inexistentes. A infra-estrutura inicial não acompanhou a densificação da rede primária, dificultando a incorporação de terras agricultáveis ao processo produtivo e prejudicando as condições de vida no meio rural.

A rede ferroviária é bastante reduzida, sendo significativa no Mato Grosso do Sul.

As hidrovias, apesar de seu expressivo potencial, são pouco utilizadas na C.O., com exceção do rio Madeira e rio Paraguai. As outras são de porte local.

#### b) Eletrificação

A geração hidrelétrica concentra-se nas divisas com as regiões Sul e Sudeste, enquanto o potencial hidrelétrico interno permanece pouco aproveitado, principalmente nas áreas mais afastadas (Rondônia) onde a situação é crítica. A área territorial não é totalmente coberta, havendo predomínio de sistemas isolados. A maior deficiência na distribuição encontra-se na área rural, com atendimento fraco e concentrado, dificultando a modernização, as produções alternativas e o desenvolvimento de atividades industriais no meio rural, além de um reflexo negativo nas condições de vida dos agricultores.

#### c) Saneamento Básico

A velocidade do crescimento populacional, a urbanização acelerada e a expansão dos núcleos rurais de povoamento têm contribuído fortemente para que o quadro de saneamento básico torne-se cada vez mais deficitário. O grau e a qualidade de atendimento são nitidamente insuficientes, principalmente na área rural.

#### d) Comunicação

Apesar de um desempenho razoável, apresenta uma demanda bastante reprimida e atrasos nos investimentos.

#### e) Saúde

A região Centro-Oeste apresenta um baixo nível de saúde que pode ser explicado das seguintes formas:

fraco atendimento social, particularmente nos setores educação e saneamento básico, deficiências quantitativas e qualitativas na alimentação e também devido ao processo de ocupação em áreas sujeitas a doenças endêmicas.

- organização do atendimento médico-social, tanto ao nível institucional (localização inadequada das unidades, equipamentos insuficientes) quanto ao nível de rede (situação deficitária da rede de transporte) e do pessoal contratado (deficiência de pessoal com formação adaptada aos problemas regionais).

#### f) Educação

O nível de instrução no Centro-Oeste é bastante baixo, com um alto nível de analfabetismo, não chegando, a maioria, a completar o 1o. grau. Excetuando-se o Distrito Federal, o Centro-Oeste, dentre as regiões brasileiras, é a que se encontra mais desfavorecida. Isso se explica por:

currículo inadequado à realidade sócio-cultural dos alunos e às características da região, inclusive no que diz respeito ao calendário escolar versus calendário agrícola;

- insuficiência da capacidade física instalada, aliada à insuficiência de recursos humanos e à qualificação inadequada do corpo docente;

- deficiente formação profissional formal e informal; pouca difusão de escolas agrícolas e técnicas industriais, massificação da educação (mais informativa que formativa);

- extensão universitária incompatível com a realidade regional; oferta de cursos universitários com pouca correlação com o mercado de trabalho regional, ausência de uma política universitária que contemple o caráter social do ensino de 3o. grau e de participação efetiva da universidade no processo de desenvolvimento regional.

#### g) Habitação

Existe uma demanda significativa a ser atendida, sendo mais grave nas áreas rurais. A luz dos dados estatísticos, observa-se que 43% dos domicílios da região Centro-Oeste são habitados em condições de aluguel ou cessão, e por 40% da população total da região.

## 2.6. Representação Regional e a Questão Rural

A ausência quase completa de organizações sociais gera falta de liderança autêntica e comprometida com sua base social, não permitindo o surgimento de uma classe política regional fortalecida.

No meio rural algumas características são marcantes:

Baixa renda, atendimento social e infra-estrutura deficientes, forte pressão fundiária, marginalização dos trabalhadores sem terra, penalização do setor produtivo absorvedor de mão-de-obra e a ausência de agroindustrialização no campo contribuem para expulsar a população rural, acelerar o processo de urbanização e conseqüentemente o inchamento das maiores cidades.

Nos últimos 40 (quarenta) anos, o Centro-Oeste cresceu de forma bastante significativa, com taxas médias de 3.5% a 5.5% a.a. Sua participação na população total do país se elevou de 3.1% a 6.8% (40/80), numa demonstração de que significa que a força econômica e a ação política incitaram o crescimento relativo do Centro-Oeste em termos populacionais. Parece evidente a necessidade de uma maior equidade espacial, produtiva e social.

Observou-se entretanto, que as migrações provocam uma distribuição desigual das atividades econômicas entre as sub-regiões, setores e grupos sociais e, dentro da estrutura espacial, das atividades produtivas.

Por conseguinte, é importante assinalar que o fenômeno migratório na região Centro-Oeste certamente está relacionado com o desenvolvimento econômico em suas diversas fases: transformação da agricultura tradicional em capitalista, acelerado processo de urbanização e avanço da fronteira agrícola do Sul do país.

Em resumo, se faz necessário:

- aumentar o potencial produtivo e, em conseqüência, contribuir para a redução da extrema pobreza, aumentando a eficiência dos recursos naturais e do mercado de trabalho;

- aliviar os custos sociais para solucionar problemas de infra-estrutura urbana;

- alterar a estrutura produtiva no sentido da construção de um mercado diversificado.

### 3 - ESTRUTURA TERRITORIAL REGIONAL

#### 3.1. Processo de Ocupação do Centro-Oeste.

##### A Primeira Penetração

A primeira penetração no Centro-Oeste teve início no século XVI, através dos espanhóis. Estes procuravam estender ao Norte a ocupação iniciada no Rio da Prata. No entanto, o fato de ser uma região inundável, a hostilidade dos índios e o isolamento, foram fatores que inviabilizaram a ocupação.

No século XVII, os portugueses penetraram no Centro-Oeste com o objetivo de compensar a perda das suas possessões asiáticas para os ingleses e os holandeses. As penetrações portuguesas tiveram continuidade nos séculos seguintes, visando a conquista da extensa rede fluvial Amazônica, bem como a convergência dessa rede para Belém, que na época era um porto de ligação internacional.

##### A Segunda Penetração

Assim como a primeira, a segunda penetração no Centro-Oeste se deu de forma desarticulada, porém estavam inseridos na lógica do capitalismo comercial.

No século XVIII, as bandeiras paulistas se introduziram no interior do Brasil, na busca de índios que servissem de mão-de-obra para as lavouras paulistas, num primeiro momento. Posteriormente, essas incursões passaram a ser motivadas pela busca do ouro e das pedras preciosas. Se destacaram, nesse período, o surgimento dos núcleos de Bom Jesus de Cuiabá, em 1722 e Vila Boa de Goiás em 1729. As primeiras pedras preciosas da região foram encontradas às margens do Rio Claro, em Goiás, e na região de Diamantino, em Mato Grosso.

##### A Terceira Penetração

Com o declínio da mineração, no início do século XIX, a pecuária, que já havia se introduzido na Região no século XVI, passou a se expandir com maior intensidade.

Com o término da guerra do Paraguai, a região recebeu inúmeras famílias paraguaias. No final do século a região recebe um expressivo fluxo de gaúchos que fugiram da Revolução Federalista.

Com esses fluxos migratórios, se estabeleceu uma divisão do trabalho, em que os estrangeiros se dedicaram à extração de erva-mate e os brasileiros à pecuária. Formaram-se grandes propriedades que consolidaram a ocupação efetiva do sul da região, no início do século XX. Posteriormente, na parte norte do Pantanal, as propriedades foram se dividindo pelas sucessões familiares. Na parte sul, ocorreu a entrada de capitais estrangeiros que ocuparam milhares de hectares nas regiões de Corumbá, Miranda, Três Lagoas e Campo Grande.

No Sul de Mato Grosso, a pecuária se desenvolve com dificuldades face à hostilidade dos índios e às restrições da Companhia Mate Laranjeiras.

Em Goiás, com a decadência do ouro, a ocupação passa a se dirigir para o Leste e para o sul, porque as Terras do Ouro eram pouco férteis.

Com o declínio do ouro em Minas Gerais, o Sudeste Goiano recebe a população mineira e a partir do início do século XX a ocupação se intensificou.

#### A Quarta Penetração

Após a segunda etapa do ciclo do café no século XX, forma-se um mercado interno significativo no Sudeste do Brasil, no qual a agricultura do Centro-oeste passa a se integrar, adquirindo um contorno de agricultura comercial.

A lavoura cafeeira de São Paulo se estende ao Sul de Mato Grosso (Dourados) e ao Sudeste de Goiás. Começam a se valorizar as terras de São Paulo e do Sul do Brasil. Tais fatores, associados às intenções do governo, no Estado Novo, que propunha a marcha para o Oeste, surgem as frentes pioneiras.

Nos anos trinta, a capital de Goiás passa a ser Goiânia, área próxima à estrada de ferro e mais próxima das áreas desenvolvidas, Goiânia tornou-se o ponto de partida da expansão do Leste.

O sistema ferroviário acompanhou a expansão dos cafezais, prolongou-se para o Mato Grosso, com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1910) e para Goiás, com a Estrada de Ferro de Goiás (1913).

Em virtude da extração da borracha, em Rondônia, que atraiu levas de imigrantes, foi construída a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

O sistema rodoviário foi estimulado pela construção de Brasília nos anos 50. Vários eixos foram implantados, ligando Brasília a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a Belém, visando integrar a Amazônia.

Em 1943, foi criada a Fundação Brasil Central para explorar o Centro-Oeste. No período 1944/55, em decorrência dos esforços de industrialização, a expansão agrícola sofreu uma desativação.

Posteriormente, com o regime militar, a partir de 1964, a interiorização da economia e a integração do Centro-Oeste e da Amazônia, voltaram a ser objetivos inseridos na doutrina de segurança nacional. Foi criado o Programa de Integração Nacional PIN, que reforçou a interiorização, mediante a ocupação das fronteiras agrícolas ainda presentes.

### 3.2. Demografia

Os quadros seguintes mostram a evolução da população total da região Centro-Oeste.

#### QUADRO 1

#### POPULAÇÃO TOTAL REGIÃO CENTRO-OESTE (1940-1990\*)

(1.000 hab.)

	CENTRO-OESTE (A)	BRASIL (B)	(A/B)100
1940	1258	41236	3.0
1950	1737	51944	3.3
1960	2942	70070	4.2
1970	5073	93139	5.4
1980	7544	119002	6.3
1989(a)	9116	135564	6.7
1990(a)	10529	150368	7.0

FONTE:

Esta situação é constante no tempo ao observar-se que a participação relativa da população do Centro-Oeste tem sido crescente nos últimos 40 anos inclusive com uma projeção futura passando de 3% em 1940 a 7% do total do País em 1990.

QUADRO 2  
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

	ΔCD	(10-00%)	ΔG/S
1940-50	38.0	12.1	25.9
1950-60	69.3	34.4	34.9
1960-70	72.4	39.5	32.9
1970-80	48.7	21.0	27.7
1980-85	39.5		26.3

FONTE: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1985

A evolução populacional da região Centro-Oeste comporta um crescimento superior ao médio do País. Com uma tendência superior de aproximadamente, 27%, quase o dobro do que ocorre no Brasil.

Composição da população por residência na região Centro-Oeste:

QUADRO 3  
CENTRO-OESTE E BRASIL  
POPULAÇÃO URBANA E RURAL - 1940-1980

ANOS	URBANO		RURAL		TOTAL	
	C.O.	BRASIL	C.O.	BRASIL	C.O.	BRASIL
1940	271	12.880	988	28.356	1.259	41.236
1950	437	18.783	1.336	33.161	1.773	51.944
1960	1.037	31.303	1.975	38.767	3.012	70.070
1970	2.497	52.085	2.686	41.054	5.183	93.139
1980	5.343	80.436	2.693	38.566	8.036	119.002

FONTE: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1985

O quadro anterior nos mostra um incremento constante, tanto na área rural como urbana. Sem dúvida, é necessário mencionar que a população urbana cresce muito mais que a rural. A população urbana em 1950, chegava a 24,6% e a rural a 75,4%.

Em 1980, a população rural baixa a 33% aproximadamente.



De toda maneira a população rural na região Centro-Oeste teve um comportamento similar ao nacional.

#### Distribuição da População na Região Centro-Oeste

O quadro seguinte mostra a população total, por estados e por residência na região Centro-Oeste.

QUADRO 4  
DISTRIBUICAO - MAPA

#### POPULACAO RECENSEADA E ESTIMADA - TOTAL

	1940	1950	1960	1970	1980
MATO GROSSO DO SUL					1.369.567
MATO GROSSO	432.265	522.044	889.539	1.597.090	1.136.691
GOIÁS	826.414	1.214.921	1.913.289	2.938.677	3.859.602
DISTRITO FEDERAL			140.164	537.492	1.176.935
CENTRO-OESTE	1.258.679	1.736.965	2.942.992	5.073.259	7.544.795
RONDÔNIA		36.935	69.782	111.064	491.069
RE. C.O.					
REPÚBLICA	41.269.315	51.944.397	70.070.459	93.139.037	119.002.706

#### POPULACAO RECENSEADA E ESTIMADA - URBANA

	1940	1950	1960	1970	1980
MATO GROSSO DO SUL					919.123
MATO GROSSO	128.727	177.830	343.569	684.189	654.952
GOIÁS	142.110	245.667	575.325	1.237.108	2.401.491
DISTRITO FEDERAL			88.334	516.082	1.139.031
CENTRO-OESTE	270.837	423.497	1.007.228	2.437.379	5.114.597
RONDÔNIA		13.816	30.186	59.564	228.539
RE. C.O.					
REPÚBLICA	12.080.182	18.782.891	31.303.034	52.084.984	80.436.409

## POPULAÇÃO RECENSEADA E ESTIMADA - RURAL

	1940	1950	1960	1970	1980
MATO GROSSO DO SUL	-	-	-	-	450.444
MATO GROSSO	303.538	344.214	545.970	912.901	483.739
GOIÁS	584.304	969.254	1.337.964	1.701.569	1.458.111
DISTRITO FEDERAL	-	-	51.830	21.410	37.904
CENTRO-OESTE	987.842	1.313.468	1.935.764	2.635.880	2.430.198
RONDONIA	-	23.119	39.606	51.500	262.530
RE. C.O.	-	-	-	-	-
REPUBLICA	28.356.133	33.161.506	38.767.423	41.054.063	38.566.297

FORTE:

Os quadros anteriores nos mostram o crescimento da população nos Estados da Região Centro-Oeste. Existindo uma diferenciação entre os mesmos. Exemplo: Goiás cresceu em 3,17 vezes no ano de 1980 em relação a 1950, inferior ao total da Região que cresceu em 4,34 vezes em relação aos mesmos anos.

## Estrutura populacional por faixa etária

QUADRO 5  
POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DOMICÍLIO

## ESTRUTURA POR GRUPOS DE IDADE - 1985

	TOTAL	%	URBANA	%	RURAL	%
0 - 4	1.200.576	13,2	835.239	12,6	365.339	14,9
5 - 9	1.209.328	13,3	843.357	12,7	365.971	15,0
10 - 14	1.085.768	11,9	772.736	11,6	313.032	12,8
15 - 19	MEDIANO 1.013.183	11,2	49,6 758.273	11,5	48,4 254.910	10,4 53,1
20 - 24	873.129	9,6	656.156	9,9	216.973	8,9
25 - 29	752.364	8,3	562.025	8,4	190.359	7,8
30 - 34	637.871	7,0	486.912	7,3	150.959	6,2
35 - 39	531.952	5,8	399.541	6,0	132.411	5,4
40 - 44	443.469	4,8	323.032	4,8	120.430	4,9
45 - 49	375.085	4,1	278.771	4,2	96.314	3,9
50 - 54	279.590	3,0	208.898	3,1	70.692	2,9
55 - 59	209.771	2,3	155.506	2,3	54.265	2,2
60 - 64	154.351	1,7	114.231	1,7	40.120	1,6
65 - 69	124.459	1,3	96.132	1,4	29.327	1,2
70 OU +	161.873	1,7	124.210	1,8	37.663	1,5
IGNORADO	81		81			
	9.052.872	100,0	6.615.107	100,0	2.438.765	100,0

FONTE: IBGE

Observando o quadro anterior se infere que a maioria da população está concentrada entre 0 e 19 anos de idade. Situação que, no presente e futuro pode gerar sérios conflitos sociais, produto de maior demanda de fontes de trabalho e serviços da população.

Origem/Destino dos principais Fluxos Migratórios na Região Centro-Oeste.

Em 1940 a 1950 foram abertas colônias pelos poderes públicos, vindo pequenos agricultores sem recursos originários do NORDESTE; onde foram distribuído pequenos lotes entre (30 e 50 hectares), onde predominaria a cultura de gêneros alimentícios principalmente o arroz, leguminosos e pequena criação de animais. As principais cidades foram Ceres em 1940, Dourados em 1943 e Rondonópolis em 1951.

Originou de zona de colonização espontânea aberta pelos eixos de comunicação que ligaram a região aos grandes centros e mercados do sul e do norte como por exemplo Catalão, onde foi inicialmente alcançada com o avanço do café e da estrada de ferro, também as zonas ao redor da estrada Belém-Brasília e Cuiabá e Porto Velho.

Outras causas de fluxo migratório foram a exaustão das frentes pioneiras do estado da Bahia e o forte afluxo de migrantes para o desflorestamento das pastagens favorecidas pelos créditos da SUDAM (Araguaína). Neste município os conflitos de terras são muito violentos e onde os pequenos produtores são expulsos como exemplo o Norte de Goiás.

As condições de crescimento das cidades variam segundo as regiões. Nas pequenas cidades de Mato Grosso e de Goiás e nas cidades médias situadas na periferia da zona densa como Rio Verde, Jataí, Itumbiara e Catalão; não aproveitaram do afluxo de migrantes vindos das zonas rurais, vivendo uma relativa estagnação; reduzindo sua atratividade diante de cidades mais influentes como Goiânia e Anápolis.

Em 1960 com a criação de Brasília, achava-se que a dinamização da zona rural vizinha iria ser valorizada; mas foi ao contrário. A proximidade com Brasília acelerou o êxodo rural.

De um modo geral, os arredores de Brasília presenciaram uma queda da população rural que vai de par com uma forte urbanização das cidades satélites do Distrito Federal e alguns municípios como: Formosa, Planaltina, Santo Antonio do Descoberto e Luziânia.

A partir de 1970, a região Centro-Oeste beneficiou-se com nova fase de expansão, baseada no aproveitamento agrícola dos cerrados, substituindo particularmente a produção de grãos, e numa pecuária mais extensiva, em substituição à pecuária ultra-extensiva tradicional.

Viabilizou a ocupação da região através da política de colonização e do sistema de incentivos fiscais na amazônia Legal e através dos programas especiais, dentro dos quais destacaram-se o POLOCENTRO e o POLAMAZONIA.

Identificou-se uma migração de caráter eminentemente interestadual para Rondônia, Mato Grosso e Distrito Federal, procedentes sobretudo do Paraná.

Em Goiás e Mato Grosso do Sul o principal movimento da população é originário dos próprios estados a qual é denominada migração intra-estadual que é complementada por fluxos

migratórios menos significativos oriundos do Maranhão e de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Evidente que o crescimento populacional dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Distrito Federal; está vinculado ao componente migratório, ao passo que Goiás e Mato Grosso do Sul esse incremento é proveniente do crescimento vegetativo de suas populações.

Há dois tipos predominantes do fluxo migratório, de acordo com áreas características de atração, dentro da Região:

- Migração interestadual que predomina em Rondônia, no Norte de Mato Grosso e no Norte de Goiás, e que é medida, através de informações sobre o local de nascimento dos migrantes.

- Migração intra-estadual de direção rural/urbano que sugere o início do fechamento da fronteira agrícola nessas áreas com a expansão da agricultura dinâmica de exportação.

Como consequência, o fluxo migratório tem duas saídas: dirigir-se para centros urbanos; como se verifica na última década nos estados de Mato Grosso e Goiás que geram os fluxos intra-estaduais, ou abre novas frentes pioneiras, como é o caso típico de Rondônia.

Este processo está vinculado ao modo como se realiza a acumulação de capital, com seus reflexos, tanto na geração quanto na distribuição de oportunidades de trabalho.

O fluxo urbano intenso, de qualquer época, é maior em relação aos demais. Os fluxos rurais têm mais incidência antes de 1965.

Depois dessa época os migrantes urbanos precederam os rurais.

O fluxo migratório rural/rural é predominante em Rondônia. Levam a crer numa expansão da fronteira em direção ao Norte do País, e retorno às regiões do Sul.

Na taxa migratória nas décadas de 1970 a 1980, verificase que existem padrões bastante distintos e que são peculiares a cada unidade, sendo que a mais alta é encontrada em Rondônia, seguida por Mato Grosso pelo Distrito Federal, por Mato Grosso do Sul e Goiás.

O saldo do balanço migratório dos estados da região Centro-Oeste é positivo e volumoso. Desta forma os determinantes da migração estão relacionados ao mercado econômico e às formas

com que são aplicadas as políticas de estímulo ao desenvolvimento de cada área.

OBS.: Os fluxos migratórios encontram-se graficados no mapa 4, as informações são da SUDECO no ano de 1980.

QUADRO 6  
FLUXO MIGRATÓRIO - 1980

ESTADOS	URBANO/ URBANO	URBANO/ RURAL	RURAL/ URBANO	RURAL/ RURAL
RONDÔNIA	(26,9)	(7,6)	(14,7)	(50,8)
MATO GROSSO	(34,7)	(7,2)	(13,9)	(37,6)
GOIÁS	(40,6)	(5,8)	(23,9)	(25,7)
MATO GROSSO DO SUL	(42,6)	(5,8)	(24,4)	(27,7)

### 3.3. Urbanização

Apesar do caráter de fronteira agrícola, nota-se que a população do Centro-Oeste tem mostrado uma tendência à urbanização acentuada, a exemplo do que está ocorrendo no resto do país.

A população que se localizava em áreas urbanas, conforme censo de 1970 era 47,4%. Em 1980 há um rápido acréscimo do processo de urbanização, com cerca de 2/3 (67%) da população urbanizada. Os grandes responsáveis por essa concentração de população no meio urbano são o DF (97%), GO (63%) e MS (68%).

É notório o fenômeno do êxodo rural sobretudo em Goiás e em Mato Grosso do Sul, constituindo a base do processo de urbanização e constatando o predomínio da migração intrastadual nesses Estados.

O êxodo rural ocorre com mais intensidade em áreas onde predominam a exploração de uma agricultura mais dinâmica, intensiva, de capital, cujos produtos são destinados basicamente ao abastecimento de mercados externos, combinando a um processo de pecuarização em fase consolidada, explorada em moldes eminentemente extensivos. O Sudeste goiano, Nordeste e Sul do Mato Grosso do Sul expressam aquela primeira dinâmica e o Norte goiano, Oeste, centro e Leste de Mato Grosso do Sul a segunda. Observa-se um esvaziamento do campo, em função da estagnação econômica a que está submetida boa parte dos municípios localizados no Nordeste goiano.

O crescimento das cidades no Centro-Oeste não é equilibrado, considerando-se que, em 1970, 43,3% da população urbana das sedes estava concentrada nas três cidades com mais de 100.000 habitantes: Goiânia, Brasília com suas cidades satélites e Campo Grande. Em 1980, 51,4% concentravam-se nos seis maiores centros, com mais de 100.000 habitantes, incluindo além daqueles, Cuiabá, Porto Velho e Anápolis, identificando-se assim a tendência à concentração de população em grandes cidades, que são também as mais concentradoras de funções centrais. Destacam-se Goiânia e Brasília como os dois centros regionais de mais altas taxas de crescimento e incrementos significativos, os quais aumentaram sua participação na população urbana total da região de 21,7% em 1970, para 26,7% em 1980.

Quanto às cidades de porte médio, na região Centro-Oeste, pode-se considerar as de faixa entre 20.000 e 100.000 habitantes, representando 8,7% do total de sedes municipais e abrigam 24% da população urbana total de tais sedes na região excluído o DF.

É significativo o número de cidades (305) com menos de 20.000 habitantes na região, aproximadamente 80% do total das sedes municipais, incluídas na categoria de pequenas cidades e abrigam 38% da população urbana total das sedes municipais na região, excluída a do Distrito Federal.

Na última década, houve não só a expansão do número de cidades nesta categoria como também da população urbana que o conjunto delas abriga. Estas apresentam-se importantes no cenário urbano-regional se pensarmos na possibilidade de um real atendimento da população rural que a elas se vinculam.

Os núcleos com menos de 5.000 habitantes (239 em 1970 e 199 em 1980), em geral proliferam basicamente na fase mais intensa de ocupação das sub-regiões. A evolução dos mesmos, na década, variou segundo a dinâmica e o grau de diversificação econômica da sub-região onde se inserem. Assim um mesmo tipo de evolução pode ter explicações diferentes:

- pode ser acolhida passageira de desempregados rurais que não são absorvidos em caráter permanente pelo mercado de trabalho urbano, ou de trabalhadores temporários do meio rural, vinculada, portanto, ao êxodo rural de uma zona pouco dinâmica do ponto de vista da geração de empregos;

- (pode ser outros casos) também de êxodo rural, paralelo à intensificação do desenvolvimento de funções de apoio, em núcleos urbanos mais vinculados a áreas, por sua vez, mais dinâmicas e integradas do ponto de vista econômico urbano-rural;

a necessidade original de apoio às atividades do meio rural, ênfase de implantação, que justificam o aparecimento e o crescimento de tais núcleos.

Ocorre que não são raros os núcleos urbanos de pequeno porte que vem perdendo população em termos absolutos, seja por falta de política de contrapeso às implicações negativas do êxodo rural sobre os mesmos, seja pela polarização exercida por cidades de maior porte e melhor estruturadas. Mesmo nas áreas novas, observa-se também uma tendência de concentração populacional nos poucos núcleos urbanos existentes, ao invés do que se poderia supor sobre uma possível tendência à grande disseminação de núcleos urbanos produzidos. De acordo com esta observação, Rondônia apresenta fortes incrementos urbanos e núcleos com ocupação muito rápida e desordenada do solo.

Estes pequenos núcleos urbanos precisam ser avaliados, pois correm o risco de desaparecerem.

Além do grande contingente populacional rural que tem nas pequenas cidades em um primeiro nível de apoio, embora incipiente, há que se considerar as grandes distâncias existentes entre os centros urbanos mais importantes da região. Devem também ser consideradas as realidades sub-regionais distintas quanto aos graus de densificação e articulação da rede urbana. Assim tem-se que, no Sul de Goiás e Mato Grosso do Sul e em torno do DF e Sul de Mato Grosso, é denso e desarticulado (presença de capitais em áreas menos dinâmicas economicamente, exercendo a polarização sobre a sua área de influência no sentido de desvitalização dos centros urbanos nela inseridos); no Norte e Nordeste de Goiás, Noroeste de Mato Grosso do Sul e Oeste de Mato Grosso do Sul, o sistema é rarefeito e desestruturado; e em Rondônia e Norte de Mato Grosso o sistema de cidades está em fase de formação, com o surgimento recente de novos núcleos urbanos.

Para a avaliação das observações acima descritas foi feito um levantamento das regiões de influências das cidades no Centro-Oeste com base no trabalho "Regiões de Influência das Cidades" IBGE-MHU, o qual descreveremos a seguir.

#### 3.4. Hierarquização dos Centros Urbanos como localidades Centrais e suas Áreas de Influência

- O presente estudo tem como quadro de referência inicial a teoria das localidades centrais ou da centralidade e a centralidade de que dispõem é derivada de seu papel como centros distribuidores de bens e serviços.



A hierarquia dos centros se processa de modo que as localidades centrais de baixo nível hierárquico distribuam bens e serviços procurados muito frequentemente, possuindo área de influência espacialmente restrita; as de nível imediatamente superior distribuem além daqueles bens e serviços distribuídos menos procurados, possuindo uma área de influência maior que inclui os centros menores e suas respectivas áreas de influência.

O centro de mais alto nível distribui, finalmente, todos os bens e serviços já repassados pelos centros inferiores, distribuindo, ainda, alguns para os quais se constitui no único centro distribuidor para uma ampla região do país.

As localidades centrais formam uma rede de centros onde se faz a interligação entre as diversas regiões que participam de uma complexa divisão territorial do trabalho, cada uma com suas especialidades próprias em termos de produção, mas tendendo, ainda que não uniformemente, a consumir parcela significativa dos bens e serviços produzidos nas diferentes regiões interligadas entre si. A rede de localidades centrais, aparece, assim, como uma das cristalizações materiais do sistema de produção: circulação - distribuição - consumo.

O papel de um centro urbano não se limita apenas a distribuição varejista e de prestação de serviços a uma população externa. Os centros urbanos também realizam outros papéis que encontram correlação com a hierarquia de localidades centrais, que serão sumariamente descritos a seguir:

a) distribuição grossista vendas no atacado e através de representantes comerciais;

b) circulação de excedentes produzidos pela sociedade;

c) os investimentos tendem, a seguir os níveis de hierarquia urbana, culminando nos centros metropolitanos, ou então, tendendo a se localizarem em áreas rurais novas que passam a ser incorporadas ao âmbito da influência da localidade central;

d) os lucros que circulam através da rede bancária, utilizando a rede hierarquizada de centros como pontos de apoio;

e) localização das sedes sociais das empresas nos centros da rede, culminando com a concentração do poder de decisão econômico nos centros metropolitanos nacionais e regionais, onde se localizam as sedes e escritórios filiais das grandes empresas nacionais e internacionais;

f) localização do poder político de acordo com a hierarquia dos centros urbanos, culminando no centro metropolitano nacional;

g) a industrialização nos países subdesenvolvidos tende a se verificar nos centros metropolitanos onde existe uma série de fatores locais que leva a esta concentração.

Além de constituir-se em uma cristalização material que articula, através da distribuição, os processos de produção, circulação e consumo, a rede de localidades centrais constitui-se, ela própria, em um conjunto de locais de consumo e, adicionalmente em uma cristalização onde se verifica parte da produção propriamente dita e onde ainda se cristaliza o sistema de decisão, gestão e controle do sistema social através da localização seletiva da elite e dos órgãos de administração do estado.

A rede de localidades centrais aparece como uma categoria de análise da rede urbana regional ou nacional, nas áreas marcadas pelo predomínio de uma economia agropastoril - como o Centro-Oeste influenciada indiretamente pela industrialização ou, quando esta se faz sentir diretamente, pela sua presença física, em setores limitados do território regional ou nacional.

Para este trabalho a nível nacional da centralidade dos centros urbanos, isto é, os bens e serviços que distribuem e a área onde distribuição se realiza, são provenientes de um questionário aplicado seletivamente em 1416 sedes municipais.

Foram considerados 76 (setenta e seis) bens e serviços. Os 12 (doze) primeiros são aqueles que designam o nível hierárquico de centro metropolitano; os 23 que se seguem são definidores do nível de capital regional, enquanto os próximos 20 designam o nível hierárquico de centro sub-regional. Os três conjuntos acima mencionados referem-se aos bens e serviços associados à questão da procura, por parte dos moradores das cidades pesquisadas, aos centros de níveis hierárquicos mais elevados. Finalmente, os 20 últimos bens e serviços, indicados no quadro, são referentes ao nível de centro de zona e foram pesquisados na questão da procedência usual da população a cada cidade pesquisada.

A seguir apresentaremos o quadro com os bens e serviços selecionados segundo Níveis Hierárquicos de Oferta

Centro Metropolitano: Comércio varejista    Comércio atacadista -  
 Serviços  
 1. Equipamento para consultório dentário

2. Equipamento médico-cirúrgico
3. Caminhões Scania-Vabis
4. Livros importados
5. Instrumentos ópticos de precisão
6. Produtos farmacêuticos
7. Estação de TV
8. Exame de Eletroencefalograma
9. Escola de Engenharia
10. Faculdade de Medicina
11. Escritório de Publicidade
12. Escritório de Consultoria econômica e planejamento.

Capital Regional: Comércio varejista - Comércio Atacadista e representações - Serviços

1. Máquinas para escritório
2. Material para dentista
3. Oxigênio para hospitais
4. Máquinas de calcular
5. Refrigeradores comerciais
6. Materiais indústria gráfica
7. Caminhões FNM ou Mercedes-Benz
8. Lanchas e motores de popa
9. Pratarias e cristais
10. Livros para engenharia ou medicina
12. Tecidos
13. Cigarros
14. Jornais diários
15. Médico oftalmologista
16. Médico cardiologista
17. Médico neurologista
18. Exame de eletroencefalograma
19. Faculdade de economia
20. Faculdade de administração
21. Faculdade de direito
22. Instalações hidráulicas ou elétricas
23. Escritório de arquitetura

Centro Sub-Regional: Comércio varejista - Comércio atacadista e representações - Serviços

1. Arados e Tratores
2. Televisores
3. Cortinas e Tapetes
4. Máquinas de escrever
5. Veículo Ford ou General Motors
6. Bicicletas
7. Motores e Bombas
8. Azulejos decorados
9. Máquinas fotográficas
10. óculos com receita médica
11. Produtos alimentares em conserva

12. Material de limpeza doméstica
13. Artigos de armarinho
14. Gás de botijão
15. Material para construção civil
16. Médico pediatra
17. Médico ginecologista
18. Médico otorrinolaringologista
19. Faculdade de filosofia, ciências e letras
20. Serviços de engenharia.

Centro de	Zona: Comércio varejista	Comércio atacadista
	Serviços	
	1. Sacaria, arame farpado, inseticidas e ferramentas agrícolas	
	2. Ferro de engomar, rádio, liquidificador e geladeira	
	3. Móveis estofados	
	4. Peças e acessórios de veículos	
	5. Automóvel novo - Volkswagen	
	6. Tintas e Cerâmica	
	7. Ferragens e louça	
	8. Cerveja	
	9. Coca-cola	
	10. Hospital geral	
	11. Médico clínico-geral	
	12. laboratório de análises clínicas	
	13. Curso normal	
	14. Curso do 2o. grau	
	15. Agência de banco particular	
	16. Agência de banco estadual	
	17. Agência de banco do Brasil	
	18. Serviço de contabilidade	
	19. Impressos	
	20. Escritório de Advocacia	
	21. Estação de rádio	

De acordo com os procedimentos adotados, verificou-se que o Brasil apresenta, além de duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, onze cidades que desempenham o papel de metrópoles regionais: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo-Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia.

A região Centro-Oeste recebe influência externa das seguintes metrópoles: São Paulo, Curitiba, Manaus, Belém; conforme mapa 5.

Internamente a região Centro-Oeste apresenta a seguinte hierarquização:

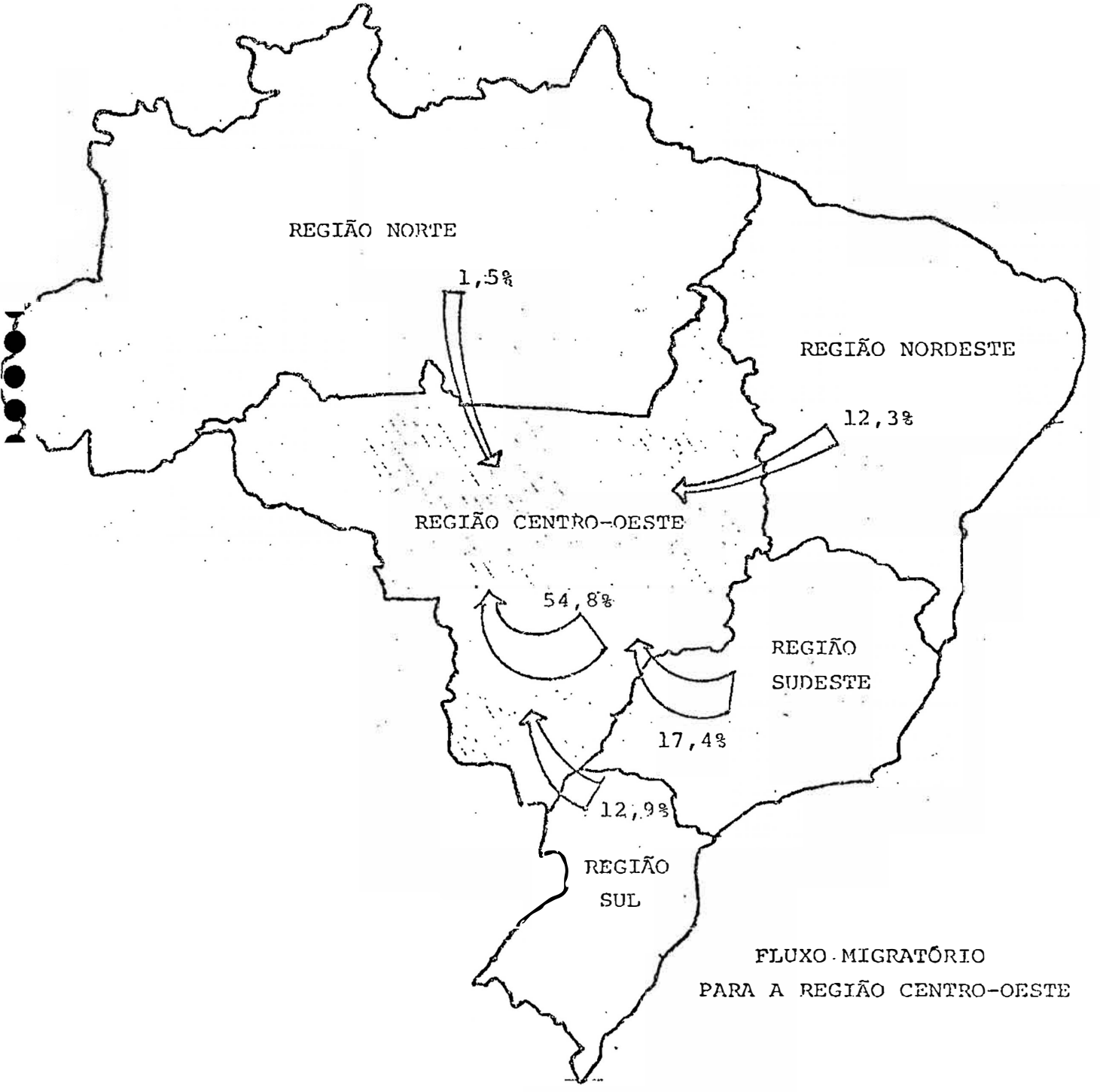
- MR Metrópole Regional - 1 (Goiânia)
- CS Centro Sub-metropolitano - 2 (Campo Grande e Cuiabá)
- CR Capital Regional - 5 (Brasília, Anápolis, Dourados, Rondonópolis e Porto Velho).
- C.Sub - Centro Sub-Regional - 7 (Ponta Porã, Fátima do Sul, Rio Verde, Jataí, Itumbiara, Araguaína, Ceres).
- CZ - Centro de Zona - 63 (Naviraé, Glória de Dourados, Nova Andradina, Rosário Oeste, Diamantino, Pocoré, Cáceres, Gueratinga, Jaciara, Piracanjuba, Pontalina, Paraúna, Palmeiras de Goiás, Anicuns, São Luis de Montes Belos, Iporã, Barra do Garças, Jussara, Mazorlândia, Hapuranga, Goiás, Itaberaí, Inhumas, Sta. Helena de Goiás, Mineiros, Caiapônia, Goiatuba, Buriti Alegre, Pedro Afonso, Miracena do Norte, Cachoeira Alta, Alto Araguaia, Quirinópolis, Morrinhos, Caldas Novas, Pires do Rio, Ipameri, Goiandira, Catalão, Silvânia, Petrolina de Goiás, Jaraguá, Goianésia, Porto Nacional, Gurupi, São Miguel do Araguaia, Perangatu, Uruaçu, Itapaci, Rubiataba, Uruana, Luziânia, Formosa, Posse, Arraias, Dianópolis, Porto Nacional, Jaciara, Gueratinga, Tocantinópolis).
- MS - Municípios Subordinados = 248

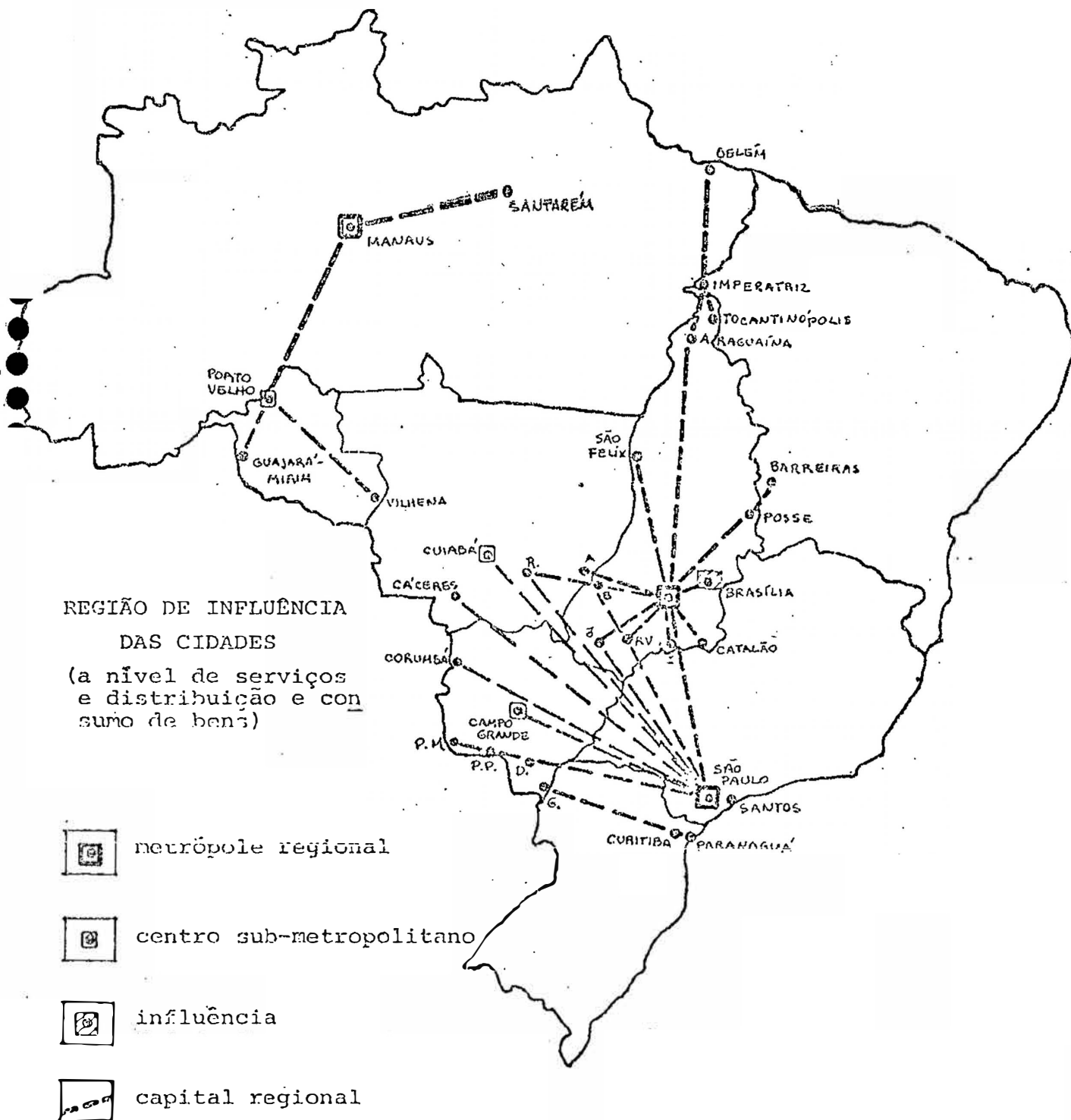
Observações: Nosso mapeamento segundo o mapa ó se restringiu ao mapeamento dos Centros de Zona, pois nos interessa até esta categoria, com exceção de Rondônia pois depois de Porto Velho só se detecta MS.

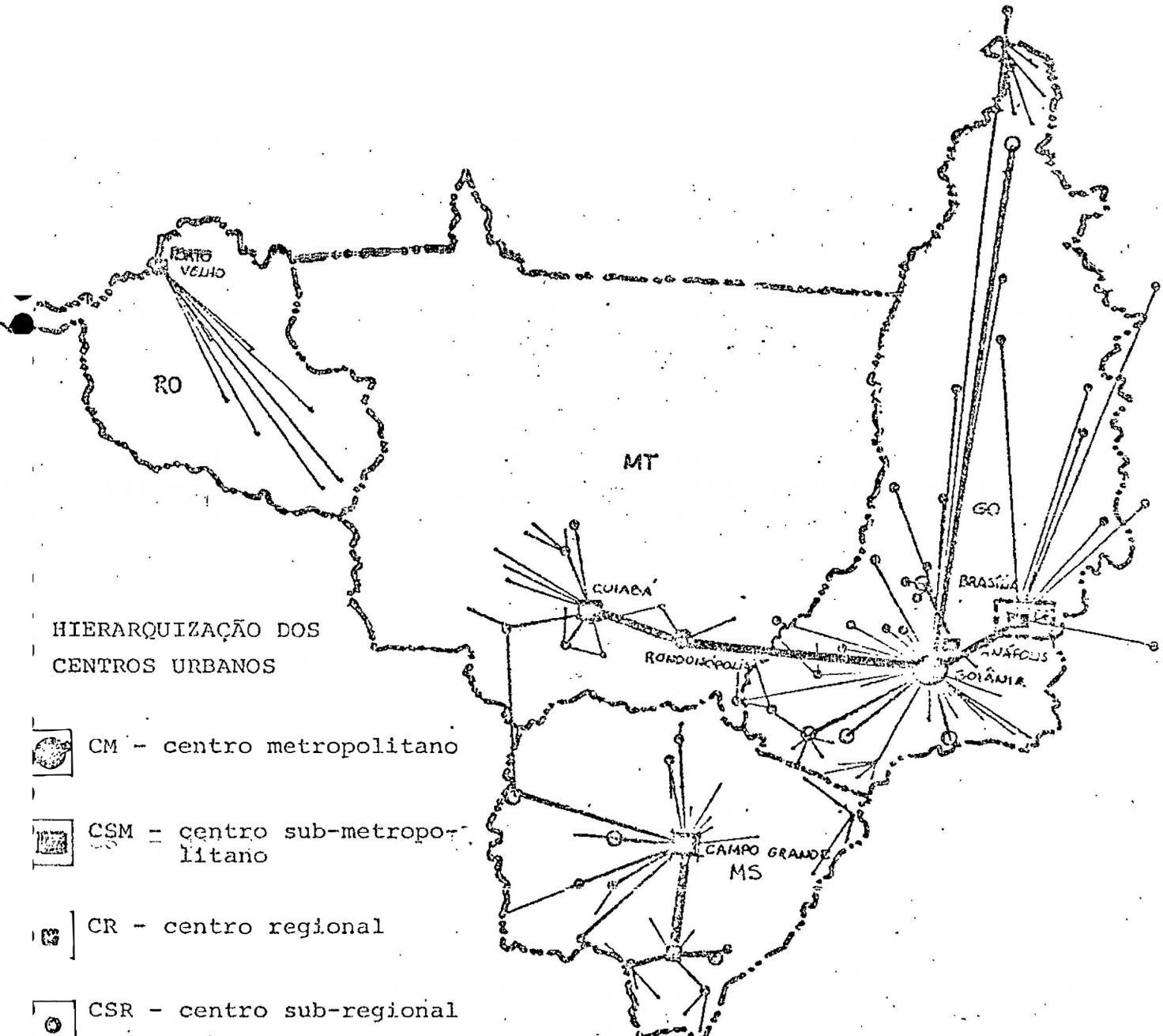
Após a elaboração do mapa com a hierarquização e enlace dos sistemas urbanos é possível avaliar:

- É bastante deficiente, levando-se em consideração a extensão do Território a região de núcleos urbanos nas categorias: Capital Regional e Centro Sub-Regional;







- Comprova-se que o Sul de Goiás através do pólo principal Goiânia é a área mais articulada do Centro-Oeste, seguido de Mato Grosso do Sul através de Campo Grande e Mato Grosso com Cuiabá e depois Rondônia em processo de estruturação;







HIERARQUIZAÇÃO DOS CENTROS URBANOS

-  CM - centro metropolitano
-  CSM - centro sub-metropolitano
-  CR - centro regional
-  CSR - centro sub-regional
-  CZ - centro zona
-  MS - município subordinado



- As grandes distâncias comprometem as ligações entre os centros principais.

- Existe uma tendência de ligação do espaço de influência de Goiânia com o de Cuiabá, tendo como ponto de ligação entre os dois a cidade de Rondonópolis;

- Existe um eixo de penetração do Sul de Goiás para o Norte no estado de Goiás partindo de Goiânia tendo a Belém-Brasília como estruturação do espaço.

Concluiu-se então 5 (cinco) espaços polarizados que estão graficados no mapa 5, levando-se em conta que foi mapeado além da sede do município o município como um todo.

Estes espaços surgiram do mapeamento dos municípios envolvidos no enlace dos sistemas urbanos. Foi feito um cruzamento destas manchas com os sub-espacos da Região Centro-Oeste proposto pela SUDECO no mapa 1.

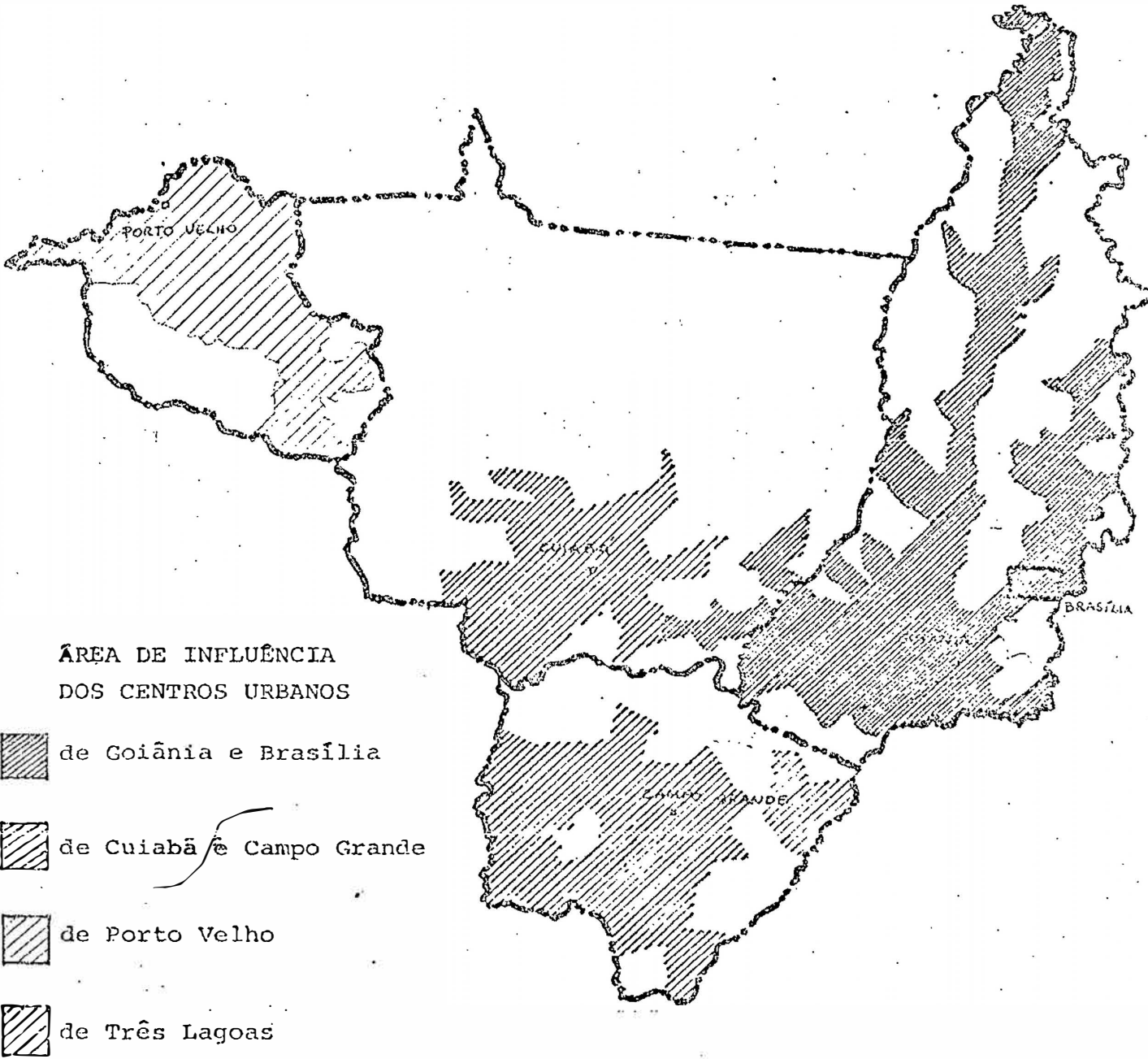
### 3.5. Estrutura Econômica Intra-regional

A partir das sub-regiões definidas no mapa 7, temos 5 espaços definidos, que confirmam subsistemas urbanos integrados.

O espaço da área de influência de Campo Grande concentra setores que são mais dinâmicos a nível do Estado de Mato Grosso do Sul do que a nível da região Centro-Oeste. Este espaço detém economias de aglomeração e vantagens comparativas para atividades destinadas à exportação. Entretanto, vem perdendo posição relativa, tendendo a uma estrutura produtiva distinta da estrutura produtiva da região Centro-Oeste. Do ponto de vista dos padrões de localização de atividades, este espaço detém setores voltados a uma associação com o mercado, com uma estrutura territorial composta de uma distribuição de cidades aproximadas ao tipo "log-normal", com uma extensão periférica pequena ao seu redor.

O espaço formado pela área de influência de Cuiabá está especializado em setores de alto crescimento, contudo sem dispor de vantagens comparativas e economias de aglomeração. Detém uma estrutura produtiva similar à da região Centro-Oeste. O padrão de localização setorial neste espaço é formado por atividades que apresentam fortes associações com o mercado e uma estrutura territorial tendendo a uma situação de primazia urbana e um grande espaço periférico.

O espaço polarizado por Goiânia tende a um crescimento econômico menor que o crescimento a nível regional, e à sua



falta de economias de aglomeração para o desenvolvimento das atividades de maior crescimento a nível regional, apesar de apresentar uma estrutura produtiva similar à estrutura produtiva da região. O padrão de localização de atividades compõe-se dos setores com forte associação aos mercados, e este espaço é formado por uma estrutura territorial com tendência à distribuição de cidades "log-normal" e uma área periférica relativamente pequena.

O espaço polarizado por Porto Velho apresenta uma especialização em setores de baixo crescimento a nível regional. Contudo, mesmo assim, este espaço está especializado setorialmente, apresentando uma estrutura produtiva similar à estrutura regional.

O padrão de localização das atividades neste espaço também está fortemente calçado na associação com o mercado. Sua estrutura territorial tende à uma situação de primazia, com periferia pequena.

O espaço de influência do Distrito Federal detém setores de alto crescimento a nível da região Centro-Oeste, com uma especialização nestes setores. A estrutura produtiva deste espaço apresenta uma relativa dissimilaridade com respeito à estrutura da região como um todo. O padrão de localização setorial deste espaço polarizado, ademais de atividades com associação ao mercado, contém setores com orientação à dispersão periférica. Sua estrutura territorial tende à uma distribuição primária/cidades com periferia pequena.

Os setores produtivos na região Centro-Oeste estão relativamente desconcentrados por toda a região, e assim, presumivelmente localizáveis em algumas subregiões.

A região Centro-Oeste não apresenta setores com tendência à uma forte concentração metropolitana, nem à uma relativa concentração em áreas metropolitanas e sua periferia imediata. Prevalece uma tendência setorial à dispersão relativa à periferia e associação com os mercados.

O setor agropecuário e o setor administração pública apresentam uma distribuição regional bem distinta, comparativamente à região, enquanto que os setores comércio, transporte, aluguéis e outros serviços apresentam uma distribuição similar entre os estados que configuram a região como um todo.

Os estados que integram a região apresentam uma estrutura produtiva similar à macrorregião como um todo. O Estado de Mato Grosso é o que apresenta a estrutura mais semelhante à da região Centro-Oeste, e o DF, a mais distinta.

Com relação à estrutura regional, constata-se que a região Centro-Oeste como um todo, apresenta subestruturas urbanas de tipo primazes como é o caso de Mato Grosso, Rondônia e Distrito Federal e sistemas urbanos tendendo a uma distribuição "log-normal" - Mato Grosso do Sul e Goiás. AS formações periféricas da região se classificam em dois tipos: periferia grande - entorno ao espaço de Cuiabá e periferia pequena - em torno dos espaços de Campo Grande, Goiânia, Porto Velho e Brasília.

### 3.6. Tendências Espaciais nos Espaços Polarizados

Campo Grande: consolidação com concentração

Cuiabá: expansão com concentração

Goiânia: consolidação com concentração

Porto Velho: expansão com dispersão

DF: consolidação com dispersão.

Campo Grande: existência de vantagens comparativas e economias de aglomeração, com setores voltados ao mercado e especialização em uma só atividade e estrutura produtiva similar à da região, com distribuição "log-normal" e periferia pequena - tendência à consolidação com concentração.

Cuiabá: falta de vantagens comparativas e de economias de aglomeração, com setores voltados ao mercado e especialização em alguns setores e estrutura produtiva similar à da região, com distribuição primaz periferia grande expansão com concentração.

Goiânia: falta de economias de aglomeração para setores exportadores, especialização em vários setores e estrutura produtiva similar à da região Centro-Oeste, voltadas para o mercado; distribuição "log-normal" com periferia pequena tendência à consolidação com concentração.

Porto Velho: existência de economias de aglomeração, especialização em vários setores, atividades voltadas ao mercado, distribuição produtiva similar à região Centro-Oeste, distribuição "primacy" e periferia pequena expansão com dispersão.

DF: tendência à consolidação com dispersão.

## QUADRO 1

TAXAS DE CRESCIMENTO 1980-1975 SEGUNDO CIFRAS DO  
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES ANOS 1975 E 1980

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO	GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	CENTRO-OESTE
AGROPECUARIO	148,1	100,3	36,2	138,7	81,1	78,5
INDUSTRIA	280,7	147,1	1463,9	519,5	51,9	282,0
COMERCIO	28,2	78,8	28,2	130,0	37,2	38,9
TRANSPORTE	77,2	96,2	86,6	155,9	67,1	82,4
FINANÇAS	53,3	76,6	70,8	458,5	465,5	265,0
ADM.PUBLICA	80,7	115,7	18,3	189,7	29,6	39,5
ALUGUEIS	56,1	109,6	47,7	235,6	86,7	72,1
OUTROS SERVIÇOS	94,5	201,3	103,6	179,4	279,6	166,4
TOTAL	110,1	113,8	82,6	212,2	123,5	107,5

FORTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

## QUADRO 2

EFEITOS TOTAIS, DIFERENCIAIS E ESTRUTURAIS SEGUNDO CIFRAS DO  
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES ANOS 1975 E 1980  
ESTADOS-CENTRO OESTE

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO	GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	CENTRO-OESTE
AGROPECUARIO	16290143	1900285	-19728460	1525005	13027	0
INDUSTRIA	-69305	-7113556	37318276	2969225	-33104639	0
COMERCIO	-1171458	2238525	-2541928	1657658	-182797	0
TRANSPORTE	-155392	179166	241453	469139	-734366	0
FINANÇAS	-9511716	-5635944	-15470754	205631	30412783	0
ADM.PUBLICA	2320767	2814938	-2361228	1717381	-4491858	0
ALUGUEIS	-786978	1241306	-2913748	1386858	1072562	0
OUTROS SERVIÇOS	-4259581	1116545	-8756833	129067	11770002	0
E. DIFERENCIAL	2656479	-3258735	-14213221	10059964	4755513	0
E. TOTAL	1667571	2144429	-31023267	9775163	17436164	0
E. ESTRUTURAL	-986908	5403164	-16816046	-284801	12680592	0

FORTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

## ANÁLISE DIFERENCIAL-ESTRUTURAL

## CENTRO OESTE-BRASIL

Agropecuário	41334583
Industria	69998520
Serviços	122891254

Efe. Total	226471300
Efe. Dif.	234224357
Efe. Estr.	-7753057

## QUADRO 3

PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES ANO 1975  
PREÇOS DE 1980

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO	GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	CENTRO-OESTE
AGROPECUARIO	23425893	8743750	46570536	2535714	513393	81789266
INDUSTRIA	5218848	5271482	14384000	1250455	3157607	29282393
COMERCIO	10999054	5610054	23777634	1819152	11257821	53463714
TRANSPORTE	2964170	1297670	5846277	638616	4785304	15532036
FINANÇAS	4492214	2992152	7966241	106241	15169313	30726161
ADM.PUBLICA	5640179	3695536	11125000	1143750	45248214	66852679
ALUGUEIS	4916848	3307777	11938098	848259	7332000	28342982
OUTROS SERVIÇOS	5923196	3202696	13945009	997518	10404223	34472643
TOTAL:	63580402	34121116	135552795	9339705	97867875	340461893

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

## QUADRO 4

PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES ANO 1975  
PREÇOS DE 1980 (PARTICIPAÇÃO POR ESTADOS)

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO	GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	CENTRO-OESTE
AGROPECUARIO	28,64	10,69	56,94	3,10	0,63	100,00
INDUSTRIA	17,82	18,00	49,12	4,27	10,78	100,00
COMERCIO	20,57	10,49	44,47	3,40	21,06	100,00
TRANSPORTE	19,08	8,35	37,64	4,11	30,81	100,00
FINANÇAS	14,62	9,74	25,93	0,35	49,37	100,00
ADM.PUBLICA	8,44	5,53	16,64	1,71	67,68	100,00
ALUGUEIS	17,35	11,67	42,12	2,99	25,87	100,00
OUTROS SERVIÇOS	17,18	9,29	40,45	2,89	36,18	100,00
TOTAL	18,67	10,02	39,81	2,74	28,75	100,00

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

## QUADRO 5

PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES ANO 1975  
PREÇOS DE 1980 (ESTRUTURA SETORIAL)

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	CENTRO-OESTE	
AGROPECUARIO	36,84	25,63	34,36	27,15	0,52	24,02
INDUSTRIA	8,21	15,45	10,61	13,39	3,23	8,60
COMERCIO	17,30	16,44	17,54	19,48	11,50	15,70
TRANSPORTE	4,66	3,80	4,31	6,84	4,89	4,56
FINANÇAS	7,07	8,77	5,88	1,14	15,50	9,02
ADM.PUBLICA	8,87	10,83	8,21	12,25	46,23	19,64
ALUGUEIS	7,73	9,69	8,81	9,08	7,49	8,32
OUTROS SERVIÇOS	9,32	9,39	10,29	10,68	10,63	10,13
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FORTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

## QUADRO 6

PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1980  
PREÇOS DE 1980

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	CENTRO-OESTE	
AGROPECUARIO	58114239	17511192	63417594	6052216	929628	146024069
INDUSTRIA	19849119	13025954	49381602	7746545	21848922	111872342
COMERCIO	14101633	10026546	30475273	4183700	15449614	74238766
TRANSPORTE	5252434	2546632	10907390	1634229	7995933	28336618
FINANÇAS	6884400	5285100	13605200	593400	85779200	112147300
ADM.PUBLICA	10190364	7971225	13161201	3313226	58641821	93277837
ALUGUEIS	7674497	6933707	17630698	2846639	13690307	48775848
OUTROS SERVIÇOS	11522197	9449817	28398281	2786856	39491838	91848989
TOTAL	133608863	72952173	226977439	29156811	243827263	706522569

FORTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

## QUADRO 7

PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1980  
PREÇOS 1980 (PARTICIPAÇÃO POR ESTADOS)

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO GOIAS	RONDONIA D.FEDERAL	CENTRO-OESTE		
AGROPECUARIO	39,80	11,99	43,43	4,14	0,64	100,00
INDUSTRIA	17,76	11,64	44,14	6,92	19,53	100,00
COMERCIO	18,99	13,51	41,05	5,64	20,81	100,00
TRANSPORTE	18,54	8,99	38,49	5,77	28,22	100,00
FINANÇAS	6,14	4,71	12,13	0,53	76,49	100,00
A.PUBLICA	10,92	8,55	14,11	3,55	62,87	100,00
ALUGUEIS	15,73	14,22	36,15	5,84	28,67	100,00
OUTROS SERVIÇOS	12,54	10,51	30,92	3,03	43,00	100,00
TOTAL	18,91	10,33	32,13	4,13	34,51	100,00

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

## QUADRO 8

PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1980  
PREÇOS DE 1980 (ESTRUTURA SETORIAL)

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO GOIAS	RONDONIA D.FEDERAL	CENTRO-OESTE		
AGROPECUARIO	43,50	24,00	27,94	20,76	0,38	20,67
INDUSTRIA	14,87	17,86	21,76	26,57	8,96	15,83
COMERCIO	10,55	13,75	13,43	14,35	6,34	10,51
TRANSPORTE	3,93	3,49	4,81	5,60	3,28	4,01
FINANÇAS	5,15	7,24	5,99	2,04	35,18	15,87
ADM.PUBLICA	7,63	10,93	5,80	11,36	24,05	13,20
ALUGUEIS	5,74	9,50	7,77	9,76	5,61	6,90
OUTROS SERVIÇOS	6,62	13,23	12,51	9,56	16,20	13,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.



QUADRO 9 - QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO SEGUNDO CIFRAS DO  
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1975

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO	GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	CENTRO-OESTE
AGROPECUARIO	1,53	1,07	1,43	1,13	0,02	1,00
INDUSTRIA	0,95	1,80	1,23	1,56	0,38	1,00
COMERCIO	1,10	1,05	1,12	1,24	0,73	1,00
TRANSPORTE	1,02	0,83	0,95	1,50	1,07	1,00
FINANÇAS	0,78	0,97	0,65	0,13	1,72	1,00
ADM.PUBLICA	0,45	0,55	0,42	0,62	2,35	1,00
ALUGUEIS	0,93	1,16	1,06	1,09	0,90	1,00
OUTROS SERVIÇOS	0,92	0,93	1,02	1,05	1,05	1,00

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

QUADRO 10  
COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO SEGUNDO VALORES DO  
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1975

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO	GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	CENTRO-OESTE
AGROPECUARIO	0,1282	0,0160	0,1033	0,0313	-0,2350	0,0000
INDUSTRIA	-0,0039	0,0685	0,0201	0,0479	-0,0537	0,0000
COMERCIO	0,0160	0,0074	0,0184	0,0377	-0,0420	0,0000
TRANSPORTE	0,0010	-0,0076	-0,0025	0,0228	0,0033	0,0000
FINANÇAS	-0,0196	-0,0026	-0,0315	-0,0789	0,0647	0,0000
ADM.PUBLICA	-0,1076	-0,0881	-0,1143	-0,0739	0,2660	0,0000
ALUGUEIS	-0,0059	0,0137	0,0048	0,0076	-0,0083	0,0000
OUTROS SERVIÇOS	-0,0081	-0,0074	0,0016	0,0056	0,0051	0,0000
C. ESPECIALIZAC	0,1452	0,1056	0,1483	0,1528	0,3391	0,0000

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

QUADRO 11  
COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO SEGUNDO VALORES DO  
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1975

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO	GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	COEF.LOCALIZ
AGROPECUARIO	0,0997	0,0067	0,1713	0,0036	-0,2812	0,2812
INDUSTRIA	-0,0085	0,0798	0,0931	0,0153	-0,1796	0,1881
COMERCIO	0,0190	0,0047	0,0466	0,0066	-0,0769	0,0769
TRANSPORTE	0,0041	-0,0167	-0,0217	0,0137	0,0206	0,0384
FINANÇAS	-0,0405	-0,0028	-0,1389	-0,0240	0,2062	0,2062
ADM.PUBLICA	-0,1024	-0,0449	-0,2317	-0,0103	0,3894	0,3894
ALUGUEIS	-0,0133	0,0165	0,0231	0,0025	-0,0288	0,0420
OUTROS SERVIÇOS	-0,0149	-0,0073	0,0064	0,0015	0,0144	0,0222

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

QUADRO 12

QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO SEGUNDO VALORES DO  
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1980

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO GOIAS	RONDONIA D.FEDERAL	CENTRO-OESTE
AGROPECUARIO	2,10	1,16	1,35	1,00
INDUSTRIA	0,94	1,13	1,37	1,68
COMERCIO	1,00	1,31	1,28	1,37
TRANSPORTE	0,98	0,87	1,20	1,40
FINANÇAS	0,32	0,46	0,38	0,13
ADM.PUBLICA	0,58	0,83	0,44	0,86
ALUGUEIS	0,83	1,38	1,13	1,41
OUTROS SERVIÇOS	0,66	1,02	0,96	0,74

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

QUADRO 13

COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO SEGUNDO VALORES DO  
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1980

SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO GOIAS	RONDONIA D.FEDERAL	CENTRO-OESTE
AGROPECUARIO	0,2283	0,0334	0,0727	0,0509
INDUSTRIA	-0,0096	0,0202	0,0592	0,1073
COMERCIO	0,0005	0,0324	0,0292	0,0384
TRANSPORTE	-0,0008	-0,0052	0,0079	0,0159
FINANÇAS	-0,1072	-0,0863	-0,0988	-0,1364
ADM.PUBLICA	-0,0558	-0,0228	-0,0740	-0,0184
ALUGUEIS	-0,0116	0,0260	0,0086	0,0286
OUTROS SERVIÇOS	-0,0438	0,0023	-0,0049	-0,0344
TOTAL	0,2287	0,1142	0,1777	0,1912

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

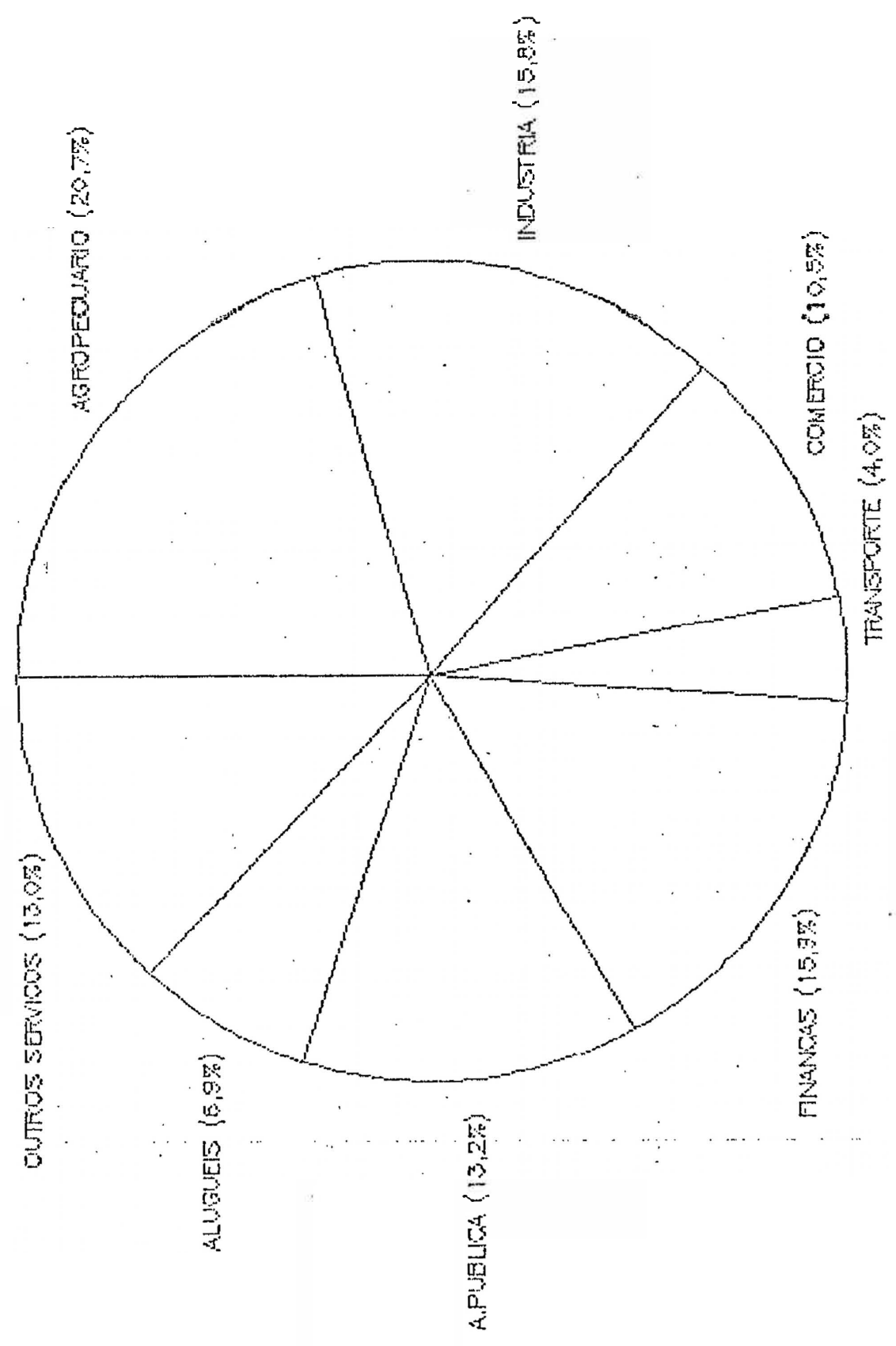
QUADRO 14

COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO SEGUNDO VALORES DO  
 PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES 1980

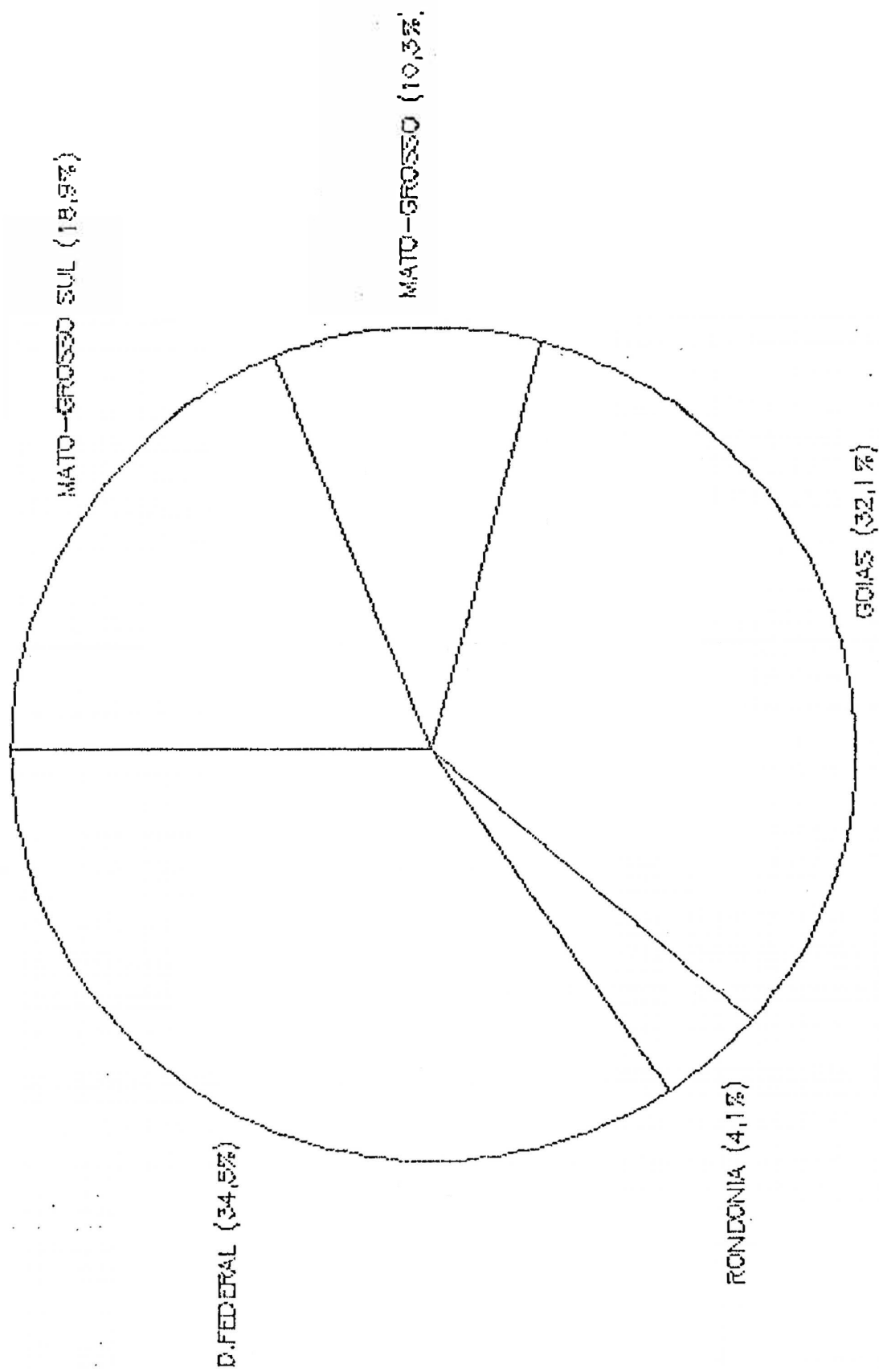
SEC/REG	MATO-GROSSO SUL	MATO-GROSSO	GOIAS	RONDONIA	D.FEDERAL	COEF.LOCALI
AGROPECUARIO	0,2089	0,0167	0,1130	0,0002	-0,3387	0,3387
INDUSTRIA	-0,0115	0,0132	0,1202	0,0280	-0,1498	0,1613
COMERCIO	0,0008	0,0318	0,0892	0,0151	-0,1376	0,1370
TRANSPORTE	-0,0037	-0,0134	0,0637	0,0164	-0,0629	0,0801
FINANÇAS	-0,1277	-0,0561	-0,1999	-0,0360	0,4198	0,4198
ADM.PUBLICA	-0,0799	-0,0178	-0,1802	-0,0057	0,2836	0,2836
ALUGUEIS	-0,0318	0,0389	0,0402	0,0171	-0,0644	0,0962
OUTROS SERVIÇOS	-0,0637	0,0010	-0,0121	-0,0109	0,0849	0,0867

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986, 2a. Edição - 1987.

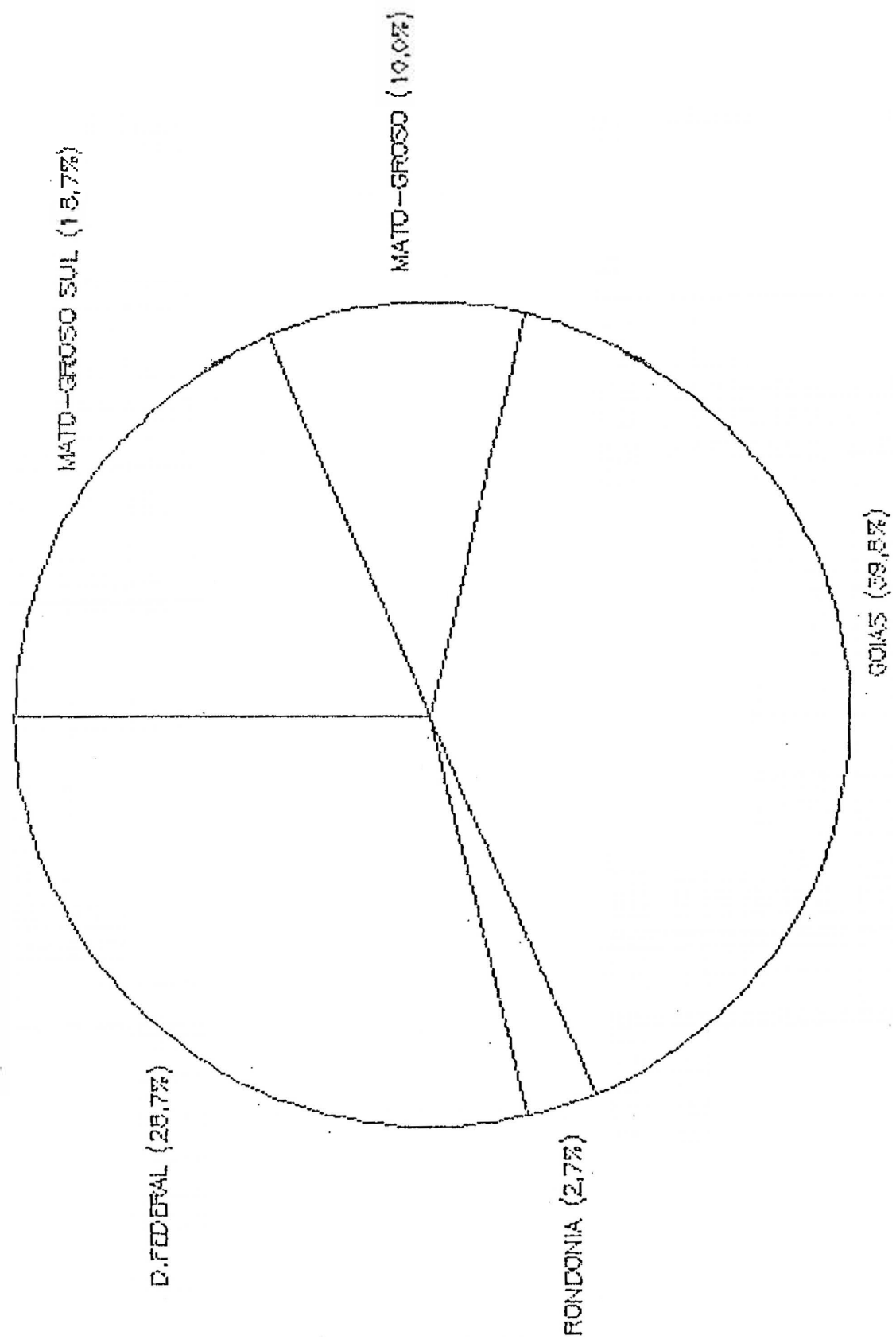
# PIB 1980: PARTICIPACAO POR SETORES



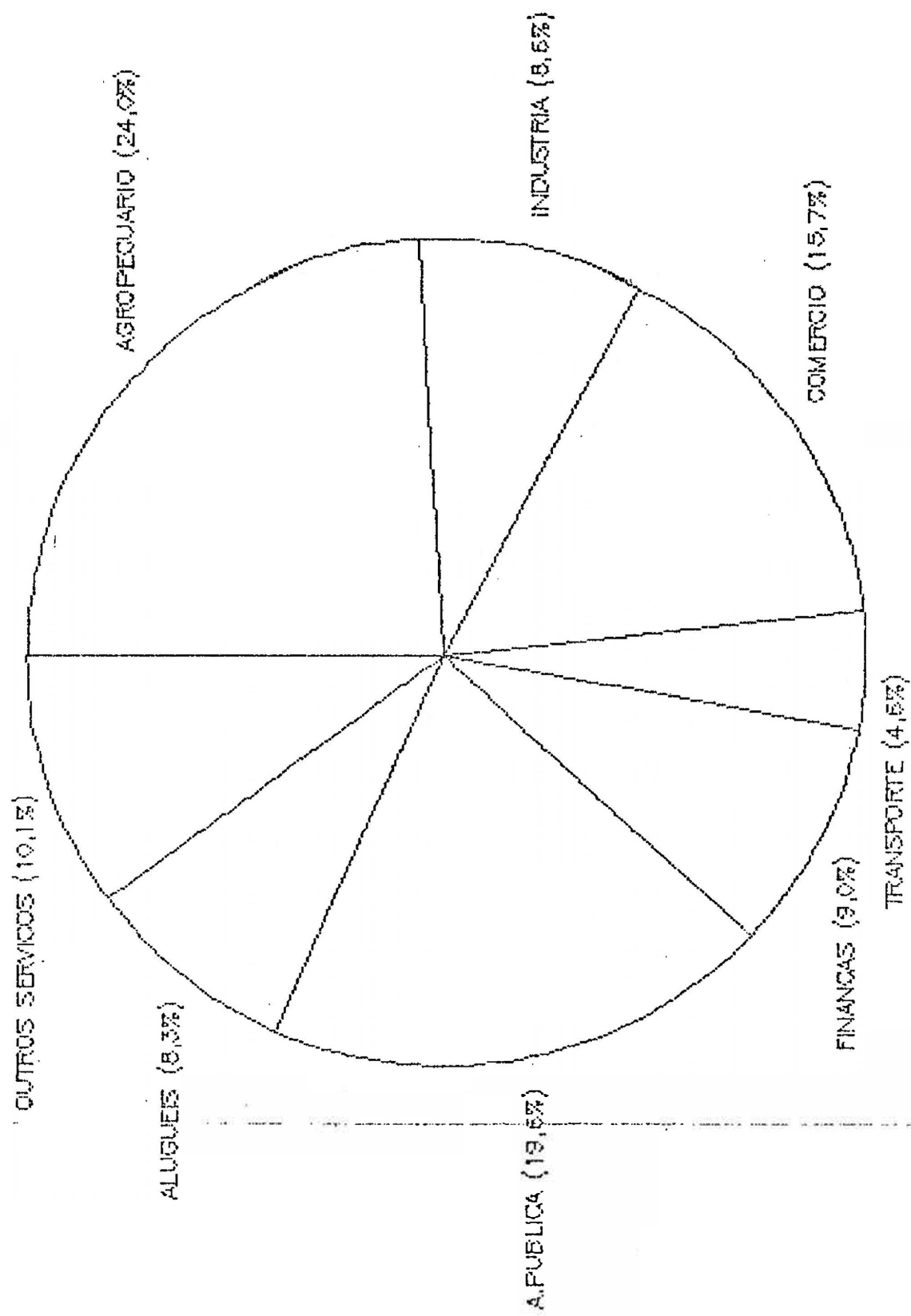
# PIB 1980: PARTICIPACAO POR ESTADOS



# PIB 1975: PARTICIPACAO POR ESTADOS

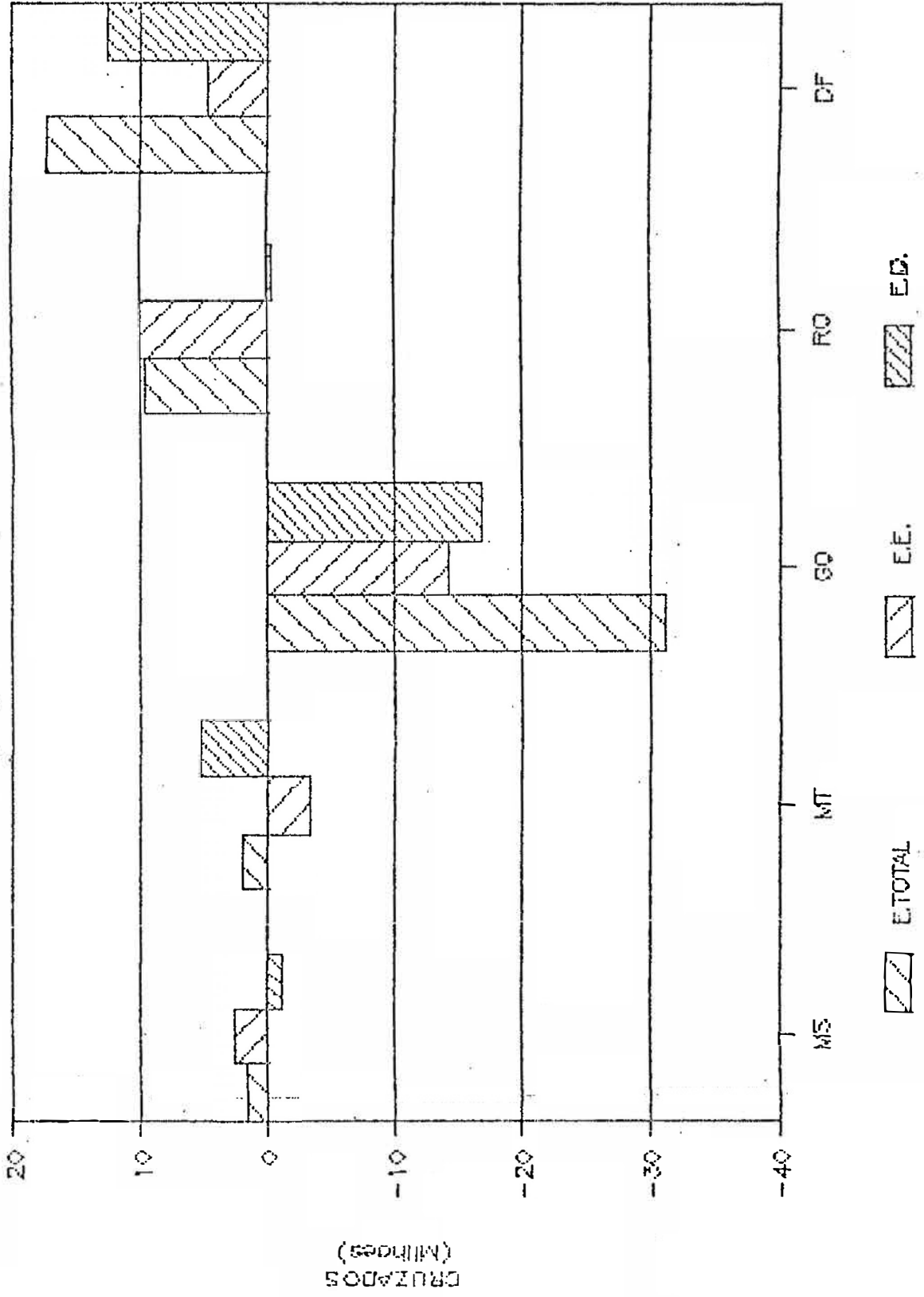


# RIB 1975: PARTICIPACAO POR SETORES



# EFEITO TOTAL - DIFERENCIAL E ESTRUTURAL

REGIÃO CENTRO OESTE 1975-1980





## II - DOS CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### 1. Transporte

#### 1.1. Transporte no Brasil

O transporte a nível nacional, apresenta uma elevada participação da modalidade rodoviária. Representando, em 1985, 53,6% do total do país, passando para 55,6% em 1986. Nesse mesmo período a modalidade ferroviário representou 23,6% e 22,4%, enquanto o hidroviário participou com 18,3% e 17,41% respectivamente, conforme a tabela abaixo.

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA CARGA TRANSPORTADA  
SEGUNDO O MODO NO BRASIL

MODO	1985	%	1986	%
ARÉREO	1.339	0,3	1.772	0,4
DUTOVIÁRIO	17.767	4,2	19.710	4,2
FERROVIÁRIO*	100.226	23,6	105.062	22,9
HIDROVIÁRIO	78.054	18,3	81.803	17,4
RODOVIÁRIO	227.800	53,6	260.400	55,6
	425.186	100,0	403.649	100,00

FONTE: Anuário Estatístico dos Transportes - 1986

\* Não inclui minério de ferro.

#### 1.2. Transporte no Centro-Oeste

Na região, os dados mais recentes, também indicam uma predominância da modalidade de transporte rodoviário, apesar das grandes distâncias a serem percorridas até aos centros consumidores. Isto ocorre em virtude da incidência de poucos trechos ferroviários e da baixa utilização de potencial hidroviário da região.

## a) Transporte Rodoviário

As políticas governamentais têm priorizado o setor rodoviário em detrimento de outros setores.

Em 1985, a frota de veículos na região era de 768,4 mil, e a rede rodoviária regional é composta por 206.440 Km das quais apenas 16.450 Km são pavimentados.

Convém ressaltar que as vias regionais tem como principal função a ligação com o Centro-Sul através dos grandes eixos, sendo que a rede intra-regional é incipiente e não atende as necessidades de ligação e integração interna. Vide mapa 1

A Região Centro-Oeste ocupa 25% do total do território do Brasil, e em 1986 a sua malha viária representava somente 14,8% da rede rodoviária nacional.

## REDE RODOVIÁRIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE EM 1986

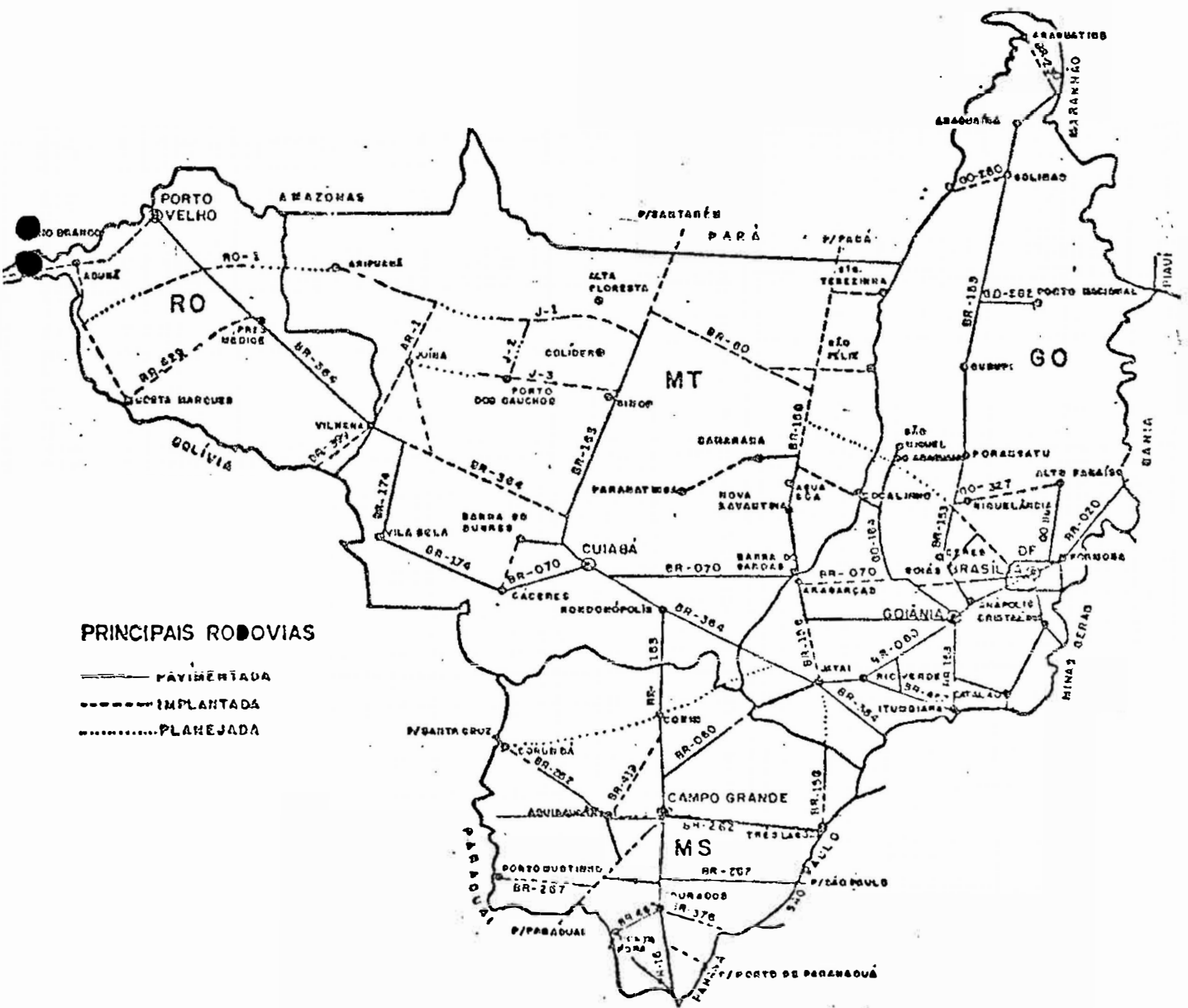
(Em Km)

	RODOVIAS FEDERAIS		RODOVIAS ESTADUAIS		RODOVIAS MUNICIPAIS		TOTAL
	Não Paviment.	Pavimentadas	Não Paviment.	Pavimentadas	Não Paviment.	Pavimentadas	
Brasil	27.431	59.529	82.291	56.507	1.164.634	7.319	1.397.711
Centro-Oeste	6.354	10.800	36.011	5.560	147.625	90	206.440
Goiás	2.513	4.363	13.993	3.390	80.868	60	105.207
Mato Grosso	1.831	2.691	11.450	872	24.652	-	41.496
Mato Grosso do Sul	1.001	2.684	8.228	894	35.401	1	48.291
Rorônia	642	732	1.442	22	6.624	29	9.491
Distrito Federal	367	310	898	380	-	-	1.955

FONTE: GEIPOT e DNER/NT - DEZ/86.

## b) Transporte Ferroviário

Quanto ao setor ferroviário a estrutura se apresenta de forma periférica, sendo que os ramais existentes são apenas o prolongamento das estradas de Minas Gerais e São Paulo, ligando assim o Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul ao sistema ferroviário do Centro-Sul, vide mapa 2. Entretanto, a rede ferroviária regional apesar de pouca extensão transportou em 1985 um total de 38,7 milhões de toneladas. Na tabela a seguir observa-se a distribuição das linhas existentes por Estado.





## REDE FERROVIÁRIA EXISTENTE NA REGIÃO CENTRO-OESTE EM 1987

TRECHO	ESTADO	EXTENSÃO (km)
Goiânia-Goiandira	GO	313
Brasília-Roncador	DF/GO	245
Goiandira-Três Ranchos	GO	23
- Subtotal DF-GO		581
Corumbá-Três Lagoas	MS	877
Indubrasil-Ponta Porã	MS	303
- Subtotal MS		1.180
Centro-Oeste		1.761

FONTE: RFFSA (maio/87)

\* Todos os trechos são de ferrovia em bitola métrica.

## c) Transporte Aéreo

Entre 1981 e 1985, o transporte aeroviário apresentou uma redução de carga transportada em vôos internacionais: de 32 toneladas para 9 toneladas. Em vôos nacionais, entretanto, o volume de cargas embarcadas passou de 13.828 toneladas para 27.394 toneladas. Esses números, com pouca diferença, repetem-se em relação às cargas desembarcadas.

MOVIMENTO AEROPORTUARIO BRASILEIRO  
CARGA EMBARCADA, EM VÔOS NACIONAIS, POR REGIAO, UNIDADE  
DA FEDERACAO E AEROPORTO - 1981-85

	CARGA EMBARCADA (t)				
	1981	1982	1983	1984	1985
CENTRO-OESTE	13828	14064	18583	23766	27394
Mato Grosso do Sul	2656	2216	2702	3928	4142
Campo Grande	2226	2072	2198	3391	3374
Corumba	405	144	489	527	753
Ponta Pora	25	-	15	10	15
Mato Grosso	2892	2954	5988	5116	4187
Marechal Rondon	2892	2954	5988	5116	4187
Goiás	281	401	998	1047	1387
Goiania	281	401	998	1047	1387
Distrito Federal	7999	8493	8895	13675	17678
Brasilia	7999	8493	8895	13675	17678

FONTE: Anuário Estatístico dos Transportes - 1986.

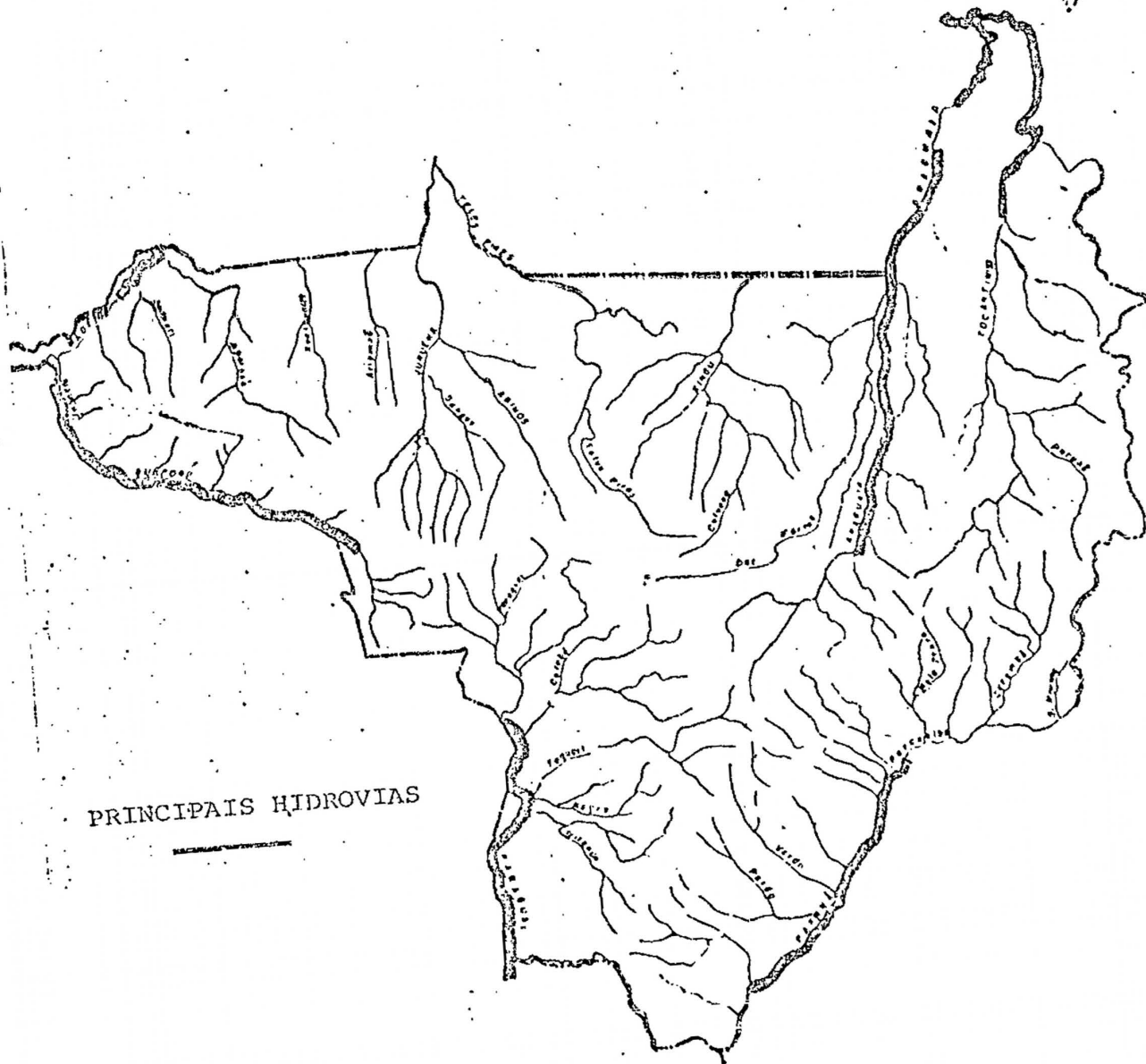
MOVIMENTO AEROPORTUARIO BRASILEIRO  
CARGA EMBARCADA, EM VÔOS INTERNACIONAIS, POR REGIAO, UNIDADE  
DA FEDERACAO E AEROPORTO - 1981-85

	CARGA EMBARCADA (t)				
	1981	1982	1983	1984	1985
CENTRO-OESTE	32	30	16	52	9
Mato Grosso do Sul	...	...	15	15	9
Campo Grande	...	...	1	0	...
Ponta Pora	...	...	14	15	9
Distrito Federal	32	30	1	37	0
Brasilia	32	30	1	37	0

FONTE: Anuário Estatístico dos Transportes - 1986.

d) Transporte Hidroviário

Com relação ao sistema hidroviário, a região possui vários rios com trechos navegáveis, vide mapa 3. Portanto, a carga transportada para exportação via navegação interior, por portos da Bacia Amazônica (Porto Velho) e da Bacia do Prata (14



PRINCIPAIS HIDROVIAS

portos em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), vem experimentando um crescimento que passou de 32.831 toneladas para 139.659 toneladas, de 1981 para 1985. Isso significa um incremento de 4,25 vezes maior.

TRANSPORTE HIDROVIARIO NO CENTRO-OESTE  
1981/85

BACIA E ESTADO	CARTA EXPORTADA (1000 t/ANO)				
	1981	1982	1983	1984	1985
BACIA AMAZONICA					
PORTO VELHO (RO)	1389	4600	32456	47954	71512
BACIA DO PRATA					
LADARIO/SAPUCAIA (MS)	848	5949	16822	11139	359
MATO GRANDE (MS)	1572	3064	1603	1888	647
PORTO DO ALEGRE/ARROZAL (RS)	2476	2044	2502	1320	575
PORTO INDEPENDENCIA (RS)	801	1882	1072	700	220
CACERES/PORTO DO BOSCO (MT)	6255	5048	3414	8618	1029
CORUMBA/ALIANCA (MT)	17752	21926	27079	33191	57965
DESCALVADOR/BAIA VERMELHA (MT)	1738	1869	935	726	313
TOTAL	32831	46382	85783	105536	132620

FONTE: MT-Anuario Estatístico dos Transportes - 1986



## 2. Energia

### 2.1. Caracterização

O Centro-Oeste possui um vasto campo de exploração de energia. Além do potencial de energia elétrica de origem hidráulica, a região, através da cana-de-açúcar, vem aumentando a sua produção de álcool para fins carburantes. Se considerarmos a potencialidade de reflorestamento da região temos nesse setor uma fonte substancial de energia, através da lenha e do carvão vegetal.

No que tange a energia hidráulica, o potencial regional corresponde a 20% de todas as possibilidades brasileiras, permitindo uma capacidade instalada de 41.400 MW e da qual a região só utiliza cerca de 5000 MW, através do sistema interligado ou de sistemas isolados. Portanto a região possui baixa taxa de atendimento domiciliar, que está abaixo da média nacional.

Devido aos fatores mencionados, o Centro-Oeste necessita de investimentos tanto na geração, quanto na transmissão de energia.

Com relação a energia produzida pela cana-de-açúcar, esta em menor escala, vem respondendo afirmativamente aos programas nacionais alternativos. Algumas usinas produtoras de álcool produzem energia para auto-consumo, e muitas vezes abastecem pequenas localidades que se situam muito próximas e que não pertencem ao sistema interligado.

Considerando-se a madeira como fonte energética, a região tem disponível grandes áreas reflorestadas, salientando-se o complexo florestal de Três Lagoas em Mato Grosso do Sul com 500.000 ha plantados com pinus e eucaliptus.

O quadro seguinte mostra as características do setor elétrico no período 1976/86.

QUADRO 1

	R.C.O. 76	BRASIL 76	R.C.O. 86	BRASIL 86
Produção (GWH)	1.991	88.383	3.624	201.897
Consumo (GWH)	1.772	77.631	6.802	178.205
População (Em mil hab)	6.602	110.124	9.211	138.764
Consumo Per Capta (KWH)	268	705	738	1.284

FONTE: ELETROBRAS

## 2.2. Produção

A região ocupa, em termos de energia elétrica, uma posição periférica com relação a rede interligada das regiões Sul e Sudeste. A geração hidrelétrica se concentra nos limites com essas regiões, nos rios Paranaíba e Paraná, enquanto o potencial hidrelétrico em locais mais distantes permanecem pouco aproveitados. Isso contribui para o isolamento de grandes áreas, como Rondônia, Norte de Mato Grosso, Nordeste de Goiás e Nordeste de Mato Grosso do Sul.

Com referência à rede de transmissão, o Sul de Goiás possui situação mais favorável, apesar de aparecerem deficiências a nível regional, e não sendo a área totalmente coberta. Portanto, vale ressaltar que dentro da rede interligada, a capacidade de várias linhas não são suficientes para atender a demanda de algumas cidades ou de regiões como todo, como é o caso da região de Cuiabá e do Norte goiano.

No quadro seguinte vemos que a região compra energia do sistema interligado, chegando a mais da metade a importação regional deste recurso.

QUADRO 2

## GERAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ENERGIA DA R.C.O (MWH)

	GO	MT	MS	RO	DF	CO
1. GERAÇÃO PRÓPRIA						
Térmica	2.672	118.415	15.978	200.914	-	338.149
Hidráulica	2.335.935	115.911	203.598	11.083	92.802	2.759.329
2. ENERGIA ADQUIRIDA	1.486.531	923.286	1.243.496	250.094	1.828.265	5.731.672
TOTAL	3.825.138	1.157.812	1.463.072	462.091	1.927.067	8.829.180

FONTE: BOLETIM ESTATÍSTICO CONDIÇÕES - XII/87

Com relação à produção de cana-de-açúcar, destinada a produção de álcool, a região apresenta um crescimento acelerado na área plantada. Apresenta também, uma eficiência na produtividade, através da pesquisa de tipos de cana que se adaptaram melhor as condições do clima e solo regional, e devido à mecanização, com as quais conseguiu-se um incremento considerável como vemos na tabela seguinte.

QUADRO 3

## PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO CENTRO-OESTE

ANO	ÁREA BR (ha)	INCREMENTO % (ano base 75)	ÁREA C.O. (ha)	INCREMENTO % (ano base 75)
1975	1971237	-	20255	-
1980	2607904	32,3	47051	136,2
1985	3898333	97,8	172641	752,3
1986	3945898	100,2	204247	908,4
1987	4323189	119,3	217994	976,2

FONTE: SUDECO

### 2.3. Potencialidades

A Região Centro-Oeste, devido à sua vasta extensão territorial, apresenta os mais diversos tipos de potencialidades energéticas, dentre as quais consideramos as economicamente viáveis e que apresentam tecnologia conhecida.

Portanto, os potenciais hidrelétrico e de biomassa foram analisados mais detalhadamente, os quais demonstram ser alternativas de recursos naturais para a produção de energia.

Com relação ao setor hidráulico, o Centro-Oeste possui um potencial considerável na geração de energia a custos relativamente competitivos com a média nacional. As áreas mais afastadas, onde a situação atual é crítica, serão beneficiadas com a implantação das usinas de Samuel em Rondônia com 216 MW, de Manso em Mato Grosso com 220 MW, de Cana Brava e Serra da Mesa em Goiás, com respectivamente, 480 e 120 MW, como veremos no quadro seguinte.

## QUADRO 4

## POTENCIAL HIDRELETRICO COMPETITIVO, 1988 A 2001

USINA	LOCALIZACAO	CUSTO US\$/KWH	POTENCIA MW	ESTADO
MIRADOR	TOCANTINS	31	106	GO
CANA BRAVA	TOCANTINS	23	480	GO
SERRA DA MESA	TOCANTINS	21	1200	GO
MUNDO NOVO	PARANAIBA	23	67	GO/MG
PAULISTAS	PARANAIBA	24	60	GO/MG
SERRA DO FACA0	PARANAIBA	16	210	GO/MG
CORUMBA I	PARANAIBA	29	400	GO
B0CAINA	PARANAIBA	15	200	GO/MS
ILHA GRANDE	PARANA	20	1400	MS/PR
COUTO MAGALHAES	ARAGUAIA	37	266	MT/GO
BARRA DO PEIXE	ARAGUAIA	18	280	MT/GO
MANSO	PARAGUAI	30	210	MT
CAIABIS	TAPAJOS	*	30	MT
APIACAS	TAPAJOS	*	19	MT
AVILA	JI PARANA	*	28	RO
JI PARANA	JI PARANA	23	512	RO
SAMUEL	MADEIRA	*	216	RO

FONTE: PLANO 2010 (ELETROBRAS)

\* NAO ESPECIFICADO

Tendo a região uma grande produção de grãos, o incremento da área cultivada é muito relevante, pois com o desmatamento aparece um considerável potencial madeireiro que pode ter finalidade energética. Convém mencionar as grandes áreas reflorestadas existentes na região, que também podem se transformar em uma valiosa fonte de recursos energéticos.

No quadro 5 vemos o incremento da área cultivada e no no. 6, vemos as áreas de reflorestamento.

#### QUADRO 5

##### AREA TOTAL CULTIVADA E O INCREMENTO DO CENTRO-OESTE

ANOS	AREA TOTAL OCUPADA (ha)	INCREMENTO % (ano base 1975)
1975	4.063.823	-
1980	5.673.511	39,6
1985	7.491.464	84,3
1986	8.248.530	103,0
1987	8.391.099	106,5

FONTE: IBGE

#### QUADRO 6

##### AREA DE REFLORESTAMENTO E FLORESTAMENTO NO CENTRO-OESTE

(em ha)

U.F.	EUCALYPTUS-SP	PIKUS-SP	FRUTIFERAS	NATIVAS	TOTAL
DF	14.924,69	9.091,42	1.248,91	468,11	25.733,13
GO	87.038,30	27.072,62	19.476,99	3.067,62	136.655,53
MS	459.863,61	66.244,99	1.345,00	2.212,11	529.685,71
MT	20.729,42	961,08	.950,00	16,52	22.651,02
RO	-	-	-	-	-
TOTAL	582.576,02	103.370,11	23.020,90	5.759,36	714.725,39

FONTE: SUDECO/IBDF/OR - 1988

De acordo com as características territoriais regionais, tem-se áreas disponíveis, que podem ser destinadas a plantação de cana-de-açúcar que tem uma grande potencialidade na região.

#### 2.4. Consumo

Devido a expansão da fronteira agrícola e ao grande fluxo de migração que recebeu a região, percebemos um aumento no consumo de energia, no setor agricultura, no setor residencial e no setor transportes.

No caso dos Estados de Rondônia e Mato Grosso que apresentam um fluxo migratório mais elevado tiveram o consumo dobrado em apenas quatro anos, e o Estado de Goiás apresentando o maior consumo regional, como mostra a tabela abaixo:

QUADRO 7

## CONSUMO FINAL DE ENERGIA

3  
(10 TEP)

UF	80	81	82	83	84
BR	122.136	119.073	124.951	130.304	138.632
CO	4.714	4.817	5.365	5.928	6.535
RO	229	240	324	405	421
MS	1.028	1.049	1.139	1.254	1.445
MT	650	706	826	1.063	1.466
GO	1.948	1.946	2.093	2.159	2.169
DF	859	876	983	1.047	1.034

FONTE: HNE - BEN - 1987

A Região Centro-Oeste apresenta percentuais de crescimento no consumo de energia elétrica, em todos os setores, superiores aos do Brasil. No período de 70/75 a 83/84, o setor industrial atingiu picos muito elevados em relação ao Brasil, o que possibilita dizer que a região cresce independente das variações da economia nacional, em curtos espaços de tempo, dado ao seu distinto perfil industrial, em relação ao país.

QUADRO 8

## CRESCIMENTO PERCENTUAL DO CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA

ANO SETOR	60/65		65/70		70/75		75/80		80/81		81/82		82/83	
	CO	BR	CO	BR	CO	BR	CO	BR	CO	BR	CO	BR	CO	BR
RESIDENCIAL	17,5	6,4	15,4	9,5	16,5	9,5	17,6	11,9	10,8	7,7	13,9	8,5	13,0	9,8
COMERCIAL	35,1	5,8	13,9	8,9	20,3	11,8	16,2	8,9	10,1	4,9	12,9	7,2	8,1	8,1
INDUSTRIAL	1,8	5,4	26,9	10,5	35,4	13,5	10,6	13,2	6,7	(0,7)	14,0	4,6	27,1	6,6
OUTROS	6,3	6,1	17,1	6,4	20,3	12,2	13,0	10,2	6,9	9,2	11,7	10,1	8,6	9,7
TOTAL	14,4	5,8	16,6	9,5	21,4	12,3	16,4	12,0	8,7	2,7	13,2	6,4	14,3	7,8

FONTE: ELETROBRAS

De acordo com as previsões do planejamento do setor elétrico, a região permanecerá crescendo a níveis mais elevados que o país até o ano de 1995. A partir desse ano, os níveis de crescimento serão semelhantes ao da Região Sudeste, região esta que fornece energia ao Centro-Oeste, como vimos anteriormente. Cabe ressaltar que esta previsão não inclui o Estado de Rondônia, que apresenta um crescimento muito elevado no consumo.

#### QUADRO 9

PREVISÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR REGIÃO  
TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO % a.a.

PERÍODO	BR	NO	NE	SE	SL	CO.*
1986/1990	7,0	20,4	8,8	5,1	9,0	11,3
1990/1995	5,8	7,4	7,1	4,8	7,6	6,3
1995/2000	5,6	5,9	6,7	4,8	7,2	5,1
2000/2005	5,1	9,5	5,4	4,3	6,1	4,2

FONTE: RELATÓRIO ANUAL ELETROBRAS - 1986

\* NÃO INCLUI RONDÔNIA

Com relação ao óleo diesel, o consumo na região num período de 5 (cinco) anos dobrou, ao passo que no Brasil apresentou um ligeiro aumento. Este crescimento na região deve-se à expansão da fronteira agrícola e ao crescimento do setor de transportes, que vem se intensificando muito, face à grande quantidade de grãos produzidos.

## QUADRO 10

## CONSUMO DE OLEO DIESEL

( m3 )

UF	80	81	82	83	84	85
RO	121.715	128.424	174.428	224.593	242.575	285.116
MS	473.864	459.268	502.131	512.741	557.409	591.403
MT	320.197	337.472	390.203	453.296	542.190	622.586
GO	734.576	723.596	773.248	787.594	810.509	893.239
DF	134.754	130.389	133.457	143.798	149.743	152.808
CO	1.785.106	1.779.149	1.973.467	2.122.012	2.302.426	2.545.152
BR	18.200.006	17.815.605	18.032.672	17.584.811	18.924.069	20.135.802

FONTE: CNP - ANUARIO/1987

No que tange ao consumo do álcool a região permanece crescendo em níveis mais acentuados do que o país. Um fator muito importante é a migração de outras regiões, o que faz com que a região tenha uma alta taxa de crescimento populacional, e, em menor proporção podemos considerar o crescimento econômico da própria região.

## QUADRO 11

## CONSUMO DE ALCOOL ETILICO HIDRATADO PARA COMBUSTIVEL

( m3 )

UF	1980	81	82	83	84	85
MS	2.689	14.588	18.953	39.310	68.947	90.609
MT	603	8.362	9.784	27.942	54.865	78.645
GO	12.076	42.150	52.305	95.502	149.512	191.441
DF	12.962	36.939	45.395	74.006	100.572	128.239
RO				2.891	11.928	22.629
CO	29.330	102.039	126.437	239.651	385.824	511.563
BR	433.318	1.396.319	1.671.802	2.938.532	4.447.850	5.899.012

FONTE: CNP - ANUARIO/1987



### III - EVOLUÇÃO RECENTE DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

#### 1. Agropecuários e Florestais

##### 1.1. O Processo de Modernização do Setor Agropecuário: Características Gerais.

O desenvolvimento do setor agropecuário constitui uma parte importante do modelo de "modernização conservadora" registrado na última década, na região Centro-Oeste. Este modelo se caracteriza "pela prioridade dos cultivos comerciais, em particular da soja, grande quantidade de insumos, cultivo mecanizado, amplo uso do crédito para gastos operacionais e pouca preocupação social e ambiental".

A ocupação da região se iniciou com os estímulos externos provenientes, em sua maioria, do crescimento da demanda de produtos alimentares da região Sul e Sudeste, nos quais ocorrerem fortes concentrações populacionais. Estas, determinaram a aplicação de uma política de ocupação voluntarista "marcada pela criação de Brasília e pela abertura de grandes eixos rodoviários" assim como caracterizaram o desenvolvimento da região Centro-Oeste como complementar ao desenvolvimento econômico das regiões Sul e Sudeste, "reproduzindo também os sistemas de produção existentes".

As áreas de cerrado predominantes na região, têm sido ocupadas com base nesta política, a qual tem demonstrado efeitos positivos no que se refere à incorporação de terras para agricultura, pecuária e pastagens. Mas, seus efeitos sociais em relação a emprego e concentração fundiária, são muito discutíveis, pois, o cultivo dos produtos de exportação, com predominância de capital intensivo e de suas formas de organização produtiva, tem provocado um grande êxodo rural, determinando uma concentração urbana da população, especialmente nas capitais e no Distrito Federal. A isso, deve-se agregar que o emprego produtivo no setor urbano é escasso, em função do incipiente desenvolvimento industrial".

Interessa, portanto, caracterizar de forma mais precisa a situação atual do setor agropecuário, descobrir e dimensionar os problemas que estão obstaculizando o cumprimento dos objetivos nacionais e regionais, propondo as melhores respostas para sua solução.

Esta análise está centrada em dois aspectos, um, de caráter instrumental e outro, fundamental. Os dois considerados

relevantes do ponto de vista metodológico. O primeiro, é a sub-regionalização da região Centro-Oeste; e o segundo, se refere aos aspectos mais primordiais do processo de ocupação regional, entre os quais, a estrutura fundiária é estudada como uma questão fundamental para visualizar com maior objetividade as restantes características do setor. Pode-se dizer que se trata de centrar a análise nas principais conotações da relação: indicadores de modernização, versus, processo de ocupação da terra.

A sub-regionalização adaptada tem sido proposta sobre a base do grau de desenvolvimento alcançado pelas diferentes Microrregiões homogêneas do IBGE. Serão propostas três sub-regiões:

- Zonas de Ocupação Recente (ZOR);
- Zonas de Transição (ZTS);
- Zonas de Frente Comercial (ZFC).

O processo de modernização da região é estudado através de:

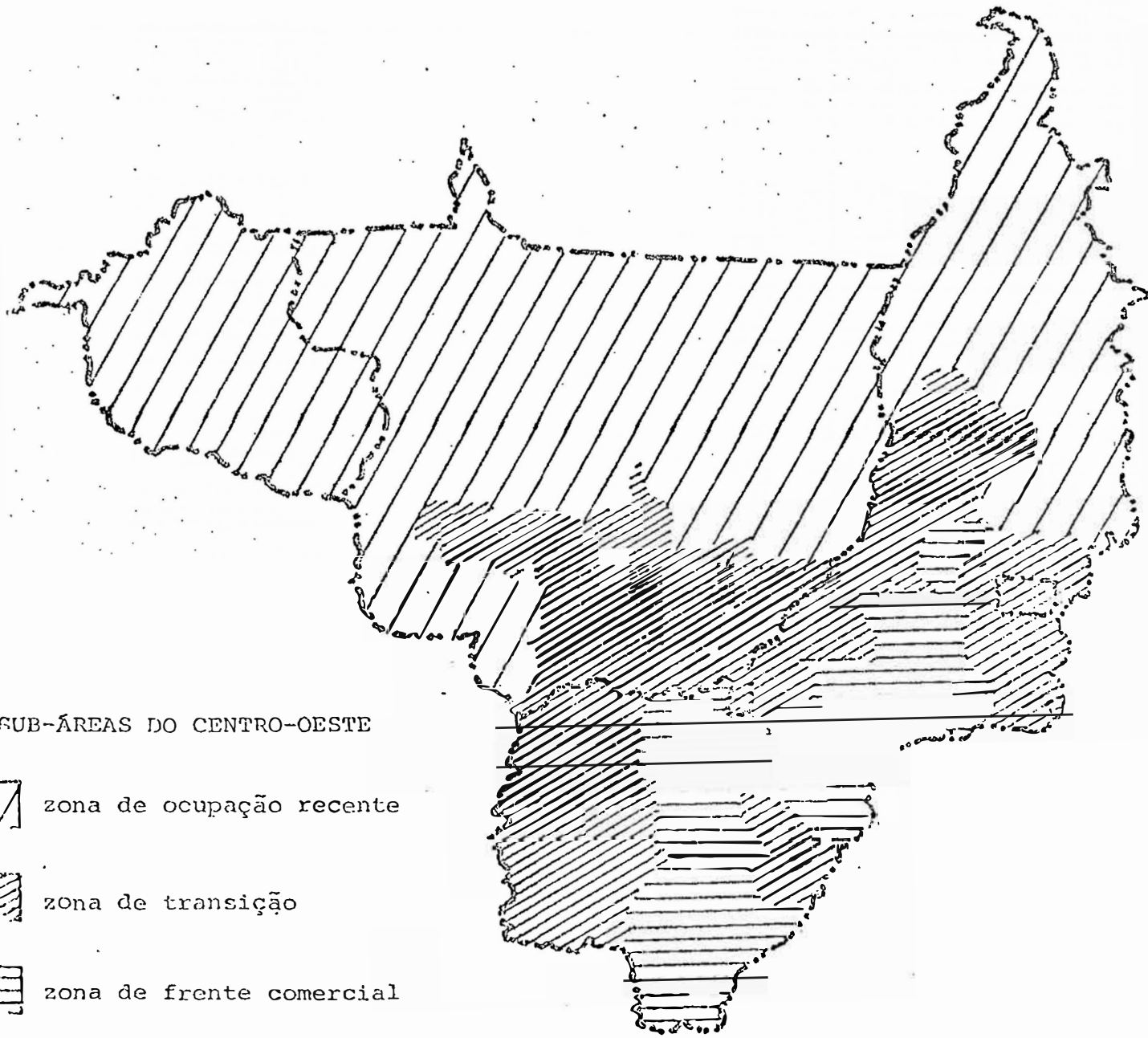
- Processo de ocupação dos solos e níveis de produção e produtividade agrícola, pecuária e florestal;
- Indicadores de ocupação da força de trabalho; área média cultivada por trator; produtividade da terra e capacidade de suporte dos pastos.

A estrutura fundiária é analisada através de:

- Tamanho e área dos estabelecimentos;
- Condição dos produtores;
- Relação entre estrutura fundiária e produtiva.

## 1.2. As Sub-regiões

Para efeito de estudo do setor agropecuário, referente aos níveis de produção na região Centro-Oeste, a região foi subdividida em três sub-áreas, quais sejam: Zona de Ocupação Recente, Zona de Transição e Zona de Frente Comercial. Essas sub-áreas, de que trata o trabalho, foram obtidas a partir de um reagrupamento das microrregiões homogêneas do IBGE. A definição das sub-áreas é devida a Muller (1987), que tomou como critérios, índices de intensidade do uso da terra e de



SUB-ÁREAS DO CENTRO-OESTE

- / zona de ocupação recente
- \ zona de transição
- — zona de frente comercial

tecnificação da agricultura mas, principalmente, a predominância nas sub-áreas de uma ou outra das três frentes de ocupação.

Compõem as três sub-áreas:

ZONA DE OCUPAÇÃO RECENTE (ZOR)

Goiás

- Extremo Norte Goiano (345)
- Baixo Araguaia Goiano (346)
- Tocantins de Paulo Afonso (347)
- Médio Tocantins - Araguaia (348)
- Serra Geral de Goiás (349)
- Chapada dos Veadeiros (351)
- Vão do Paranã (352)

Mato Grosso

- Norte Mato-Grossense (332)
- Alto Guaporá-Jaurú (333)

Rondônia

- Rondônia (001)

ZONA DE TRANSIÇÃO (ZTS)

Goiás

- Alto Tocantins (350)
- Rio Vermelho (353)
- Planalto Goiano (355)
- Alto Araguaia Goiano (356)
- Sudeste Goiano (359)

Mato Grosso

- Alto Paraguai (334)
- Baixada Cuiabana (335)
- Garças (337)

Mato Grosso do Sul

- Pantanaís (338)
- Bodoquena (341)
- Três Lagoas (343)

ZONA DE FRENTE COMERCIAL (ZFC)

Goiás

- "Mato Grosso" de Goiás (354)
- Serra do Caiapó (357)
- Meia-Ponte (358)
- Vertente Goiana do Paranaíba (360)

Mato Grosso  
Rondonópolis (336)

Mato Grosso do Sul  
Alto Taquari (339)  
Paranaíba (340)  
Pastoril de Campo Grande (342)  
Campo de Vacaria e Mata de Dourados (344)

Distrito Federal  
Distrito Federal (361)

### 1.3. Ocupação dos Solos e Níveis de Produção

A ocupação dos solos do Centro-Oeste sempre apresentou características de regiões pioneiras. Permitiu geopoliticamente transformar a região, criando núcleos populacionais facilitando uma colonização espontânea, em áreas periféricas dos projetos oficiais, gerando núcleos urbanos e novas cidades. Induziu, inclusive, a criação de novos municípios. A colonização é apenas uma etapa da ocupação dos solos. Permite a abertura de novas áreas com um custo social (e talvez econômico) bastante elevado. A colonização participou em pequena escala da expansão econômica regional.

O processo de apropriação fundiária acelerou-se a partir de 1970 e nesta época 93% da área territorial estava apropriada. O restante era constituído por terras devolutas em situação de ocupação irregular ou de inacessibilidade física, como se pode constatar a seguir:

	ÁREA (%)	
	CADASTRADA	NÃO CADASTRADA (LIVRE)
1972	59,6	40,4
1976	78,8	21,2
1988	93,1	6,9

A desorganização fundiária na região poderia dever-se as falhas das legislações estaduais e imperfeições nos procedimentos técnicos. As crescentes migrações, as irregularidades na ocupação e as deficiências das políticas adaptadas no passado, também contribuíram para essa desorganização, caracterizada por problemas fundiários e de domínio que até hoje, dificultam os trabalhos de regularização.

A ocupação dos solos não obedecia critérios relacionados com a melhor valorização dos recursos naturais. A implantação de diferentes hábitos de manejo trazidos pelos pioneiros de diferentes latitudes, o incompleto conhecimento de suas potencialidades do solo e a falta de orientação para ordenar a ocupação do espaço e definir sistemas de manejo adequados, são, entre outros, os problemas que caracterizam o setor primário regional.

A produção agro-silvo-pastoril que constitui a base da economia regional, não se apresenta de forma individualizada. Observa-se que a produção acompanha a tendência nacional, traduzindo a ausência de regionalização da política agrícola e a leve adaptação dos sistemas produtivos aos ecossistemas regionais.

A região Centro-Oeste tem condições favoráveis para os cultivos de ciclos curtos e longos. Em relação ao clima, exceto na parte Sul de Mato Grosso do Sul, onde as geadas podem ocasionalmente prejudicar os cultivos em junho ou julho (caso do café), a temperatura não é diretamente um fator limitante. Mais problemática é a distribuição da chuva, ao longo do ano. Em certas áreas existem déficits hídricos e em outras excesso de água; porém, em geral, os balanços são positivos.

Na região existem fontes de águas superficiais e subterrâneas que constituem um fator determinante para seu desenvolvimento. São capazes de atender as necessidades agrícolas, o consumo humano e industrial, manter o potencial pesqueiro e hidroelétrico e para o tráfico fluvial.

Os solos em geral variam entre planos e ondulados com poucas áreas acidentadas, entretanto, no momento, não se dispõe de uma quantificação destas superfícies. Uns 128 milhões de hectares (61%) são solos para a agricultura; 35 milhões de hectares (17%) para pastos artificiais; 33 milhões de hectares (15%) para pastos naturais; e, também, uns 16 milhões de hectares (7%) são considerados solos inaptos para a produção agropecuária. Estas superfícies estão distribuídas nos diferentes ecossistemas (amazônico, cerrado, matas tropicais e pantanal) que se podem identificar na região.

A área total ocupada com os principais cultivos (algodão, milho, amendoim, arroz, feijão, mandioca, soja, tomate e trigo), em 1970, foi de 2.678.524 hectares e, em 1987, alcançou 8.391.099 hectares. Tendo, portanto, se multiplicado, neste período, em mais de 3 (três) vezes, conforme se representa na Tabela no. 1, a seguir:

TABELA N. 01

ÁREA TOTAL CULTIVADA NO CENTRO-OESTE - 1970-87

ANOS	ÁREA TOTAL OCUPADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS (ha)	INCREMENTO ANO BASE 1975 (%)
-1970	2.678.524	-
-1975	2.063.823	-
1980	5.673.511	39,6
1985	7.491.464	84,3
1986	8.248.530	103,0
1987	8.391.099	106,5

FONTE: IBGE

A evolução destes produtos agrícolas entre 1975 e 1985 tem sido, marcadamente diferente em área colhida, produção e produtividade. Alguns produtos como o feijão, o amendoim, o milho, a mandioca e o tomate tem diminuído, enquanto outros, como a soja e a cana-de-açúcar têm aumentado em grandes proporções. Também, esta evolução tem sido diferente em cada uma das microrregiões homogêneas.

Com o propósito de conhecer as características da evolução, destes cultivos, nas diferentes microrregiões homogêneas, de uma forma mais sistematizada e simplificada, dá-se continuidade às análises levando em conta as sub-regiões anteriormente definidas.

#### a) Zona de Frente Comercial (ZFC)

Nessa zona, no ano de 1975, conforme Tabelas 2, 3, 4 e 5 a seguir, a principal cultura era o arroz, com área superior a 1 milhão de hectare, 1,2 milhão de toneladas colhidas com 49% da área de lavoura. Seguia-lhe, à distância, o milho e a soja. As demais culturas tinham participação relativamente pequena.

Em 1985, em meio a um processo rápido e contínuo de crescimento, a soja atingiu 2,01 milhões de hectares e com produção de cerca de 4 milhões de toneladas. Assim, no período 1975-85, a área de soja cresceu mais de 9 vezes a sua produção. Além da soja, cresceram a cana-de-açúcar e o trigo.

Todavia, contabilizando as perdas (absolutas ou relativas) das culturas alimentares, o arroz, a cultura mais prejudicada, teve sua participação na área colhida reduzida em torno de 49%, em 1975 para 13,3% em, 1985. O milho caiu de 24% para 17% na área colhida, enquanto o feijão e a mandioca da

mesma forma perderam posições relativas, porém ganhando em termos absolutos.

Vale frisar que essa sub-região (ZFC) é responsável por 51% da área de lavoura e por 45% da área de pastagens plantadas do Centro-Oeste, além de apresentar maior intensidade do uso da terra.

#### b) Zona de Ocupação Recente (ZOR)

Quanto à Zona de Ocupação Recente, as culturas alimentares também perderam posição relativa. Porém, em termos absolutos, apresentaram ganhos modestos. O que, em geral se observa, é que nessa zona o crescimento dessas culturas acompanha o ritmo da ocupação. O arroz é o único caso de perda relativamente notória. Essa cultura, que em 1975, dominava amplamente a pequena área cultivada na região, em torno de 55% da área de lavouras, em 1985, havia regredido para cerca de 40%. Quando se examina os números absolutos, no entanto, vê-se que o que ocorreu foi apenas crescimento mais rápido das outras culturas. Das outras culturas alimentares, o feijão, o milho, a cana-de-açúcar e a mandioca tiveram crescimento absoluto considerável.

O ponto que se destaca da análise é que os ganhos absolutos de área e produção não foram acompanhados de mudanças tecnológicas significativas, mas sim apenas acompanhando os migrantes que se dirigiram às novas e mais distantes áreas.

Quanto às culturas não-tradicionais, em primeiro lugar, é notória, mesmo em uma área recentemente ocupada, a penetração da soja. Partindo praticamente de zero em 1975, a cultura atingiu 700 mil toneladas colhidas em 1985.

#### c) Zona de Transição (ZTS)

A Zona de Transição, como a denominação apropriadamente indica, está numa posição intermediária entre a Zona de Frente Comercial e a Zona de Ocupação Recente. Nessa região, a soja já avançou mais do que na ZOR, mas ainda não tanto quanto a ZFC, enquanto as culturas alimentares perderam tanto ou mais que nesta última.

Para melhor ilustração, observa-se que a soja com uma produção de 5 mil toneladas em 1975, aumentou em 1985 em torno de 1 milhão. Os demais produtos, em termos relativos, tiveram diminuídas as suas áreas plantadas.



Quanto às três sub-regiões, é notória uma diferenciação quanto ao ritmo de crescimento da agricultura. Se do ponto de vista estático a Zona de Frente Comercial vem em primeiro lugar e a Zona de Ocupação Recente em último, do ponto de vista da força de crescimento a situação inverte-se, a ZOR é a região que apresenta maiores taxas, embora sob bases menores.

Concluindo, quanto ao setor agrícola da Região Centro-Oeste, fica evidenciado o caráter precário com que aí se estabelecem as culturas alimentares tradicionais. Por outro lado, a um ritmo surpreendente, está se desenvolvendo no Centro-Oeste, uma agricultura comercial que se baseia fundamentalmente na soja, na cana-de-açúcar (em razão do Proálcool) e no milho (para ração). É uma agricultura "moderna" que se guia pelo lucro, sendo também muito sensível às condições de mercado e a instabilidade dos preços.

TABELA N. 2

AREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO CENTRO-OESTE POR ZONAS - 1975-85

(ha)

PRODUTOS	AREA COLHIDA											
	1975				1980				1985			
	ZOR	ZTS	ZFC	CO	ZOR	ZTS	ZFC	CO	ZOR	ZTS	ZFC	CO
ALGODAO	4000	3874	120225	128099	1875	4705	73765	80345	7420	5318	134886	147624
AMENDOIM	530	1526	36316	38372	619	1533	25095	27247	161	143	2665	3169
ARROZ	343924	264845	1189502	1798271	878893	668998	1158494	2706375	778472	387004	505462	1670938
CANA	50346	5336	14598	70200	109773	6066	31483	147322	174263	39502	114447	326212
FEIJAO	57486	86751	148910	293147	106396	77160	143713	327269	179245	58941	174144	413320
MANDIOCA	31003	22049	44280	98132	35912	18587	23122	77621	53816	21246	29121	104183
MILHO	134735	149239	597228	881202	186052	121779	716851	1024682	392340	145763	638228	1176339
SUJA	15	4747	244648	249610	6885	55923	1067370	1130170	361321	507248	2013979	2882548
TONATE	8	23	157	188	8	53	169	230	35	47	139	221
TRIGO	-	1058	40451	41509	-	412	121730	122142	-	4346	196821	201167

FORTE: IBGE

TABELA N. 3

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO CENTRO-OESTE POR ZONAS - 1975-85

(TON.)

PRODUTOS	P R O D U C A O											
	1975				1980				1985			
	ZOR	ZTS	ZFC	CO	ZOR	ZTS	ZFC	CO	ZOR	ZTS	ZFC	CO
ALGODÃO	3826	3646	145232	152704	2655	5036	129529	137220	7920	7608	228656	244164
AMENDOIM	791	1036	40306	42133	788	1618	36532	38938	211	164	4651	5026
ARROZ	479390	286582	1229223	1995200	1185845	813807	1326025	3325677	1053084	991356	653257	2697697
CANA	52922	165030	634368	852320	146753	368862	1769094	2284709	280733	2508320	7587748	10376809
FEIJÃO	50445	45554	84583	180502	42147	22941	43790	106878	83136	21814	81137	186087
MANDIOCA	486820	337510	644484	1468814	533543	279735	371440	1184718	794942	342050	504171	1641171
MILHO	198327	210354	1209611	1608292	283570	189694	1666838	2140122	603071	260649	1653786	2517566
SOJA	9	5683	340404	346016	9774	95467	1803577	1908818	700520	985299	3976967	5662706
TOMATE	130	415	3631	4176	274	1456	4467	6197	826	1104	3792	5722
TRIGO	-	976	7990	8966	-	373	109686	110059	-	4052	313754	317806

FONTE: IBGE

TABELA N. 4

PRODUTIVIDADE MÉDIA DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO CENTRO-OESTE POR ZONAS - 1975/85

PRODUTOS	P R O D U T I V I D A D E M É D I A											
	1975				1980				1985			
	ZOR	ZTS	ZFC	CO	ZOR	ZTS	ZFC	CO	ZOR	ZTS	ZFC	CO
ALGODÃO	0,96	0,94	1,21	1,19	1,42	1,07	1,75	1,70	1,07	1,43	1,70	1,65
AMENDOIM	1,49	0,68	1,11	1,10	1,27	1,06	1,46	1,43	1,31	1,15	1,61	1,58
ARROZ	1,39	1,08	1,03	1,11	1,35	1,22	1,14	1,23	1,35	2,56	1,29	1,61
CANA	1,05	30,93	43,46	12,12	1,34	60,81	56,19	15,51	1,61	63,50	66,30	31,62
FEIJÃO	0,88	0,53	0,57	0,62	0,40	0,30	0,30	0,33	0,46	0,37	0,47	0,45
MANDIOCA	15,31	15,31	14,31	14,37	14,86	15,05	16,06	15,26	14,77	16,10	17,31	15,75
MILHO	1,40	1,41	1,41	1,63	1,52	1,56	2,33	2,09	1,54	1,79	2,59	2,14
SOJA	0,60	1,18	1,18	1,39	1,42	1,71	1,69	1,63	1,94	1,94	1,97	1,96
TOMATE	16,25	18,04	18,04	22,21	34,25	27,47	26,43	26,94	23,60	23,49	27,28	25,89
TRIGO	-	0,92	0,92	0,22	-	0,91	0,90	0,90	-	0,93	1,59	1,58

FONTE: IBGE

TABELA N. 5

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS DAS PRINCIPAIS LAVOURAS POR ZONAS - 1975/85  
(percentagens)

PRODUTOS	Z O N A S								
	1975			1980			1985		
	ZOR	ZTS	ZFC	ZOR	ZTS	ZFC	ZOR	ZTS	ZFC
ALGODÃO	0,64	0,72	4,93	0,14	0,49	2,19	0,38	0,45	3,54
AMENDOIM	0,69	0,28	1,49	0,50	0,16	0,74	0,01	0,01	0,08
ARROZ	55,22	49,10	48,82	66,26	70,04	34,36	39,98	33,07	13,27
CANA	8,00	0,99	0,60	8,28	0,64	0,93	8,95	3,30	3,00
FEIJÃO	9,23	16,08	6,11	8,02	0,08	4,56	9,21	5,04	4,57
KANDIACA	5,11	4,09	1,82	2,71	1,95	0,49	2,76	1,82	0,77
MILHO	21,63	27,67	24,51	14,03	12,75	21,26	20,15	12,46	16,75
SOJA	0,00	0,88	10,50	0,52	5,85	31,65	18,56	43,37	52,86
TOMATE	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
TRIGO	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,05

FONTE: IBGE

#### 1.4. Produção Florestal, Madeira, Carvão e Lenha

##### a) Florestamento e Reflorestamento

O valor da produção do reflorestamento da Região Centro-Oeste é pouco significativo.

A existência de uma área reflorestada ainda limitada.

De uma maneira geral, a previsão no setor florestal, que deve ser efetuada a médio e longo prazos, muitas vezes torna inválido o reflorestamento muito especializado, a não ser que haja uma estreita ligação do setor florestal com um consumidor anteriormente fixado.

A superfície de reflorestamento e florestamento de eucalyptus, pinus, frutíferas e nativas, pode ser apreciada nas Tabelas nos 6 e 7.

TABELA N. 6

REFLORESTAMENTO E FLORESTAMENTO NA REGIAO CENTRO-DESTE - 1986

UF	EUCALYPTUS	PINUS	FRUTIFERAS	NATIVAS	TOTAL
DF	14.924,69	9.091,42	1.248,91	468,11	25.733,13
GO	87.038,30	27.072,62	19.476,99	3.067,62	136.655,53
MS	459.883,61	66.244,99	1.345,00	2.212,11	529.685,71
MT	20.729,42	961,08	950,00	10,52	22.651,02
RO	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>562.576,02</b>	<b>103.370,11</b>	<b>23.020,90</b>	<b>5.756,36</b>	<b>714.725,39</b>

FONTE::IBDF/DR - 1989

TABELA N. 7

AREA APROVADA PARA REFLORESTAMENTO COM RECURSOS DO  
INCENTIVO FISCAL POR ESPECIE - 1988

UF	PINUS	EUCALYPTUS	NATIVAS	FRUTIFERAS	OUTRAS	TOTAL
GO	27072,62	87038,3	3067,62	18476,62	7407,45	144063,04
MT	96,08	20729,42	10,52	950	-	22651,02
MS	66244,99	459883,61	2212,11	1345	1345	530881,71
DF	9091,42	14924,69	468,11	1248,91	-	25733,13
RO	-	-	-	-	-	-

FONTE::IBDF/DR - 1988

Em função das considerações efetuadas, devem ser destacados dois fatores que influem consideravelmente na localização do reflorestamento:

- Um fator natural, de melhor utilização dos solos de qualidade secundária, para os quais a vocação florestal seja regionalmente a mais adaptada, e
- um fator econômico, de localização, no raio útil de comercialização do produto.

## b) Madeira em Tora, Carvão Vegetal e Lenha

O Centro-Oeste contribui com mais de 19% da produção nacional de madeira nativa, representando um papel significativo, tanto no que se refere à comercialização com o Sul do país, como também a exportação para outros países, apesar de relativa fragilidade do setor florestal. É importante ressaltar também que, como as madeiras nas propriedades possuem preços muito reduzidos, os dados provenientes do censo agropecuário não retratam satisfatoriamente o valor real desses produtos na economia, como se constata na Tabela n. 8.

TABELA N. 8

PRODUÇÃO DE MADEIRA EM TORA, CARVÃO VEGETAL E LENHA  
DAS ESPÉCIES FLORESTAIS NATIVAS - 1985

UF	PRODUÇÃO		
	MADEIRA EM TORA (M3)	CARVÃO VEGETAL (TON)	LENHA (M3)
GO	2.014.967	405.375	9.671.065
MT	1.103.678	1.566	3.836.778
MS	632.998	168.374	1.891.215
DF			
RO	1.320.213	1.757	8.139.978
TOTAL	5.071.856	577.072	23.539.036

FONTES: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1986

TABELA N. 9

VALOR DA PRODUÇÃO - 1985 (Cz\$ 1.000)

UF	VALOR DA PRODUÇÃO - CZ\$ 1.000		
	MADEIRA EM TORA	CARVAO VEGETAL	LENHA
GO	82.503	108.337	69.195
MT	73.127	1.298	39.719
MS	101.662	45.616	15.723
DF			
RO	172.482	4.067	128.503
TOTAL	429.774	159.318	253.140

FONTE: ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL - 1986

Atualmente, pode-se considerar que a produção florestal, necessária à região está assegurada. Porém, paralelamente pode-se afirmar que são escassas as possibilidades de ser mantidas, a longo prazo, considerando o tempo de estabelecimento do reflorestamento que é de 7 a 12 anos.

### 1.5. Pecuária: Efetivo Bovino e Pastagem

No Centro-Oeste, o avanço da pecuária foi ainda mais rápido, que no conjunto do país. As pastagens plantadas crescerem à taxa anual de 10,5%, entre 1970 e 1980, elevando de 16,3 para 36,4% sua participação no área total de pastagens. No mesmo período, o efetivo de bovinos decresceu de 6,8% anuais para 3,5%, entre 1980 e 1985.

Atualmente, o rebanho bovino do Centro-Oeste, que equivale a um terço do nacional, é o maior do país, tendo já superado o do Sudeste. Mais significativo ainda é que das 9,5 milhões de cabeças incorporadas ao rebanho nacional no período 1980-85, dois terços foram na região. Tudo leva a crer que os limites ao crescimento de pastagens e rebanhos ainda estejam longe de ser atingidos.

Há dificuldades, porém. Uma delas é o problema da gradação das pastagens. No Centro-Oeste, a área de pastagens plantadas supera a de lavoura na proporção de 3,9:1. Em outras palavras, é enorme a proporção dos recursos destinados à

pecuária nessa região, e a depreciação desses recursos tem impacto de igual proporção na economia agrícola regional.

TABELA N. 10  
EFETIVO BOVINO  
(mil cabeças)

	NUMERO DE BOVINOS			
	1970	1975	1980	1985
C. OESTE (A)	17.252	24.750	33.261	39.595
BRASIL (B)	78.562	101.673	118.085	127.643
(A/B)	22,0%	24,3%	28,2%	31,0%

FONTE: FIBGE

TABELA N. 11  
PASTAGEM POR BOVINO  
(mil ha)

	PASTAGEM POR BOVINO			
	1970	1975	1980	1985
C. OESTE (A)	3,55	2,24	2,03	-
BRASIL (B)	2,11	1,52	1,47	-

FONTE: FIBGE

TABELA N. 12  
AREAS DE PASTAGEM PLANTADAS E NATURAIS  
(ha)

	PLANTADAS		NATURAIS	
	1970	1980	1970	1980
C. OESTE (A)	9.073	24.665	46.409	43.000
BRASIL (B)	29.732	60.602	124.406	113.897
(A/B)	30,5%	40,7%	37,3%	37,8%

FONTE: FIBGE

Outra dificuldade tem a ver com a proporção de fatores agregados pela pecuária. Nos moldes em que ela se desenvolve na região, ela é intensiva em capital, ocupa áreas enormes e é extremamente poupadora de mão-de-obra.

Concluindo, podemos dizer que, em relação à produção agropecuária, o processo regional foi estreitamente ligado à expansão da área explorada, baseando-se na implantação de sistemas extensivos ou semi-extensivos, ambos consumidores de grandes espaços agricultáveis. A frente da intensificação agrícola não acompanhou as frentes pioneiras, restringindo-se mais rapidamente às áreas Sul e Sudeste da região, guardando proximidades dos centros econômicos do país. No entanto, não atingiu um nível ótimo de intensificação possível de tais sistemas. Nesse sentido, a evolução dos rendimentos na última década não foi determinado, exceto no caso da soja, tendo sido regressiva para alguns produtos básicos. Porém, esses elementos fazem com que o Centro-Oeste constitua hoje a principal reserva de produção do Brasil. É possível atribuir à região uma função produtiva e determinante para o país, baseada na intensificação da pecuária sobre a área atual de pastagem, e na ampliação das áreas de lavoura até 20 milhões de hectares, o que permite produzir, em 1991, 30 milhões de toneladas de grãos.

Quanto aos produtos de culturas energéticas, mais especificamente a cana, esta se encontra num acelerado ritmo de crescimento, com previsão para 89/90 chegar a auto-suficiência regional na produção de álcool.

A pecuária, apesar de constituir o produto de maior valor no setor primário, ela não traz retorno suficiente para a região, em função do molde ultra-extensivo em que ela se desenvolve. Do ponto de vista agroecológico, a região apresenta extensas áreas de cerrado com solos de baixa fertilidade, para as quais a pecuária torna-se a atividade mais indicada. Em áreas que apresentam solos de melhor fertilidade, porém susceptíveis à erosão e com relativa fraqueza estrutural, recomenda-se uma complementariedade agricultura/pecuária. Do ponto de vista tecnológico, não existem impedimentos fundamentais à melhoria da produção pecuária.

Dessa forma, tal atividade deve representar um papel importante na região, tendo em vista a valorização do seu potencial e a promoção de um maior progresso interno dos estabelecimentos.

No que diz respeito à produção florestal é importante ressaltar o interesse econômico que pode ter a floresta para a região e para o país, na medida em que se beneficie de um manejo adequado, tratando-se de uma floresta pré-amazônica em condição de alargamento limitado. Infelizmente, a floresta regional vem



sofrendo a concorrência imposta pela expansão da fronteira agrícola, sendo considerada como uma reserva de terra aproveitável e não como uma fonte de capitalização. Sua recuperação, uma vez destruída ou alterada, seria altamente onerosa, considerando-se o fraco retorno econômico do reflorestamento em madeiras de lei, além dos efeitos desastrosos sobre o meio ambiente.

## 1.6. A Modernização Agropecuária e suas Implicações

### a) A Modernização da Região

A nível nacional, no período 80/85, os indicadores evidenciam uma redução do dinamismo do setor agropecuário em relação ao quinquênio anterior. Diversos fatores certamente contribuíram para moldar esse quadro, dentre os quais a própria desaceleração do crescimento econômico global do país, levada a efeito pelo inchaço da dívida externa e interna, que trouxeram no seu bojo preocupações crescentes com o controle do Déficit Público. Portanto, é de se esperar políticas de contenção de crédito, redução de subsídios e de incentivos fiscais, que de certa forma afetaram diretamente o ritmo de crescimento do setor primário no país, sobretudo a pecuária.

As duas frentes de expansão agropecuária da agricultura brasileira, têm sido caracterizadas pela mudança de estrutura produtiva e pelo progresso técnico em regiões do Centro-Sul e pelo incremento resultante das fronteiras extensivas, com uma tendência de continuar e incorporar padrões tecnológicos (Centro-Oeste). Essa combinação se dá exatamente no momento em que se molda e se compatibiliza algumas condições necessárias para adivisão inter-regional do trabalho, ou seja, concentração de atividades industriais aglomerativas no centro produtor do país e a dispersão para a periferia de atividades primárias e de seu efeito multiplicador sobre a localização industrial(1). As condições para essa divisão são, a indivisibilidade de terras agricultáveis nos grandes centros, a substituição de culturas com um maior valor específico para justificar o alto preço do patrimônio, avanço no sistema de infra-estrutura produtiva para o interior e incentivos fiscais, e mudanças tecnológicas para incorporação produtiva dos cerrados, que constituem 70,3% da área do país. Segundo CLÉLIO DINIZ, essa desconcentração regional ameniza os custos de urbanização nos grandes centros. Acrescenta-se que da forma como

(1) DINIZ, CLÉLIO CAMPOLINA: "Determinantes e Implicações mudança no Padrão regional Brasileiro".

... já se processando no país, a desconcentração é extremamente favorável ao Centro-Sul, na medida em que a desconcentração é muito mais de atividades econômicas e muito menos de renda. Vale dizer, certamente, que tal desconcentração, transfere encargos, custos ecológicos e alguma renda evidentemente para fronteira agrícola, mas com um grande índice de sucursalização (poder do capital do Centro-Sul), o que não implica, obviamente, em uma repartição proporcional da renda gerada, a nível de qualidade de vida por residente na região. Aliás nessa linha de raciocínio, segundo PAULO HADDAD, "A compatibilidade entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social não se processa espontaneamente. O desenvolvimento social não é um subproduto cronológico do crescimento econômico" (2).

É nesse contexto, dentre outros fatores locais (preços da terra, solos planos, políticas de preços mínimos), que se desenvolve a grande fronteira agrícola no Centro-Oeste. Evidenciam-se entretanto aspectos intra-regionais onde se verificam condições homogêneas de ocupação, da qual a convenção didática mais apropriada parece ser a de MULLER: "Frente Comercial, Frente Especulativa e Frente de Subsistência" (3).

A Frente Comercial se caracteriza dentro do conceito de Vont Humem, dependente sobretudo do mercado central dinâmico do Centro-Sul e (comodities). A frente camponesa se baseia na ocupação em virtude de disponibilidade de terras, como uma consequência direta da primeira frente e, porque não dizer, do processo de acumulação do capital. Com esta afirmativa, a equipe PIMES-SUDENE, cita "Os migrantes uma vez expulsos de sua localização anterior, quer de forma violenta, ou pelas leis de mercado", ao se instalarem em áreas novas, as valorizam e as tornam áreas de atração para capitais externos, dando origem a uma nova etapa do ciclo de ocupação" (4). A Frente Especulativa, é aquilo que se caracteriza como a maior negação da função social da terra. Esta passa a ser uma reserva de valor, cujos investimentos visam sobretudo ganhos de capital em extensas áreas improdutivas. Segundo o plano de desenvolvimento do Centro-Oeste, (SUDECO) (5), cerca de 94% de sua área total já está juridicamente ocupada.

Há enorme quantidade de áreas vazias e ociosas, gerando enormes conflitos, sobretudo dos colonos oriundos das

(2) HADDAD, PAULO ROBERTO: "Reflexões sobre Planejamento".

(3) MULLER, CHARLES C.: "Fronteiras, Frente e Evolução Recente da Ocupação".

(4) "DESIGUALDADES REGIONAIS NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO - EQUIPE PIMES-SUDENE

(5) PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE - SUDECO-1988 - 2a. EDIÇÃO

primeiras frentes que incorporaram a segunda, na tentativa de ocupar as chamadas 'Fronteiras Internas' (6).

Parece fundamental, entender e analisar as questões abordadas acima, como ponto de partida para se ingressar no estudo da modernização da agropecuária no Centro-Oeste.

A evolução da mecanização na agricultura do Centro-Oeste, se processou de forma bastante rápida em comparação com a modernização (7) agrícola de outras regiões do país, resguardadas as proporções dentro das três sub-áreas do nosso estudo, baseado nas frentes agrícolas definidas anteriormente: Zonas de Frente Comercial, Zonas de Transição e Zonas de Ocupação Recente.

A mudança no padrão tecnológico para os agricultores tradicionais parece não ser uma variável desprezível no aspecto tempo. Outro aspecto a considerar é o tamanho das pequenas propriedades, o acesso difícil ao crédito de investimentos pesados. A velocidade das mudanças tecnológicas são explicadas então, pelo fato de que no Centro-Oeste, mais do que uma substituição de tecnologia, ocorrerá substituição de produtores, e evidentemente de culturas.

Esse modelo de ocupação ganha até de certa forma um caráter de "neo-bandeirantismo", uma vez que não visa o mercado interno regional, não aumenta e não fixa proporcionalmente a mão-de-obra rural. Também não tem gerado efeitos significativos a jusante e a montante na economia, a renda gerada e o excedente (subtraindo impostos + remuneração de salários) é drenada para os detentores do capital nos grandes centros fora da região.

Vale ressaltar que o fator mecanização por si só não explica a redução da mão-de-obra ocupada, mas associa-se a ele a estrutura fundiária, políticas de incentivos favorecendo mais os grandes produtores.

A média dos estabelecimentos é 5,8 vezes maior que a média nacional: 64,5 ha.

A nível nacional, a mecanização acompanhou o declínio do crescimento do setor. O número de tratores cresce no período 80/85 em 19,6%, demandando 106,8 mil tratores, ou menos da metade do incremento registrado no quinquênio anterior. A região Centro-Oeste foi a que menos declínio registrou: 26,4 mil tratores, cerca de 76% da demanda registrando no período 80/85.

(6) Área dos estabelecimentos não utilizados.

(7) Usa-se o termo Modernização, baseado no fato de que o aumento da mecanização pressupõe a utilização de outros Insumos Modernos (químicos e biológicos).

Verifica-se inclusive, que o Sudeste e Sul determinam a média nacional. Já no Nordeste e no Norte, o primeiro apresenta crescimento irrisório de 233 tratores e o Norte redução (-213). Percebe-se nitidamente isto como consequência, das mudanças introduzidas neste quinquênio na política de crédito agrícola (investimentos).

É evidente que as análises dentro de cada sub-área proposta neste estudo, varia em relação a média da região, porém se faz mister apresentar alguns indicadores para a região como um todo e, posteriormente, analisá-los adequadamente para as sub-áreas.

Além das considerações abordadas sobre a modernização na agropecuária da região, vale ainda destacar a tendência, por mais paradoxal que possa parecer, em primeira instância, da redução da oferta global regional de alimentos com repercussão desfavorável para a população residente. Há ainda a considerável elasticidade desempenho/lucro dessa agricultura moderna, (altamente sensível às condições de mercado, instabilidade de preços, conjuntura macroeconômica). Verifica-se, portanto, uma tecnologia intensiva em terra e capital, com pouco efeito na demanda regional de alimentos.

#### b) Indicadores de Modernização Agropecuária do Centro-Oeste

Taxa de Ocupação da Força de Trabalho;

Área Média Cultivada por Trator;

(-) Rendimento Físico das Principais Culturas;

Lotação das Pastagens.

Taxa de Ocupação da Força de Trabalho

A redução da PEA/Rural é uma característica marcante da modernização agrícola. A intensificação do capital e terras de extensas dimensões com concentração elevadas, implicam em mudanças na organização produtiva e relações de trabalho. Vale dizer que a agricultura moderna é essencialmente capitalista, equiparam o custo de salário com o valor da produtividade marginal (o campo perde seu potencial de depósito de mão-de-obra excedente).

Tal comprovação pode ser obtida pela elasticidade emprego/área na zonal rural (Tabela 13).

TABELA N. 13  
ELASTICIDADE EMPREGO/AREA

	A	B	A - B
	BRASIL	C.OESTE	
75/70	0,88	0,34	0,54
80/75	0,18	0,24	-0,06
85/80	1,47	0,36	1,11

FONTE: Elaborado com base nos dados  
FIBGE/CENSOS AGROPECUARIOS - 1985

Verifica-se por esse indicador, tomando três períodos quinquenais, que em dois deles 75/70 e 85/80 a elasticidade emprego/área no Brasil é maior que na Região Centro-Oeste. Parece marcante a correlação com outros fatores como a concentração fundiária, uma vez que a nível de mecanização pelo menos no último período praticamente se equivalem.

- Área Média Cultivada por Trator

O aumento da mecanização da agricultura brasileira no período 80/70 foi significativa, e ameniza bastante em 85/80 (Tabela 14).

TABELA N. 14  
INDICADOR DE MECANIZACAO HA./TRATOR

	70	75	80	85
BRASIL	204,9	123,8	90,1	80,3
NORTE	547,6	689,8	277,0	332,1
NORDESTE	1418,0	931,2	373,0	376,9
SUDESTE	116,5	79,1	59,8	57,4
SUL	170,7	89,4	62,0	52,0
CENTRO-OESTE	323,4	149,8	102,2	86,1

FONTE: ENSAIO GERAL - CHARLES MULLER -  
CENSO AGROPECUARIO - 1985

A média nacional desse indicador é ponderada para cima pelas regiões Norte e Nordeste e puxada para baixo pelo Sudeste e Sul. Estas duas últimas regiões estão próximas do padrão da agricultura dos EUA - 40,8 ha/trator, considerando a escassez de novas expansões agrícolas dessas áreas há que se considerar apenas depreciação do equipamento e a reposição desses maquinários: sendo assim pode atribuir apenas como razão desse declínio, a contenção da política de crédito agrícola para investimentos. Já nas regiões Norte e Nordeste, tal fator encontra muita aplicabilidade.

A melhor performance nesses últimos 10 anos fica com o Centro-Oeste. Reduz em 10 anos praticamente metade da área média de ha/trator. Vale ressaltar, as condições favoráveis para o uso de máquinas, na região, tais como, extensas áreas, topografia plana, essencial para mapeação de novas áreas. A mecanização é tão intensa que a região sai dos anos 70 com uma posição de 57% acima da média nacional, em 85, para apenas 7,2%. Se compararmos com a região Sudeste em 70, este estava acima 177% acima da região e, em 85 somente 50%. Em síntese, a região demandou 26% do total de tratores incorporados na agricultura do país.

#### - Rendimento Físico das Principais Culturas

É um índice de resultado do nível tecnológico de uma região o rendimento médio/ha. Embora associadas todas as técnicas do manejo, está mais relacionado, com as inovações do tipo químico-biológico. Uma vez que no outro segmento do trabalho, tal indicador é visualizado de uma forma mais ampla,

neste capítulo destacar alguns aspectos interessantes a analisar. Algumas culturas estão acima da média nacional, outras abaixo: acima - algodão, soja, mandioca, milho e trigo e abaixo - arroz, cana-de-açúcar.

Recomenda-se extremo cuidado nessas comparações, pois são médias de variâncias muito grande. No caso nacional, se por um lado existem regiões com padrões tecnológicos mais apurados para cima, tem-se regiões e culturas sendo trabalhadas sem nenhum aparato tecnológico. Quanto aos índices de produtividade verifica-se nos últimos 10 anos, índices crescentes na cana-de-açúcar, amendoim, arroz, trigo, milho, soja e declinantes na mandioca, feijão, sendo a do algodão instável. Em termos de grãos a curva indica um declínio de produtividade em 78, onde todas as culturas apresentaram rendimento decrescente, e uma certa estabilização nos anos 79 a 81 e uma tendência crescente de 82 a 85 (Tabela 15).

TABELA N. 15

PRODUTIVIDADE MEDIA DE GRAOS  
75/80 - CO

	ARROZ	SOJA	TRIGO	MILHO	FEIJOAO	MEDIA
75	1,11	1,39	0,22	1,83	0,62	1,03
76	1,13	1,51	0,51	1,78	0,57	1,10
77	1,18	1,64	0,76	1,75	0,54	1,17
78	0,90	0,97	0,77	1,31	0,45	0,88
79	1,16	1,51	0,69	2,02	0,47	1,17
80	1,23	1,69	0,90	2,09	0,33	1,25
81	1,00	1,65	0,91	1,90	0,34	1,18
82	1,25	1,82	0,69	2,06	0,47	1,26
83	1,17	2,12	1,32	2,02	0,40	1,41
84	1,10	1,70	0,98	2,03	0,46	1,25
85	1,61	1,96	1,58	2,14	0,45	1,55
N=11	12,84	17,96	9,33	20,93	5,10	12,20
	1,16	1,63	0,85	1,9	0,46	1,11

FONTE: ELABORADO COM BASE NO RESUMO DO DOCUMENTO "O CENTRO-OESTE É A QUESTÃO DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR DO BRASIL" PNUD/CDR/IPEA-1988

- Lotação das Pastagens

A pecuária tem procurado evoluir em três aspectos:

- a elevação da capacidade de suporte das pastagens
- características genéticas (selecção e melhoramento);
- formas de manejo.

A pecuária do Centro-Oeste representa 2/3 do rebanho nacional no período 80/85, e é o maior rebanho do país. As extensas áreas podem propiciar uma engorda a um custo mais baixo que nos países criadores que não dispõem de tais recursos. Há necessidade, porém, de pesquisas, para amenizar a depreciação dos campos de pastagens (5 anos). Ressalta-se também a característica da pecuária na região, intensiva de capital e poupadora de mão-de-obra.

Todavia esta atividade é de grande importância a região e conseqüentemente para o país.

Dois indicadores propiciam uma melhor visualização da situação da pecuária.

- Elasticidade rebanho-pastagem;
- Taxa de ocupação das pastagens.

TABELA N. 16

## ELASTICIDADE REBANHO-PASTAGEM

	EFETIVO		PASTAGEM		EFETIVO (A)		PASTAGEM (B)		ELASTICIDADE	
	BRASIL	C. OESTE	BRASIL	C. OESTE	BRASIL	C. OESTE	BRASIL	C. OESTE	A/B	
1970	78562	17252	154138	55482	-	-	-	-	-	-
1975	101673	24750	165651	61309	29,4	43,4	7,4	10,5	3,9	4,2
1980	118085	33261	174499	67665	16,1	34,4	5,3	10,3	3,03	3,33

FONTE: Elaborado com base no Resumo do Documento "O Centro-Oeste e a Questão do Abastecimento Alimentar do Brasil"  
PHUD/COR/IPEA-1988



TABELA N. 17

## TAXA DE OCUPAÇÃO DAS PASTAGENS

	EFETIVO		PASTAGEM		TX. DE OCUP.		BRASIL	C.OESTE
	BRASIL	C.OESTE	BRASIL	C.OESTE	BRASIL	C.OESTE	%	%
1970	78562	17252	154136	55462	1,96	3,2	-	-
1975	101673	24750	165651	61309	1,63	2,48	16,8	22,5
1980	118085	33261	174499	67665	1,48	2,03	9,2	18,1

FORTE: Elaborado com base no Resumo do Documento 'O Centro-Oeste e a Questão do Abastecimento Alimentar do Brasil' PRUD/COR/IPEA-1988

A elasticidade rebanho/pastagem indica uma elevação constante no período analisado da lotação das pastagens. No período 70/75 e 75/80, para cada ponto percentual acrescido na pastagem, o efetivo cresceu 3,9 e 3,03 respectivamente. No Centro-Oeste, 4,2 e 3,33. Em outras palavras, o efetivo cresce mais que proporcional às pastagens. Isto sem dúvida em decorrência do incremento das pastagens artificiais, que possuem uma capacidade de suporte maior que as pastagens naturais.

A taxa de ocupação das pastagens (lotação), confirma a tendência do primeiro indicador. No período 70/80, há uma sensível redução na densidade área/bovino, tanto à nível de país como no Centro-Oeste. Verifica-se entretanto que as taxas de redução da região Centro-Oeste são mais significativas que no país. Contudo, a densidade é ainda muito alta, podendo apresentar melhorias sensíveis nas lotações de pastagens do Brasil e Centro-Oeste.

### c) Indicadores de Modernização por Sub-áreas.

As informações que se observam, em função dos indicadores utilizados para a análise da região como um todo, aplicando-os nas sub-áreas propostas neste estudo evidenciam as características peculiares de cada microrregião.

Tais indicadores, que avaliam o parâmetro de modernidade da agropecuária regional, confirmam a grosso modo, pelo menos em primeira instância, as zonas estudadas, por ordem cronológica: Comercial, Transição e Ocupação Recente.

A elasticidade emprego/área, revela um crescimento proporcional na área de empregos mais acentuada na Ocupação Recente, com uma queda generalizada nas três microrregiões, porém o declínio segue a prática dos efeitos de modernização, isto é, chega a ser negativa na ZFC. Entretanto, a taxa de ocupação de mão-de-obra tem percentagens bem menores de absorção/ha na ZFC. No entanto, considerando a área acrescida de pastagens, a relação de absorção de mão-de-obra tem mudança significativa. A ZFC passa a ter uma taxa maior que as outras microrregiões. Isto se deve ao peso da pecuária em relação à sua pouca expressividade em empregar mão-de-obra. O efeito desse peso inverso na ZTS é significativo, reduzindo-o para a casa dos 10% a 13%. Por esse indicador, não há dúvidas sobre a modernização da ZFC.

Outro indicador analisado (nível de mecanização), ratifica a modernização da ZFC, com um índice melhor do que na Região Centro-Oeste. Contudo, longe dos índices verificados nos grandes Centros (Sul e Sudeste). Surpreende a ZTS, com um indicador abaixo da ZFC em 85. Em parte, explica-se tal variação, uma vez que a área da pecuária é maior nesta microrregião, sendo assim considerando a área como um porto, provavelmente o nível de mecanização certamente é favorável a ZFC. (Didaticamente a área utilizada é apenas a cultivada).

Outro indicador utilizado, como resultado dessa modernização é o rendimento físico das principais culturas. Verifica-se uma especialização em culturas para exportação e industriais com uma participação da ZFC na produção de até 98,73% do total produzido no Centro-Oeste. De resto, o potencial dessa sub-região chega a 65,16% da sua produção. Contudo, nas três culturas em que esta sub-região não é especializada, a sua importância é significativa também, não chegando a menos do que 24,2% da produção total (caso do arroz).

Do ponto de vista da produtividade, dos 10 (dez) produtos estudados, apenas um (arroz) a produtividade é menor do que nas outras duas microrregiões. Portanto, justifica o nível tecnológico. Em termos de produtividade anual, período 75/85, verifica-se que os índices se revezam e são até mais favoráveis às ZTS e ZOR. Contudo, isto parece mais importante do ponto de vista da análise individual de cada microrregião do que a comparação entre elas, uma vez que os índices de produtividade são diferenciados e muito mais substanciais na ZFC. Se considerarmos o efeito de base reduzida, aliada a um ponto mais ou menos ótimo de produtividade, os índices de incremento anual de produtividade tendem a se reduzir.

Finalmente, o índice de avaliação da pecuária, elasticidade rebanho/pastagens e taxa de ocupação das pastagens revela uma elasticidade extremamente favorável ao crescimento do

efetivo na ZFC. Embora esta não detenha a maior área de pastagens, isto é explicado pela maior parcela de pastagens artificiais nesta microrregião representando em 1980, 1.29% sobre as naturais. Isto demonstra a alta capacidade de suporte dessas pastagens. A elasticidade na região ZOR, é bastante modesta, contudo há que se considerar o incremento em pastagens artificiais em 1980, cujos resultados melhores certamente serão obtidos e demonstrados no outro quinquênio. A taxa de ocupação de pastagens é também muito favorável à ZFC, inclusive menor que a brasileira em 80: 1.52 ha/cab. A redução mais acentuada é nesta região.

TABELA N. 18

## INDICADOR. TAXA DE OCUPAÇÃO FORÇA DE TRABALHO

ANOS	ÁREA			PESSOAL OCUPADO		
	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR
1970	1569,4	531,3	302,1	452,4	259,6	221,6
1975	2776,9	948,8	614,0	525,0	350,2	341,7
1980	3395,2	1593,5	1491,4	497,3	369,1	462,0
1985	3949,6	1882,8	1902,2	535,2	406,7	615,6

FONTE: Elaborado com base no Resumo do Documento "O Centro-Oeste e a Questão do Abastecimento Alimentar do Brasil"  
PRUD/CDR/IPEA-1988

TABELA N. 19

## ELASTICIDADE EMPREGO/ÁREA

ANOS	% TX. ÁREA			% TX. PESSOAL			ELASTICIDADE		
	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR
1970	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1975	76,9	78,6	103,2	16,0	34,9	54,2	0,20	0,44	0,52
1980	22,2	67,9	142,8	-5,2	5,3	35,2	-0,23	0,08	0,25
1985	16,3	18,1	27,5	7,6	10,1	33,2	0,46	0,55	1,20

FONTE: Elaborado com base no Resumo do Documento "O Centro-Oeste e a Questão do Abastecimento Alimentar do Brasil"  
PRUD/CDR/IPEA-1988

TABELA N. 20  
TAXA DE OCUPACAO DE MAO-DE-OBRA

ANOS	AREA CULTIVADA			AREA CULTIVADA/PASTAGENS		
	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR
1970	28,8	46,8	73,3	21,7	10,3	18,6
1975	18,9	36,9	55,6	22,5	12,8	21,8
1980	14,6	23,1	30,9	21,4	13,0	19,8
1985	13,5	21,6	32,4	-	-	-

FORTE: Elaborado com base no Resumo do Documento 'O Centro-Oeste e a Questao do Abastecimento Alimentar do Brasil' PNUD/CDR/IPEA-1988

TABELA N. 21  
AREA CULTIVADA MEDIA/TRATOR

ANOS	TRATORES			HA/TRATOR		
	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR
1970	8037	1960	343	195,3	271,1	880,7
1975	19960	6460	1892	139,1	146,8	324,5
1980	36701	16535	8897	92,5	96,4	167,6
1985	49350	24087	16377	80,0	78,2	116,2

FORTE: Elaborado com base no Resumo do Documento 'O Centro-Oeste e a Questao do Abastecimento Alimentar do Brasil' PNUD/CDR/IPEA-1988

TABELA N. 22

## RENDIMENTO FISICO DAS PRINCIPAIS CULTURAS

PRODUTOS	ZFC			ZTS			ZOR		
	PR/TON	% a.a.	Z/P	PR/TON	% a.a.	Z/P	PR/TON	% a.a.	Z/P
ALGODAO	1,70	4,05	93,64	1,43	5,21	3,12	1,07	1,14	3,24
AMENDOIM	1,61	4,50	92,50	1,15	6,90	3,26	1,31	1,31	4,20
ARROZ	1,29	2,50	24,20	2,56	13,70	36,70	1,35	1,35	39,04
CANA	66,30	5,25	73,10	63,50	10,53	24,20	1,61	1,61	2,71
FEIJAO	0,47	-0,17	43,60	0,37	-0,30	11,72	0,46	0,46	44,70
MANDIOCA	17,31	1,89	30,72	16,10	0,51	20,84	14,77	14,77	48,44
MILHO	2,59	2,76	65,69	1,79	2,69	10,35	1,54	1,54	23,96
SOJA	1,97	4,17	70,23	1,94	6,40	17,40	1,94	1,94	12,37
TOCATE	27,28	1,79	66,27	23,49	3,02	19,29	23,60	23,60	14,44
TRIGO	1,59	69,50	98,73	0,93	0,11	1,27			
			658,68			148,15			193,1

FORTE: Elaborado com base no Resumo do Documento "O Centro-Oeste e a Questao do Abastecimento Alimentar do Brasil"  
 PNUD/CDR/IPEA-1988

ACIMA 50% = ZFC = 07 (- ARROZ, FEIJAO, MANDIOCA)

ZTS = 0

ZOR = 0

TABELA N. 23

## ELASTICIDADE REBANHO/PASTAGENS

	ABSOLUTO			%			PASTAGENS			%			ELASTICIDADE		
	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR
1970	7118,8	7987,9	2145,2	-	-	-	19251,3	24650,2	11595,2	-	-	-	-	-	-
1975	10809,6	10266,9	3653,5	51,8	20,7	70,3	20464,2	26287,5	15019,9	6,3	6,6	29,5	8,2	4,3	2,4
1980	15046,5	11997,6	6203,8	39,2	16,6	69,9	19865,4	26739,4	21784,7	0,0	1,7	45,0	39,2	9,7	1,5
1985	18118,0	13577,2	7900,0	20,4	13,2	27,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FORTE: Elaborado com base no Resumo do Documento "O Centro-Oeste e a Questao do Abastecimento Alimentar do Brasil"  
 PNUD/CDR/IPEA-1988

TABELA N. 24

## PASTAGENS ARTIFICIAL/NATURAL

	ZFC	ZTS	ZOR
1970	36,7	11,3	14,0
1975	52,2	25,8	21,7
1980	129,5	41,1	40,0

FONTE: Elaborado com base no Resumo do Documento 'O Centro-Oeste e a Questão do Abastecimento Alimentar do Brasil'  
 PRUD/CDR/IPEA-1988

TABELA N. 25

## TAXA OCUPACAO DAS PASTAGENS

	ZFC	ZTS	ZOR	ZFC	ZTS	ZOR
1970	2,7	3,1	5,4	-	-	-
1975	1,9	2,6	4,1	42,8	19,0	31,7
1980	1,3	2,2	3,5	43,2	18,0	17,1

FONTE: Elaborado com base no Resumo do Documento 'O Centro-Oeste e a Questão do Abastecimento Alimentar do Brasil'  
 PRUD/CDR/IPEA-1988

1.7. Estrutura Fundiária na Região Centro-Oestea) Tamanho e Área dos Estabelecimentos

A análise dos dados sobre a distribuição das terras na região Centro-Oeste revela a existência de grandes áreas de

terras em poucas mãos, uma vez que 67% da área total representa 5% dos estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares, o que significa uma forte concentração, situação que se pode confirmar através da curva de Lorentz e das informações contidas no quadro n. 26 e gráfico n. 1, calculados com base no censo agropecuário de 1985.

TABELA N. 26

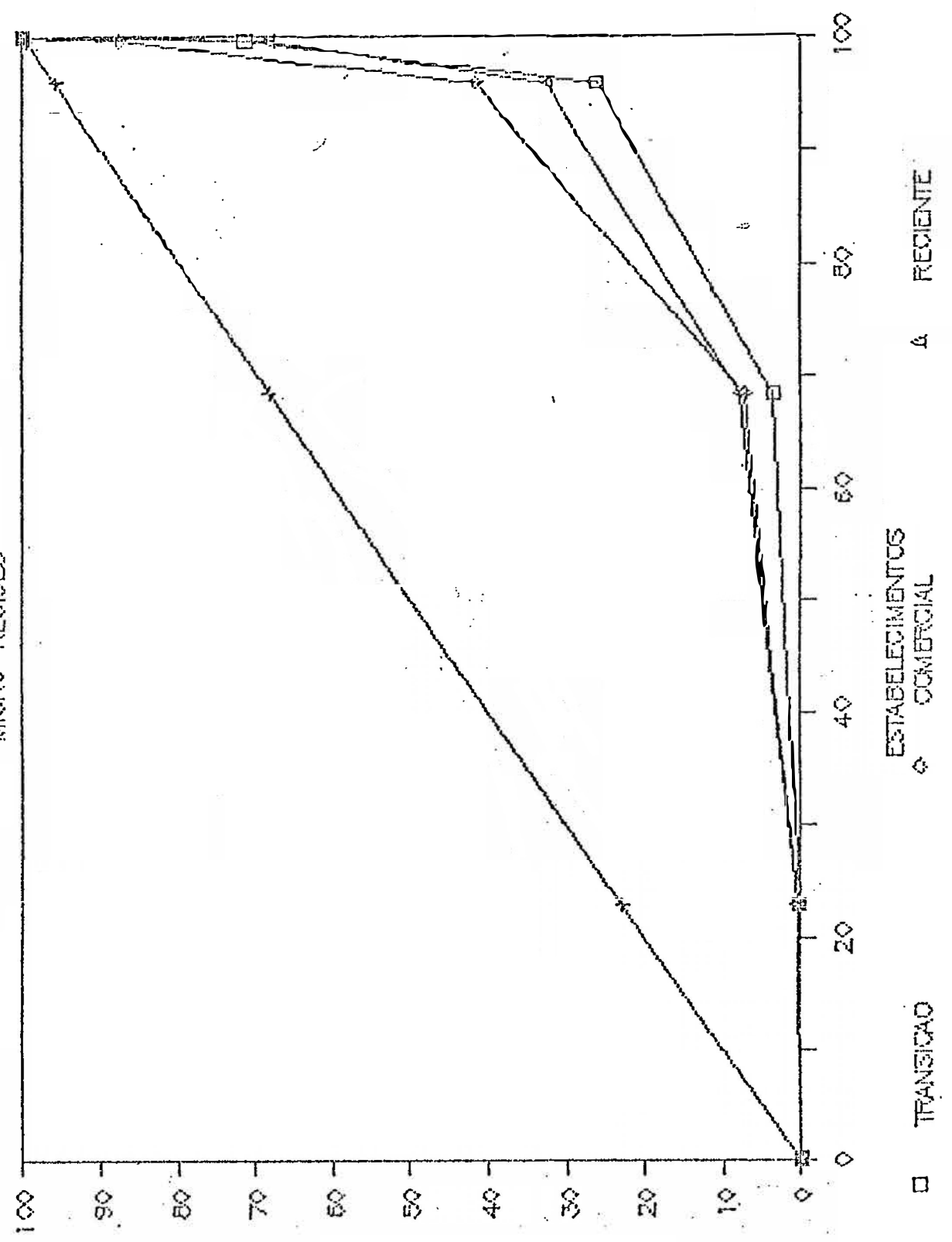
## ESTRUTURA PERCENTUAL - GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha.)

REGIÃO CENTRO-OESTE - 1985 (%)

GRUPOS	ESTABELECEMENTOS %	ÁREA %	CURVA DE LORENTZ No. EST.	mm.
a. Menos de 10	23.6	0.4	23,6	0.4
b. 10 a Menos de 100	42.5	5.9	66.1	6.3
c. 100 a Menos de 1000	28.3	26.4	94.4	32.7
d. 1000 ou Mais	5.6	67.3	100.0	100.0
	100.0	100.0		

# CURVA DE LORÉNZ REGIAO CENTRO-OESTE

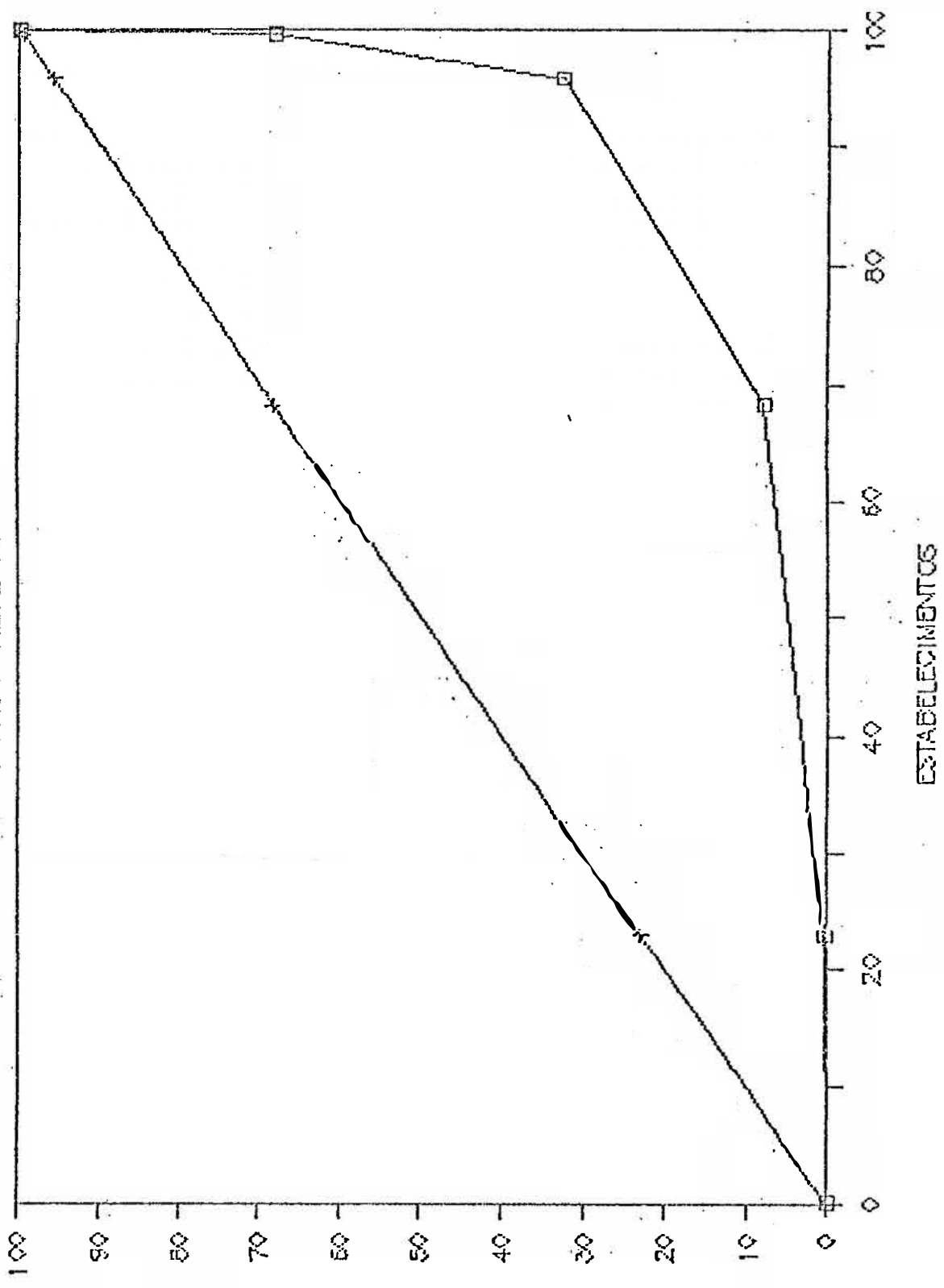
MICRO-REGIÕES



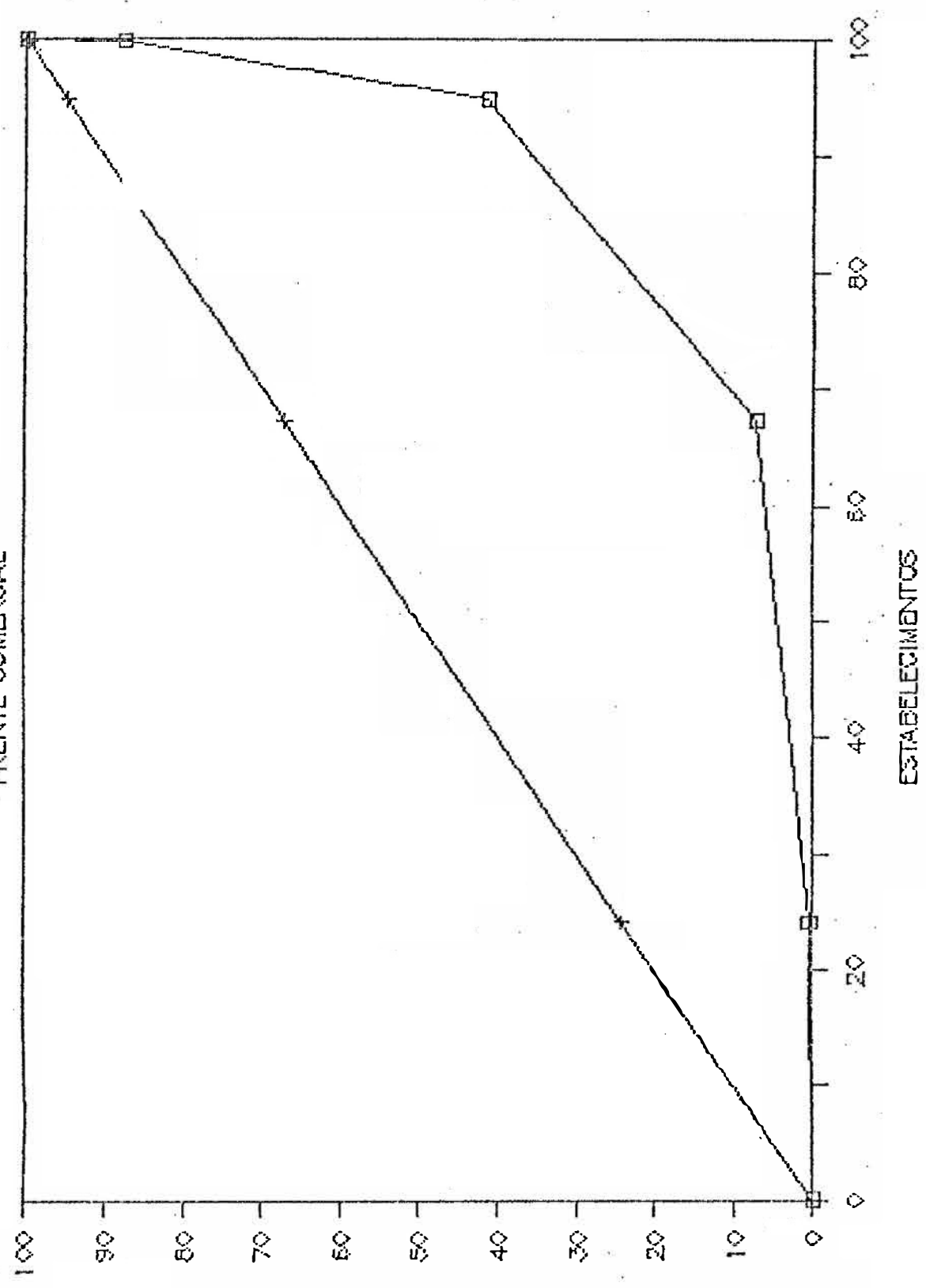


# CURVA DE LORENZ

OCCUPAÇÃO RECENTE

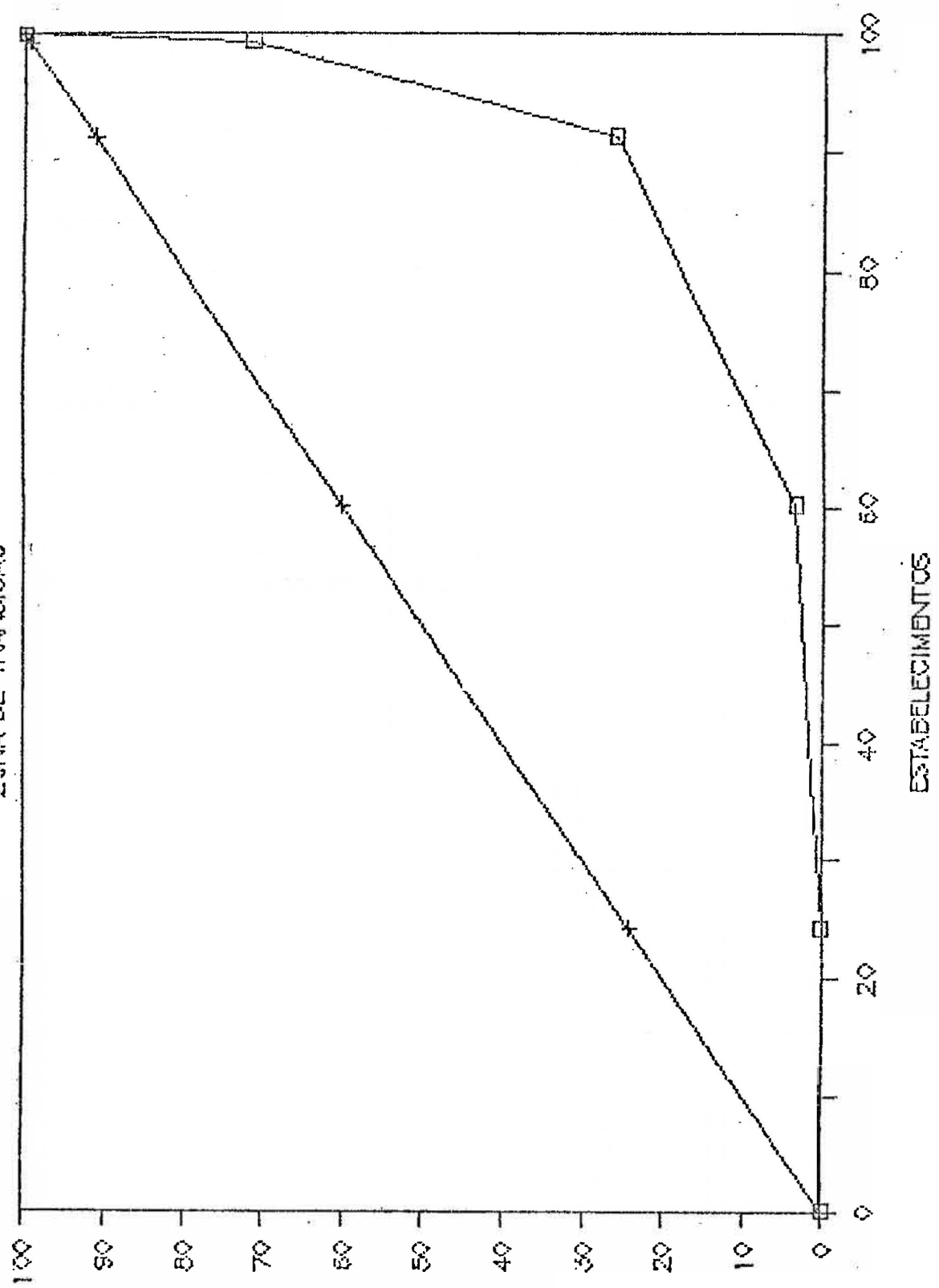


# CURVA DE LORENZ FRENTE COMERCIAL



# CURVA DE LORENZ

ZONA DE TRANSICAO



Na mesma tabela, também se observa que 66,1% dos estabelecimentos têm entre menos de 10 até 100 hac. e ocupam apenas 6,3% da área total.

Ao examinar os dados com respeito à distribuição de taxas a nível de cada uma das sub-regiões que compõem a região Centro-Oeste, observa-se a existência de uma grande concentração de terras a nível regional e de sub-regiões, ocorrendo essa maior concentração nas Zonas de Transição (ZTR) e de Ocupação Recente (ZOR) 30,3%, especialmente no grupo de estabelecimentos com superfícies de mais de 1.000 ha., que representam pequena percentagem com relação ao total (0,9%) e 5,5%, respectivamente.

A Zona de Frente Comercial (ZFC) apresenta menor concentração em relação às outras sub-regiões, o que demonstra uma melhor distribuição das terras, levando a um maior desenvolvimento econômico e social da região, gráfico n. 2 e quadros nos. 27 a 31.

TABELA N. 27

## REGIÃO CENTRO-OESTE

## SUB-REGIÕES - 1985 EM %

DESCRICAÇÃO	MENOS DE 10		DE 10 A DE 100		A DE 100 MENOS DE 1000		A DE 1000 A MAIS		TOTAL	
	ESTAB.	AREA	ESTAB.	AREA	ESTAB.	AREA	ESTAB.	AREA	ESTAB.	AREA
ZONA OCUPAÇÃO RECENTE	26,4	0,4	43,2	9,9	26,3	21,2	4,1	68,5	100	100
ZONA DE TRANSIÇÃO	32,3	0,3	35,8	3,3	31	22,5	0,9	73,9	100	100
ZONA DE FRENTE COMERCIAL	24,2	0,5	42,8	6,7	27,5	34,4	5,5	58,4	100	100

TABELA N. 28  
DADOS PARA AS CURVAS DE LORENTZ (EM %)

GRUPOS	Z O N A S					
	OCUP. RECENTE		TRANSICAO		FRENTE COM.	
	ESTAB.	AREA	ESTAB.	AREA	ESTAB.	AREA
A. MENOS DE 10	26,4	0,4	32,3	0,3	24,2	0,5
B. 10 A MENOS DE 100	69,6	10,3	68,1	3,6	67	7,2
C. 100 A MENOS DE 1000	95,9	31,5	99,1	26,1	94,5	41,6
D. 1000 E MAIS	100	100	100	100	100	100

TABELA N. 29  
ZONA DE OCUPAÇÃO RECENTE

MICROREGIONES	MENOS DE 10		DE 10 A 100		DE 100 A 1000		DE 1000 A 10000		MAIS DE 10000		SIN DECLARAR	TOTAL	TOTAL
	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.			
EXTREMO N. GOIANO	1774	8,1	5555	247,1	3649	1062,8	522	1350,4	19	497,2	4	11523	3165,6
BAIXO ARAGUAIA	528	3,3	1682	96,1	2516	771,2	355	836,7	17	271,9	1	5099	1979,2
TOCANTINS DE PA.	91	0,4	2642	133,3	4849	1278,7	431	858,2	6	84,4		8019	2355
MEDIO TOCANTINS-A	270	1,8	3230	191,3	7840	2544,2	1215	2574,5	24	620,8	5	12584	5922,4
SERRA GERAL DE G	1012	5,5	4072	195,7	4073	1302	841	1933,5	18	385,5	1	10017	3742,2
CHAPADA DOS V.	1555	9,3	2932	134,3	1899	579,3	349	868,4	10	210,7		6745	1802
VAO DO PARANA	1149	6,5	2667	107,1	1128	388,5	301	785,5	7	99,7	1	5253	1387,3
NORTE MT.	10139	48,8	13994	555,8	8923	2270,3	2158	6693,3	392	11082,7	23	35629	20850,9
ALTO GUAPORE-JAU	4528	21,8	6703	236,7	2076	614,7	631	1781,9	97	2628,5	7	14042	5283,6
RONDONIA	22698	100,2	42771	2021,8	15591	2168,5	445	951,5	29	848,6	58	81532	6890,6
TOTAL	43744	205,7	86248	3919,2	52534	12980,2	7248	18833,9	619	16650	100	190493	52589

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario. Censos Economicos 1985.  
Fundacao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. IBGE.

NOTA. (EM MILES DE HA.)

TABELA N. 30

## ZONA DE TRANSIÇÃO

MICRORREGIÕES	MENOS DE 10		DE 10 A 100		DE 100 A 1000		DE 1000 A 10000		MAIS DE 10000		SEM DECLARAÇÃO No.
	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.	
ALTO TOCANTINS	3842	22,9	5738	276,8	5926	1881,2	1040	2415,8	25	492,9	7
RIOVERMELHO	756	5,3	2006	92,6	2009	670,3	436	1045,2	12	264,6	33
PLANALTO GOIANO	2854	14,4	6122	261,9	4046	1255,4	636	1374,9	7	133,4	23
ALTO ARAGUAIA	589	3,4	1932	96,3	2627	961,6	782	1796	17	269,7	4
SUDESTE GOIANO	932	6,1	5261	247,7	4347	1252,8	326	641,1	2	36,2	8
ALTO PARAGUAI	2547	12,2	2098	77,7	920	282	269	784,4	24	909,1	
BAIXADA CUIABÁ	5614	19,4	3740	115,8	1973	632	677	1915,9	95	2158,9	15
GARCAS	887	3,8	1270	51,2	2030	732,8	742	1685,6	22	387,3	4
PANTANAIS	1637	4,6	1441	48	857	333,6	932	3395,7	261	5632,3	82
BODOQUENA	930	3,7	1053	38,6	1175	452,7	525	1255	12	202,6	35
TRES LAOAS	520	1,9	603	23,7	1197	527,2	649	1794,7	50	935	30
<b>TOTAL</b>	<b>21108</b>	<b>97,7</b>	<b>31264</b>	<b>1330,3</b>	<b>27107</b>	<b>8981,6</b>	<b>7014</b>	<b>18104,3</b>	<b>527</b>	<b>11422</b>	<b>241</b>

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario. Censos Economicos 1985. IBGE  
Fundacao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. IBGE.

TABELA N. 31

## ZONA DE FRENTE COMERCIAL

MICRORREGIÕES	MENOS DE 10		DE 10 A 100		DE 100 A 1000		DE 1000 A 10000		MAIS DE 10000		SEM DECLARAR No.
	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.	No.	Ha.	
MT. DE GOIAS	10591	60,1	19267	782,7	6896	1796,6	407	783,9	2	65	17
SERRA DO CAIAPÓ	784	3,8	3075	149,5	4162	1474	802	1759,9	15	236,2	11
NEIA PONTE	1443	8,1	5376	244,8	3710	1030,5	177	335,1	1	10,2	21
VERTENTE GOIANA	1010	5,7	5581	272,9	4862	1464,9	559	1146,2	7	134,5	15
RONDONOPOLIS	2179	8,5	1705	65,1	1409	514,7	445	1050,9	23	420	12
ALTO TAQUARI	756	2,9	1314	55,3	2298	897,6	966	2436,4	49	942,2	30
PARANAÍBA	772	3,7	1445	70,3	2240	795,9	440	966,6	11	217,9	31
PASTORIL DE CP	618	3	1888	77,8	2940	1082,6	1091	2750,1	40	886,9	45
CAMPOS DE VAC.	9743	44,5	11075	360,1	4003	1318,9	1153	2811,9	42	857,2	126
DISTRITO FEDER.	1114	5	1700	60,2	554	146,1	47	94,6			19
<b>TOTAL</b>	<b>29010</b>	<b>145,3</b>	<b>51426</b>	<b>2058,7</b>	<b>33074</b>	<b>10541,8</b>	<b>6087</b>	<b>14135,6</b>	<b>190</b>	<b>3770,1</b>	<b>327</b>

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario. Censos Economicos 1985.  
Fundacao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. IBGE.

## b) Condição do Produtor Rural na Região Centro-Oeste

Da análise dos dados relativos à condição do Produtor Rural na Região Centro-Oeste, conforme quadros 32 e 33, observa-se que 68,0% dos estabelecimentos pertencem à categoria de proprietários, detentores de 91,3% da área total, o que demonstra uma área superior a média nessa categoria.

Por outro lado, vale ressaltar que 31,0% do número de estabelecimentos estão distribuídos entre arrendatários, parceiros e ocupantes, que gradualmente se constituem em pequenos produtores, ocupando uma área de apenas 7,0% de toda a região. Nessa região se encontram vários minifúndios, que enfrentam dificuldades de créditos e aquisição de insumos agrícolas e gerais.

Do ponto de vista jurídico, ou seja, de legalização das terras, constata-se a existência de problemas para 5,5% do total dos produtores que correspondem às categorias de ocupantes, outras condições e sem declaração.

Finalmente, analisando as condições dos produtores rurais conclui-se que as categorias anteriores (5,5% da área e 17,3% do número de estabelecimentos) se vão somar a parceiros e arrendatários (3,6% da área e 14,7% do número de estabelecimentos), perfazendo um total de 32% do número de estabelecimentos. Estas são as fontes de migrações inter-regionais e urbanas, acarretando os problemas jurídicos de terra no setor rural e de crescimento populacional acelerado nas cidades, nas quais já existem problemas de favelização, com as respectivas consequências de caráter social.

TABELA N. 32  
REGIÃO CENTRO-OESTE

CLASSE DE ÁREA TOTAL	N. ESTABELECIMENTOS		ÁREA TOTAL ha.		1985 (%)	
	1980	1985	1980	1985	No.	Ha.
1. CONDIÇÃO DO PRODUTOR	316.119	397.867	118.660.092	123.176.963		
PROPRIETÁRIO	211.977	270.607	107.451.750	112.431.579	68	91,3
ARRENDATÁRIO	26.299	32.329	2.375.323	3.215.798	8,1	2,6
FARCEIRO	13.030	26.455	586.000	809.601	6,6	0,6
OCUPANTE	64.813	64.574	8.247.019	4.774.313	16,3	3,8
OUTRA CONDIÇÃO	-	1.561	-	626.923	0,4	0,5
SEM DECLARAÇÃO	-	2.341	-	1.318.749	0,6	1,2
					100	100

TABELA N. 33

2. GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	N. ESTABELECIMENTOS		ÁREA TOTAL ha.	
	1980	1985	1980	1985
2. GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	316.119	397.867	118.660.092	123.176.963
A. MENOS DE 10	67.278	93.861	328.730	448.890
B. 10 A MENOS DE 100	125.901	168.938	5.675.867	7.308.426
C. 100 A MENOS DE 1000	102.998	112.715	29.627.666	32.503.866
D. 1000 A MENOS 10000	18.293	20.349	47.089.097	51.073.494
10000 E MAIS	1.392	1.336	35.938.732	31.842.287
SEM DECLARAÇÃO	257	668		



### c) Relação entre Estruturas Fundiária e Produtiva

Ao relacionar o tamanho dos estabelecimentos com as atividades econômicas, observa-se que, quanto maior é o tamanho dos estabelecimentos, maior é o predomínio d atividade florestal, pecuária e de agricultura de cultivos comerciais como a soja e a cana-de-açúcar. Enquanto a agricultura de alimentos é uma atividade dominante nos estabelecimentos de menos de 100 hectares. No entanto, estes também se dedicam ao cultivo da soja e à atividade pecuária, em pequena escala.

Nas grandes propriedades da região a atividade pecuária em geral, é de caráter extensivo e semi-intensivo. Se sabe que estes sistemas de produção são grandes consumidores de espaços agricultáveis. O grau de intensificação desta atividade, parecerá estar determinando os maiores índices de concentração da terra já observados nas sub-regiões de transição (ZTS) e nas de Ocupação Recente (ZOR). A respeito, pensa-se que a pecuária bovina extensiva dificilmente poderá ser considerada como um sistema produtivo; pois os indicadores de produção são extremamente baixos. Nesses estabelecimentos, também são mais frequentes as formas especulativas de apropriação da terra.

A agricultura de subsistência (cultivos alimentares) predomina nos estabelecimentos de menos de 10 hectares, geralmente considerados minifúndios. Uma boa parte dos agricultores não são proprietários e, ao que parece estão classificados nas formas de arrendatários e parceiros, que têm contribuído para a formação das grandes fazendas de café, pastos e soja. A prática do arrendamento é parceria se consolidou, em função dos preços elevados da terra, mas, até hoje, existem problemas sociais, seja causados pelo êxodo dos arrendatários e parceiros e suas famílias, seja porque trabalham em más condições sociais. Em geral, a atividade agrícola nestes estabelecimentos é pouco tecnificada e é escasso o emprego de capital, mas a produtividade do trabalho é alta. Uma pequena porcentagem dos minifúndios, talvez 15%, tem animais para complementar suas economias.

A pequena agricultura comercial predomina nos estabelecimentos cujos tamanhos estão entre 10 até 100 hectares, os que se dedicam à produção alimentar e às culturas comerciais. As vezes toda a área, caso da soja, está dedicada a este tipo de cultivo. A maioria dos agricultores são proprietários que utilizam o trabalho familiar e alguns assalariados temporários. O nível tecnológico é médio; o acesso ao crédito rural é reduzido; a mecanização é baixa. Uns 59% dos estabelecimentos realizam atividades pecuárias.

A agricultura empresarial se desenvolve entre os 100 até 1.000 hectares. Trata-se de um tipo de agricultura tecnificada, baseada em poucos cultivos, quais sejam: arroz, milho, soja, algodão, dentre outros. A produção animal é semi-especializada. A mecanização é reduzida; somente a quinta parte dos agricultores utiliza tratores. A maioria dos agricultores são proprietários, mas, também existe uma boa proporção de ocupantes.

O sistema de monocultura empresarial se apresenta com maior frequência e intensidade nos estabelecimentos maiores de 1.000 hectares. A propriedade da terra nestes casos pode corresponder a pessoas físicas e jurídicas. A produção de soja e cana-de-açúcar é predominante e se realiza com alto nível de mecanização. Nas áreas de cerrado, a agricultura é semi-intensiva e se baseia na monocultura em grande escala. Neste tipo de estabelecimento, pode-se observar a existência de atividades que encobrem o uso especulativo da terra.

## 2. Industriais

### 2.1. Situação Atual

O setor industrial da Região Centro-Oeste apresenta-se, incipiente. No ano de 1975, participou com apenas 1,2% do produto industrial gerado no país. O setor praticamente não teve a sua participação nacional, em 1980, chegando a participar apenas com 1,3% do produto brasileiro em 1980.

É a seguinte a situação atual do Setor Industrial no Centro-Oeste:

#### INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1975 - 1980

U.F.	1975				1980			
	No. ESTABE- LECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO	VALOR PRODUÇÃO	VALOR DA TRANSF. IND.	No. ESTABE- LECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO	VALOR PRODUÇÃO	VALOR DA TRANSF. IND.
GO	5843	32911	5231117	1639521	7904	53326	66817374	23919558
MT	1282	5978	444030	242062	2240	14463	12894273	5352892
MS	1969	16060	2092453	661054	2570	24005	28384850	9726673
RO	264	2105	151467	68043	756	5831	4357014	2072233
DF	623	11144	1229651	655138	680	13223	13395463	6721870
C.O.	10000	69198	9148718	3265818	14150	110848	125848974	47793226
BRASIL	183825	3816555	782698992	306893172	209617	4918209	9601948911	3929799305
C.O./BR %	5,4%	1,8%	1,2%	1,1%	6,7%	2,3%	1,3%	1,2%

FONTE: IBGE - 1986

A atividade industrial na Região está ainda muito vinculada ao beneficiamento e transformação de produto primário, não conseguindo ainda diversificar as suas atividades.

Agrupando-se as indústrias da Região segundo atividades mais significativas, chegou-se aos seguintes grupos e valores participativos sobre o valor total da produção industrial no Centro-Oeste em 1980:

- . Primeiro beneficiamento - 65% do valor da produção
- Produção de insumos básicos 16%
- Produção de bens de consumo 9.5%
- Bens de Capital - 2%.

## 2.2. Ramos da Indústria

- Nos ramos industriais ligados a agropecuária, as indústrias de primeira transformação do produto agropecuário foram as mais significativas. Estas indústrias se mostram pouco diferenciadas, acompanhando a reduzida diversificação e verticalização do setor agrícola na região.

- Nos ramos florestais também se destacam as que realizam a primeira transformação dos produtos.

- Nos ramos ligados a pecuária, praticamente a carne, a banha e o toucinho são os mais expressivos por participarem na produção industrial do país com 44.9% do total produzido através de 152.067 pequenos estabelecimentos.

Estes resultados confirmam a estreita ligação do setor industrial com a produção primária do Centro-Oeste e a pouca representatividade das indústrias de transformação secundária e para consumo final (com excessão da indústria de produtos alimentares, cujas unidades, genericamente so necessitam da primeira transformação para destinar os produtos ao consumo final).

Através do mapeamento do valor da produção e do pessoal ocupado, pode-se concluir que:

- Os Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás demonstram maior representação regional.

MATO GROSSO DO SUL - tem cerca de 1.687 indústrias ligadas ao primeiro beneficiamento de produtos agrícolas e também vem desenvolvendo bastante atividades ligadas a matadouros-frigoríficos e curtumes.

GOIÁS - as indústrias de transformação e de construção civil respondem por 80% da renda industrial do Estado.

- a população ocupada na indústria apresentou uma elevação de participação modesta, mas não desprezível passando de 1.9% em 1975 para 2.2% em 1980, contribuindo para o processo de crescimento dos grandes centros urbanos.

- O setor industrial não acompanhou o crescimento populacional ocorrido na Região com o processo de colonização, apresentando baixo grau de diversificação.

Em termos gerais, é o seguinte o perfil industrial dos Estados integrantes da Região e seus principais polos:

Mato Grosso: O setor industrial, com 1.655 indústrias, participa com apenas 8% da arrecadação tributária sendo que, deste total pode-se considerar:  
22% de indústrias no setor madeireiro;  
12% na construção civil;  
19% em produtos alimentares;  
e 47% em outras atividades.

Cuiabá com, ligação rodoviária com região SUDESTE e o Triângulo Mineiro, com mais de 10 estabelecimentos industriais, pode transformar-se em importante polo industrial madeireiro.

Barra do Garças com predominância na agropecuária e exploração de carne, bebidas, material de construção e madeira.

Rondonópolis, importante centro bovino, produção de laticínios, indústria de beneficiamento de carne bovina, aproveitamento do couro na confecção de calçados e outros artigos e indústrias de beneficiamento de arroz, algodão, etc.

Cáceres Predomina a agropecuária. Entre as atividades industriais destacam-se o beneficiamento de madeiras e a produção de alimentos.

Mato Grosso do Sul com 1.687 estabelecimentos industriais, que respondem por 11% da receita de ICM tem a seguinte distribuição:  
33% no setor madeireiro,  
24% no setor alimentício,  
17% na indústria de cerâmica,  
7% na metalurgia,  
5% em produtos minerais não metálicos, e  
28% outros

O setor agroindustrial tem obtido um crescimento significativo, principalmente nas atividades ligadas a matadouros-frigoríficos, curtumes, beneficiamento de cereais, fabricação de óleos vegetais, produção de álcool e açúcar,

moinhos de calcário, serrarias, processamento de misturas de fertilizantes e de sais minerais.

Dourados Possui atividade agrícola dinâmica, justificando a implantação de unidades industriais voltadas para o beneficiamento de matéria-prima de origem agrícola.

- deverá ser um distrito predominantemente agroindustrial com pequenas e médias indústrias.

Principais produtos: soja, arroz, feijão, algodão, e milho, com boas perspectivas para suinocultura e avicultura.

Conta com uma rodovia que liga Dourados a Campo Grande e aos Estados do Paraná, São Paulo e ao Paraguai

Campo Grande Com ligação para São Paulo, Paraná, Corumbá e Bolívia, um dos mais expressivos polos industriais da região em razão da boa disponibilidade de infraestrutura, posição estratégica em relação aos mercados potenciais e da importância da área em termos de produção agropecuária e potencial de reflorestamento. Principais produtos: soja, trigo, mandioca e gado.

Três Lagoas dotadas de ligações rodoviária e ferroviária ligação com noroeste, Campo Grande e São Paulo indústria de papel e bens de consumo não duráveis.

Goiás Apesar de grande centro produtor o Estado é incapaz de processar todas matérias-primas produzidas, o que obriga a exportá-las "in natura".

Araguaína - polo catalizador do norte goiano (às margens da rodovia Belém-Brasília), atravessa uma fase de industrialização espontânea com instalação de frigoríficos e unidade extratora de óleo de babaçu. Podem ser estimuladas indústrias voltadas para consumo interno - material de construção, vestuário, artigos de couros, etc.

Anápolis Cidade situada entre Brasília e Goiania, 450 ha, com ligação rodoviária e ferroviária, - Norte/Nordeste/Centro-Oeste, - beneficiada por Programas Especiais que favorecem investimentos em infraestrutura e a criação de linhas de crédito. Conta com um complexo industrial - DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis de considerável porte. Presença de indústrias de azulejos e cerâmicas sofisticadas, lapidação de pedras preciosas e semi-preciosas e tubos plásticos destinados a construção civil e irrigação.

### 2.3. Tendências Prováveis

Conforme foi visto através do desempenho do setor industrial aqui apresentado, as mudanças ocorridas na região, nas últimas décadas, a começar pela integração econômica nacional e sua industrialização, colocam a região Centro-Oeste numa situação qualitativa nova, que exige políticas distintas e uma atuação diferente do Estado.

O contexto deste novo ciclo que se abre para a economia nacional terá impactos e criará condicionantes ao desenvolvimento industrial do Centro-Oeste pelos potenciais apresentados pela Região, cuja trajetória futura está voltada para o beneficiamento e transformação de produtos primários.

No que se refere à expansão do setor mesmo considerando-se as limitações impostas pela dificuldade de transporte, ausência de uma malha viária significativa e carência de energia, especialmente elétrica, é possível antever-se boas perspectivas para a Região, especialmente no que se refere à produção de óleos vegetais, a partir basicamente da soja, favorecendo a exportação de menores quantidades mas de produtos mais nobres. Com isso se reduz o custo dos transportes, favorecendo o estabelecimento de indústrias voltadas para a produção de rações para animais de pequeno, médio e grande porte, a partir dos resíduos do processamento de produtos de origem vegetal.

Deste modo, tanto o mercado interno será favorecido, através do incremento da oferta de rações a preços competitivos, quanto a produção de produtos de origem animal, refletindo-se no aumento do nível de emprego da Região. Atende-se também à demanda externa através da melhoria e aumento oferta produtos de origem animal e vegetal.

### 2.4. Objetivos Específicos do Setor e sua Vinculação com os Objetivos Globais

Considerando-se a situação atual da Região e sua manifesta vocação para a produção agropecuária, através da agregação de grandes áreas ao sistema produtivo, tem-se como alternativas para a indústria:

propiciar o desenvolvimento econômico da região e estimular a criação de polos de desenvolvimento industriais;

melhorar o nível de distribuição de renda da população;

favorecer a desconcentração dos centros urbanos;

ampliação da oferta de empregos voltados para a absorção de mão-de-obra disponível na Região;

- reduzir os custos de transportes através do beneficiamento, a nível local, de produtos primários, favorecendo o consumo local e a exportação destes produtos;

- reduzir o nível de importações da região.



### 3. Minerais

#### 3.1. Situação atual

Em que pese a grande variedade de ocorrências minerais na Região Centro-Oeste, apenas um pequeno grupo de minerais tem grande significância no que se refere à sua exploração.

Com relação ao total das reservas nacionais de minerais metálicos, o Centro-Oeste participa com 76% da Cassiterita, 72% do Níquel, 66% do Cobalto e 40% do Manganês.

Quanto aos minerais não metálicos, responde o Centro-Oeste com 96% das reservas nacionais de Amianto, 49% da Ciamita, 33% do Calcário e 23% da Vermiculita.

Entretanto, poucos mineirais têm seu processamento efetuado na Região, exceto no que se refere à produção de adubos fosfatados e o calcário, usado como corretivo dos solos ácidos do cerrado.

Mesmo assim, pode-se constatar que no período de 1982 a 1986, as reservas detectadas de calcário na região tiveram um crescimento da ordem de 253%, não tendo a produção acompanhado este crescimento, com um aumento de 44%, em idêntico período.

Deste modo são os seguintes os valores da produção de minerais metálicos e não metálicos da Região Centro-Oeste:

#### MINERAIS METALICOS E NAO METALICOS VALOR DA PRODUÇÃO /CO/BRASIL

MINERAIS	EXPLORAÇÃO BRUTA (ton)	DO CO/BR	BENEFICIADA (TON)	DO CO/BR	VALOR TOTAL (CZ\$ 1.000)	DO CO/BR
ESTANHO	22592 (1)	52	44599	28	3198667	14
MANGANES	3516501	4	2320109	2,9	472529	5
NIQUEL	1515926	86	787919	71	107244	96
AMIANTO	2254922	99	165446	100	285783	100
CALCARIO	45265587	11	36701408	13	2087885	13

(1) Quantidade em 1.000 m<sup>3</sup>

FONTE: Anuario Estatístico do IBGE - 1990

A produção de minerais tem basicamente como destino a exportação e, no que se refere à sua exploração, são as seguintes as principais empresas envolvidas no processo:

1. MINERAÇÃO CATALÃO DE GOIÁS  
 Produto: Fe/nb  
 Localização: Catalão, GO  
 Produção 1986: 4.460 t.  
 Investimentos: US\$ 40 milhões.
2. COPERBRÁS  
 Produto: Fosfato  
 Localização: Catalão, GO  
 Produção 1986: 625.000 t.  
 Investimentos: US\$ 40 milhões
3. GOIÁS FÉRTIL  
 Produto: Fosfato  
 Localização: Catalão, GO  
 Produção 1986: 830.000 t.  
 Investimentos: US\$ 120 milhões
4. Cia NÍQUEL TOCANTINS (8)  
 Produto: Níquel  
 Localização: Niquelândia,, GO  
 Produção 1986: 8.560 t. de C/Ni  
 Investimentos: US\$ 180 milhões
5. CODEMIN-Cia de Desenvolvimento de Recursos Minerais  
 Produto: FE/Níquel  
 Localização: Niquelândia, GO  
 Produção 1986: 7 mil t/ano FeNi  
 Investimentos: US\$ 100 milhões.
6. GRUPO COLORADO  
 Produto: Ouro  
 Localização: Mara Rosa, GO  
 Produção 1986: 200 t/dia com 2,8% de Au  
 Investimentos: US\$ 650 mil
7. METAGO  
 Produto: Ouro  
 Localização: Crixás, GO  
 Produção 1986: 5 Kg de Au/ano  
 Projeto: Meia Pataca  
 Investimentos: dados não disponíveis

---

(8) O Minério é exportado em bruto, sendo submetido ao processo de eletrólise em São Miguel Paulista, SP.

8. MINERAÇÃO SERRA GRANDE (Inco. Anglo American)  
 Produto: Ouro  
 Localização: Crixás, GO  
 Produção 1986: 750 mil t/ano de minério com 7% de Au  
 Investimentos: US\$ 100 milhões
9. GOIÁS NIÓBIO  
 Produto: Ferro/Nióbio  
 Localização: Catalão, GO  
 Produção 1986: N.D.  
 Investimentos: US\$ 50 milhões
10. SAMA  
 Produto: Amianto  
 Produção 1986: 205.000 t.
11. CIANITA SERRA ARARÁS  
 Produto: Cianita  
 Localização: Sta. Terezinha de Goiás, GO  
 Produção 1986: 950 t.
12. MINERAÇÃO SERRA PRETA  
 Produto: Manganês  
 Localização: São João da Aliança, GO  
 Produção 1986: 15.500 t./ano
13. MINERAÇÃO CANA BRAVA  
 Produto: Manganês  
 Localização: São João da Aliança, GO  
 Produção 1986: N. Disponível, aproximadamente 10.000 t./ano.
14. MINERBRA E MINERTEC  
 Produto: Vermiculita  
 Localização: São Luiz dos Montes Belos e  
 Sanclerlândia, Go  
 Produção 1986 (estimada): 4.000 t/ano
15. CIMENTO PIRINEUS E CIMENTO GOIÁS  
 Produto: Calcário (cimento)  
 Localização: Corumbá de Goiás e Palmeiras, GO  
 Produção 1986: 1.130.000 t./ano de cimento

No que se refere ao pessoal ocupado na atividade de mineração, apresenta a Região Centro-Oeste a seguinte distribuição:

U.F.	MINERACAO USINAS		TOTAL DA REGIAO	% DO TOTAL	
				MINERACAO USINAS	
DF	101	30	131	77	23
GO	2026	4225	6251	32	68
MS	336	214	550	61	39
MT	2053	380	2433	84	16
RO	2567	62	2629	98	2
TOTAIS	7083	4911	11994		
BRASIL	65764	93192	158956		
% CO/BR	10,7	5,2	7,5		

FONTE: Anuario Mineral Brasileiro  
Ministerio de Minas e Energia - 1985

A participação governamental no Setor está caracterizada pela presença da METAGO - Metais de Goiás, que se dedica a exploração de ouro.

### 3.2. Tendências Prováveis

Conforme pode-se detectar através do desempenho do setor mineral na economia nacional a partir de 1987, é difícil a situação da Região Centro-Oeste em relação à possibilidade de grandes incrementos em sua produção mineral em relação ao País.

Isto porque, num horizonte próximo, as possibilidades são remotas, tendo em vista que a maturação dos investimentos na área mineral dura de quinze a vinte anos. Por outro lado, as restrições impostas ao capital estrangeiro e a retração observada nos investimentos de capital nacional fizeram com que as inversões efetuadas em 1987 alcançassem a modesta cifra de 100 milhões de dólares, quando as mineradoras nacionais tem condições de investir cerca de 1 bilhão de dólares por ano.

Acresce ainda que, no decorrer de 1988, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM deverá começar a entrega dos primeiros mapas geológicos, levantamentos aerogeofísicos e mapas metalográficos, com previsões de recursos minerais e hídricos subterrâneos, além do inventário de recursos naturais da região do Grande Carajás.

Altera-se um pouco o quadro de previsões quando se analisa os minerais existentes na região, se destacam o amianto, o estanho e o níquel, ocorrentes na quase totalidade Centro-Oeste.

O Níquel, para exemplificar, aparece com 86% das reservas na região, alcançando na Bolsa de Londres valores superiores a 20.000 dólares a tonelada enquanto o estanho, através da descoberta de novas jazidas em Rondonia, permitiu ao Brasil, que consome em torno de 7 mil toneladas do metal por ano, alcançar excedentes de exportação da ordem de 26,5 mil toneladas no ano passado.

Há que se mencionar também a produção de amianto, usado largamente na produção de materiais para construção civil, como telhas, tubos, caixas d'água, etc. permitindo a instalação em Cuiabá de uma indústria que utiliza o mineral em larga escala e também a exploração do calcário e de rochas fosfatadas, de largo emprego na correção dos solos da região.

### 3.3. Problemas que Limitam a Expansão do Setor

Dois fatores - Transportes e Energia Elétrica - atuam basicamente como entraves à expansão do setor mineral na região.

Isto porque, de um lado as grandes distâncias até os centros beneficiadores e consumidores e os centros exportadores, aliados aos altos custos dos transportes, tem favorecido a exploração em regiões mais próximas a estes centros. Por outro lado, a inexistência de centrais hidrelétricas de grande porte impedem o processo industrial a nível local, favorecendo assim apenas a exploração de minerais de grande valor absoluto, como os metais preciosos e o níquel, cujos minérios são transportados a grandes distâncias para sofrerem o beneficiamento necessário.

Acresce ainda ser bastante incipiente a malha viária da região, o que dificulta o transporte de elevados volumes de minerais de grande densidade em estradas de segundo e terceiro níveis.

Finalmente, como já mencionado, o longo período de maturação do capital investido na atividade, em um regime de altas taxas inflacionárias, concorre também para que seja limitada a expansão do setor.

### 3.4. Objetivos Específicos do Setor e sua Vinculação com os Objetivos Globais

Tem-se como objetivo específico para o setor, sua expansão tendo em vista o desenvolvimento da região, especialmente no que se refere à geração de novos empregos e uma melhor distribuição da renda no Centro-Oeste. Por outro lado, um aumento da participação regional na pauta de exportações é esperada, apesar dos óbices que apresenta o setor no que se refere à sua participação no cenário nacional.

#### IV - PROBLEMAS SOCIAIS PRINCIPAIS

##### 1. Habitaco e Saneamento Básico

###### 1.1. Habitaco

A habitaco não pode ser entendida como um simples abrigo, funcionando como receptáculo de pessoas, mas também como extensão do corpo da populao e expressão da cultura de um povo, com dimensões sociológicas, políticas, econômicas e institucionais.

A questão habitacional na Região Centro-Oeste é semelhante à brasileira quando analisada pelos indicadores de percentuais de domicílios rústicos e improvisados no total de domicílios particulares ocupados, tendo em vista que significativa parcela dos mesmos encontram-se nestas categorias (12,2%, 12%; Centro-Oeste/Brasil respectivamente), e, portanto, significativa e bastante representativa a populao que reside em condies de sub-mordias. (ver Quadro I - Anexo).

Observa-se que a maior incidência ocorre nas áreas rurais, embora, como analisa Paul Singer, enquanto os pobres vivem no campo em mordias precárias, anti-higinicas, segregados de todos os serviços, parece não chamar a ateno nem provocar a indignao da opinião pública, mas tão logo parte destes passe a se aglomerar em favelas ou cortiços nas áreas periféricas das cidades, surge o "problema" da habitaco popular.

Distinta  realidade brasileira, está o déficit habitacional analisado pelo indicador (faixa percentual de domicílios alugados no total de domicílios permanentes) quando verifica-se que aproximadamente 18,9% dos moradores residem em domicílios alugados (maior incidência de alugues de baixo valor - até 1/2 salário mínimo, 61,4% e 85,4% - urbano/rural). Cabe ressaltar que para efeito de cálculo do déficit deve-se levar em considerao os domicílios cedidos, uma vez que sua participao no total é bastante elevado, com relevância na área rural.

	DOMICÍLIOS CEDIDOS	
	URBANA	RURAL
C. Oeste	10,9%	42,2%
Brasil	7,8%	29,4%

FONTE: Censo Famílias e Domicílios - 1980 - IBGE

Utilizando-se dos mesmos indicadores anteriormente selecionados, verifica-se os mesmos parâmetros para as unidades da federação que compõem a Região Centro-oeste.

Desta forma, o problema habitacional da região se traduz, não somente pelo déficit habitacional, mas também pela baixa qualidade das habitações, podendo ser entendido como manifestação de contradições sociais, políticas, econômicas e institucionais, com maior ênfase na má distribuição de renda, um processo migratório acelerado e uma ausência de mecanismos adequados, por parte do poder público que deve responder de forma prioritária aos diferentes problemas regionais.

## 1.2. Saneamento Básico

O rápido processo de urbanização ocorrido no Brasil a partir da década de 30, faz-se presente nas cidades da região Centro-Oeste a partir de 70, mas muito desvinculado de um processo de industrialização, ou mesmo, de uma base econômica local que suporte esse seu acelerado processo de crescimento urbano. Percebe-se inclusive, que as políticas do Governo ficaram muito mais voltadas para a área urbana, em detrimento a rural (embora a base econômica da Região seja Agropecuária).

Como consequência, o atendimento aos serviços básicos, (água e esgoto sanitário) não conseguem acompanhar a demanda necessária.

Utilizando-se dos indicadores de percentuais de domicílios particulares permanentes atendidos com canalização interna, agregado aos que possuem rede geral, embora sem canalização interna, tem-se que a Região Centro-Oeste está bastante inferior à realidade brasileira no atendimento à população com abastecimento d'água (48,3%, 60,0%; Centro-Oeste/Brasil).

Em piores condições encontra-se a situação no que se refere ao esgoto sanitário. Os índices de atendimento quando analisados pelos indicadores de rede geral e fossa séptica demonstram que apenas 19,7% da população do Centro-Oeste está servida portanto, muito aquém da média do Brasil-39,5%.

Com exceção do Distrito Federal que detém um índice superior à média da região, os demais estados da Região mantêm os mesmos parâmetros, tanto no que diz respeito ao abastecimento d'água quanto ao esgotamento sanitário.



Observa-se que na área rural, o grau de atendimento é inexpressivo, que apenas 1,8% da população dispõe de tais serviços.

## 2. Saúde e Nutrição

### 2.1. Introdução

O setor saúde, como os demais setores que traduzem as condições de vida da população regional, encontra-se exibindo graves deficiências nos seus mais diversos aspectos, como: proteção, manutenção e recuperação de saúde.

No sentido de realizar-se um diagnóstico - limitado pelo tempo e pela escassez de informações atuais que não privilegiasse apenas os dados referentes aos serviços de saúde, como na maioria das vezes se vêm trabalhando, optou-se, então, por utilizar-se os indicadores de saúde que foram eleitos pela Organização das Nações Unidas, em 1952, para traduzirem o nível de vida da população. Tal opção prende-se ao fato de ter-se como intenção, traçar um diagnóstico do setor saúde, vinculando-o as condições gerais de vida da população do Centro-Oeste.

Em função de alguns motivos - já citados anteriormente - que funcionam como limitantes para melhor elaboração deste trabalho, utilizar-se-á indicadores de saúde caracterizados como: globais, específicos e relacionados às atividades de saúde.

### 2.2. Indicadores Globais

#### a) Índice de Mortalidade Proporcional Índice de SMARUP E UEMURA

Este é um indicador global do nível de saúde de uma população e é expresso pelo percentual de óbitos de pessoas de 50 anos ou mais em relação ao total de óbitos.

Nas tabelas abaixo pode-se estabelecer comparações com o índice regional em relação aos de países desenvolvidos, onde este indicador é sempre elevado, em função de sua baixa mortalidade geral e das condições de saúde da população.

Tabela N. 1

Razão de mortalidade proporcional Região  
Centro-Oeste e Brasil - 1980

Razão de Mortalidade Proporcional	
C. Oeste	40,26 *
Brasil	46,44

Fonte: Estatística de Mortalidade - Brasil - MS - 1980

Tabela N.2

Razão de mortalidade proporcional em alguns países em  
anos próximos a 1961

PAÍSES	Razão de Mortalidade Proporcional
SUÉCIA	89,7
INGLATERRA	89,2
DINAMARCA	87,1
FRANÇA	86,8

Fonte: Diagnóstico de saúde do D.F. - CODEPLAN - 1970

\* Ao observar-se este valor deve-se ter em conta as informações deficientes.

#### b) Coefficiente de Mortalidade Global

Este indicador so não é mais expressivo, em função de que sobre ele recai a restrição de ser grandemente influenciado pela composição da população, tanto em idade como em sexo, ainda que o mesmo exprima a força da mortalidade geral por todas as causas.

Tabela N.3

Coeficiente de Mortalidade Geral no Centro-Oeste  
e no Brasil - 1980

Coeficiente de mortalidade geral	
C.Oeste	4,4/1000 hab.
Brasil	6,3/1000 hab.

Fonte: Estatística de Mortalidade Brasil/1980 - M.S.

Deve-se chamar atenção dos valores quanto aos coeficientes obtidos, no que se refere ao significativo sub-registro de óbitos na região. Uma vez que, tais padrões são obtidos em países desenvolvidos, presume-se então que o CMG da região e do País é na realidade bem mais elevado que os valores encontrados.

### 2.3. Indicadores Específicos

#### a) Coeficiente de Mortalidade Infantil

É expresso pelo número de óbitos em menores de um ano por mil nascidos vivos. É um dos indicadores mais sensíveis das condições de saúde de uma população.

Tabela N.4

Coeficiente de Mortalidade Infantil no  
Centro-Oeste e no Brasil - 1980

Coeficiente de mortalidade Infantil	
C. Oeste	44,2/1000
Brasil	51,1/1000

Fonte: Estatística de Mortalidade - 1980 - MS

Como no indicador anterior, o C.M.I calculado para a região, apresenta valor não compatível com a realidade regional. Tal fato, deve-se aos problemas já ventilados, ou seja, referentes a inconsistência das informações.

Para uma visão mais apropriada da região deve-se estimar valor mais elevado que o encontrado.

#### 2.4. Indicadores Relacionados às Atividades de Saúde

Tabela N.5

##### 1. Número de Médicos

Médicos Públicos e Particulares no Centro-Oeste e Brasil  
1980

	PÚBLICOS		PARTICULARES	
	TOTAL	%	TOTAL	%
C.Oeste	43.78	54,8	3604	45,2
Brasil	67889	46,4	78202	53,5

Fonte: Estatística de Saúde - 1980

Em termos de Centro-Oeste a oferta de médicos ligados aos serviços públicos em comparação aos privados, parece pouco desequilibrada mas na realidade tal proporção é forçada pela oferta de médicos públicos concentrada no D.F., não sendo regra para toda a Região.

Quanto a relação Médico/1000 hab. o Censo Demográfico do IBGE-1980, nos dá uma relação para o Centro-Oeste da ordem de 0,7 médicos para 1000 hab, o que se coloca bem abaixo do índice mínimo aceito pela OMS que é de 1 Médico/1000 hab, sem se levar em conta a idéia de distribuição espacial de tais profissionais, o que sem dúvida agravaria o déficit em determinados espaços.

#### Número de Leitos

O número de leitos por mil habitantes é um indicador ligado às atividades de saúde admitido na ordem de 4,5 leitos por 1000 hab. Este indicador termina por sofrer restrições de acordo com a distribuição geográfica destes leitos, o acesso da demanda e sua origem pública ou privada, segundo a tabela abaixo.

Tabela N.6  
Número de leitos no Centro- Oeste 1980

	N. de leitos/1000 hab.
C. Oeste	4.2
Brasil	4.3

Fonte: Estatística de Saúde - 1980

O índice da relação leito/habitante na Região Centro-Oeste exibe uma performance que não traduz na realidade a magnitude do problema, uma vez que no Centro-Oeste apenas o D.F. e Rondônia apresentam uma oferta de leitos públicos equilibrada ou superior aos leitos privados, sendo que nos outros estados temos os leitos públicos em menor escala e os privados concentrando-se em grandes centros.

Tabela N.7  
ESTABELECIMENTOS DE SAUDE NO CENTRO OESTE - 1983

	POSTO DE SAUDE	CENTRO DE SAUDE	PAM/ POLICLINICA	PRONTO- SOCORRO	UNIDADE MISTA	HOSPITAL
CENTRO- OESTE	272	467	186	6	32	596

FONTE: Estatística de Saude - 1980.

Na tabela acima nota-se o predomínio de unidades hospitalares sobre os demais. Isto traduz a oferta de um tipo de assistência mais complexa, mais cara e mais concentrada nos centros urbanos que termina por denotar o privilégio das ações curativas em detrimento das preventivas - de proteção de manutenção e promoção da saúde.

Pode-se também perceber que os serviços que devem estar mais próximos a grande demanda populacional - principalmente na zona rural - são ofertados de forma acanhada, como revelam os tímidos números de Postos de Saúde.

## 2.5. Nutrição

A questão nutricional não é de fácil abordagem, em função da significativa falta de dados disponíveis para uma análise mais consequente.

No Centro-Oeste a situação torna-se mais grave ainda, uma vez que as apreciações existentes referentes a problemática nutricional, são na sua maioria absoluta, abrangentes e retratam a questão na sua dimensão nacional.

Dito isto, far-se-á algumas apreciações sobre dados nacionais com uma visão voltada para a região, na qual a realidade do povo brasileiro, principalmente nas áreas menos favorecidas, deve evidenciar indicadores com valor inferior aos revelados nas áreas mais privilegiadas.

Ao apreciar-se as tabelas 7 e 8 poder-se-á fazer um breve comentário onde se visualizará o nível de nutrição do país e, por extensão, da região.

TABELA 7

ALIMENTOS, CALORIAS E PROTEÍNAS CONSUMIDOS POR CLASSE DE DESPESA (ALTA E BAIXA RENDA)

CLASSES DE DESPESA (em salários mínimos per capita)	GRUPOS DE ALIMENTOS											TOTAL
	CEREAIS	TUBERCU- LOS E RAIZES	ACU- CAR	LEGUMI- NOSAS	LEGUMES E VERDURAS	FRU- TAS	CARNES E PESCADO	OVOS, LEITE E QUEIJO	ÓLEOS E GORDURAS	BEBI- DAS	OUTROS	
QUANTIDADE CONSUMIDA (gramas/dia) ate 0,2	170	136	45	87	28	19	50	79	11	9	114	748
um ou mais	239	77	78	45	76	114	166	249	44	18	242	1.348
CALORIAS CONSUMIDAS (Kcal/dia) ate 0,2	566	391	173	294	7	8	103	62	104	2	126	1.836
um ou mais	812	83	301	148	19	44	283	224	370	8	154	2.446
PROTEÍNAS CONSUMIDAS (gramas/dia) ate 0,2	13,95	1,99	-	19,98	0,30	0,14	9,54	3,30	0,01	0,40	3,85	53,46
um ou mais	20,52	0,84	-	9,73	0,86	0,69	31,13	13,44	0,06	0,82	3,73	81,76

FONTE: Endef, FIBGE, 1974-75.

Como vemos na tabela 7, as famílias mais pobres, com renda per capita até 0,2 salários mínimos, consumiam apenas 748

g/dia, 1836 Kcal/dia com um aporte proteico de 53,46 g/dia no Centro-Oeste e no Distrito Federal.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR REGIÕES E POR CLASSE DE DESPESA FAMILIAR MENSAL EXPRESSA EM SALÁRIOS MÍNIMOS PER CAPITA

REGIÕES	ATÉ 0,2	DE 0,2 A 0,5	DE 0,5 A 1,0	MAIS DE UM
I - Rio de Janeiro *	7,6%	18,9%	28,8%	44,7%
II - São Paulo *	7,8%	19,6%	28,7%	43,9%
III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	23,2%	29,1%	24,8%	22,9%
IV - Minas Gerais e Espírito Santo *	16,1%	33,6%	25,7%	24,6%
V - Nordeste *	46,1%	33,4%	12,7%	7,8%
VI - Distrito Federal *	1,6%	12,2%	26,8%	59,4%
VII - Norte e Centro- Oeste	5,1%	27,0%	32,0%	35,9%

FONTE: Endef, FIBGE, 1974-75.

Na tabela 8 acima, famílias com despesa familiar de 0,2 salários representavam 5,1% e 1,6% das famílias regionais, o que não parece significativo, nem estarrecedor.

Porém é preocupante o fato de que 64,1% e 40,6% das famílias do Centro-Oeste e Distrito Federal, respectivamente, apresentavam despesa familiar mensal relativa até 01 salário mínimo, o que nos permite afirmar que tais famílias praticavam um consumo médio de alimentos em torno de 1348 g/d, 2446 Kcal/dia e 81,87 g/d de proteína. Levando-se em consideração que a grande massa de trabalhadores pertence a tal faixa de consumo, o déficit proteico-calórico é consideravelmente elevado.

Os níveis de consumo evidenciados na tabela 6, relativos a 1975, representavam a grande maioria da população brasileira e regional, sendo representativos do período do "Grande Milagre" brasileiro e traduzem muito bem o custo social deste projeto de desenvolvimento.

Por volta de 1982 a situação se agrava, mesmo diante da falta de informações técnicas, apenas a imprensa divulgava dados e notícias extremamente importantes para que se tenha uma idéia



mais aproximada do que hoje está ocorrendo com a nutrição do povo brasileiro e, principalmente regional.

Ao observar a evolução das condições de renda da população brasileira, após a época do milagre, principalmente as das famílias de mais baixa renda, pode-se avaliar as consequências de uma oferta alimentar que não podia fazer frente às necessidades proteico-calóricas de tal grupo populacional, pelo fato, de que o processo inflacionário corroendo os salários, promoveu profundas restrições na cesta básica das famílias em discussão.

Soma-se a tal fato, a contração no mercado de empregos, onde a oferta tem sofrido sério declínio a partir do período em que os dados anteriormente discutidos se referem.

Apreciando-se a tabela 9, a seguir, pode-se observar a evolução do CMI, provocada pelo déficit nutricional, traduzido nos coeficientes específicos de Mortalidade proporcional (%) por deficiências nutricionais, anemias carenciais e prematuridade no Nordeste Brasileiro e nas demais regiões que exibem valores crescentes na série histórica de 1977 a 1984.

A evolução do indicador acima apreciado, traduz claramente a participação do componente nutricional como alimentador da mortalidade infantil, revelando o padrão nutricional do povo brasileiro no qual se insere sem grandes diferenças à população da região.

Embora exista a dificuldade de não se poder fazer uma avaliação do estado nutricional da população, com dados específicos da Região Centro-Oeste, pode-se ainda assim concluir que, em função do que o padrão nacional demonstra, a situação nutricional da população regional, basicamente as que pertencem as faixas de consumo mais baixas, é tremendamente carente, tendendo a continuar na medida em que a proposta do "desenvolvimento" atual não se modifique radicalmente.

Tabela N. 9

Coeficiente de mortalidade infantil - CMI específico (por 1.000 nascidos vivos) e mortalidade proporcional - MP (%) por deficiências nutricionais e anemias carenciais e prematuridade, em menores de um ano, no Nordeste e nas demais regiões - Brasil, 1977-1984

ANO	DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS E ANEMIAS CARENCIAIS				PREMATURIDADE			
	NORDESTE		DEMAIS REGIÕES		NORDESTE		DEMAIS REGIÕES	
	CMI	MP	CMI	MP	CMI	MP	CMI	MP
1977	6,1	3,8	3,3	4,2	14,7	9,2	6,5	8,2
1978	5,5	3,8	3,3	4,6	10,0	6,9	5,6	7,6
1979	5,1	3,9	4,3	6,5	9,4	7,2	4,7	8,8
1980	5,9	4,8	3,6	6,0	8,7	7,1	5,3	8,9
1981	5,1	4,6	3,1	5,5	6,8	6,1	4,4	8,0
1982	4,0	4,3	3,0	5,8	4,5	4,8	4,2	8,1
1983	1,8	4,6	3,2	6,2	5,3	5,1	3,7	7,2
1984	6,5	5,6	2,8	5,3	7,9	6,8	4,9	9,2

## QUADRO I

DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS POR TIPO DE CONSTRUÇÃO,  
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO / 1980

		TIPO DE CONSTRUÇÃO				
		PERMANENTES			IMPRO- VISADAS	
		URBANEIS	RUSTICOS	TOTAL (1)		TOTAL
GOIAS	URB	476.045	26.367	502.412	1.601	504.013
	RURAL	205.160	84.044	289.204	1.418	290.622
MATO GROSSO	URB	115.079	9.947	125.026	1.461	127.287
	RURAL	60.621	31.785	92.406	3.263	95.669
MATO GROSSO DO SUL	URB	187.343	4.643	191.986	874	192.860
	RURAL	75.975	13.946	89.921	2.643	92.564
RONDÔNIA	URB	43.873	1.276	45.149	694	45.843
	RURAL	37.646	11.035	48.681	2.361	51.042
DISTRITO FEDERAL	URB	242.882	2.529	245.411	1.061	246.472
	RURAL	6.896	559	7.455	23	7.478
CENTRO- OESTE	URB	1.066.022	44.762	1.110.784	5.891	1.116.475
	RURAL	386.298	141.369	527.667	9.708	537.375
BRASIL	URB	16.925.208	845.773	17.770.981	48.226	17.819.207
	RURAL	5.327.154	2.112.504	7.439.658	34.546	7.474.204

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO - FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS - 1980

## QUADRO II

DOMICÍLIOS PERMANENTES E N.º DE MORADORES SEGUNDO ALUGUEL OU PRESTAÇÃO MENSAL  
(SALÁRIO MÍNIMO)

		ALUGUEL OU PRESTAÇÃO MENSAL									
		ATE 1/2 SM		DE 1/2 A 1 SM		DE 1 A 3 SM		MAIS DE 3 SM		TOTAL	
		DOM.	MORADORES	DOM.	MORADORES	DOM.	MORADORES	DOM.	MORADORES	DOM.	MORADORES
GOIAS	URB	116.650	499.458	33.109	151.257	23.796	108.200	3.370	17.039	177.005	775.954
	RURAL	6.582	33.227	399	2.114	275	1.605	63	365	7.319	37.311
MATO GROSSO	URB	23.458	108.436	8.419	38.217	7.621	34.778	1.199	5.534	40.697	186.965
	RURAL	963	4.995	127	536	119	661	83	444	1.292	6.636
MATO GROSSO DO SUL	URB	46.337	206.128	15.787	70.301	12.390	53.906	2.191	10.414	76.705	340.749
	RURAL	1.528	7.579	148	773	85	429	35	208	1.796	8.989
PANDONIA	URB	8.721	35.932	2.465	11.227	1.698	7.018	345	1.649	13.229	55.826
	RURAL	313	1.774	104	621	147	663	47	293	611	3.357
DISTRITO FEDERAL	URB	90.704	403.817	25.147	109.203	20.176	129.058	11.879	54.000	157.906	696.078
	RURAL	198	998	4	8	-	-	-	-	202	1.006
CENTRO-OESTE	URB	285.870	1.253.771	85.007	388.205	75.681	332.960	18.984	88.636	465.542	2.055.572
	RURAL	9.584	48.573	782	4.052	626	3.358	228	1.310	11.220	57.393
BRASIL	URB	3.245.028	13.700.651	1.660.514	6.961.104	1.634.675	6.641.508	352.703	1.488.076	6.892.920	28.791.341
	RURAL	249.979	1.231.465	29.930	145.146	15.841	77.554	2.762	14.556	298.512	1.468.721

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO - FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS - 1980

## QUADRO III

## DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ATENDIDOS COM ABASTECIMENTOS D'ÁGUA E ESGOTO

		(*) ABASTECIMENTO D'ÁGUA		REDE GERAL		FOSSA SEPTICA		TOTAL DO ATENDIMENTO DO ESGOTO SANITARIO		P. TOTAL URBANO/ RURAL
		DOM.	POP. ATEND.	DOM.	POP. ATEND.	DOM.	POP. ATEND.	DOM.	POP. ATEND.	
GOIAS	URB	300.130	1.390.256	69.210	290.156	19.765	90.646	66.975	389.002	2.401.491
	RURAL	38.044	182.637	398	1.935	4.439	21.422	4.837	23.357	1.458.111
MATO GROSSO	URB	30.450	408.698	13.715	66.768	5.827	29.779	19.542	96.547	651.952
	RURAL	12.873	63.957	16	75	1.729	7.609	1.745	7.684	403.739
MATO GROSSO DO SUL	URB	118.340	544.858	19.554	83.049	2.443	11.287	21.997	94.336	920.139
	RURAL	15.910	72.722	184	920	634	2.644	548	3.564	449.428
RONDONIA	URB	19.951	97.234	2.053	9.624	8.842	42.856	10.895	51.880	220.539
	RURAL	2.977	15.114	121	606	1.341	7.297	1.462	7.903	262.500
DISTRITO FEDERAL	URB	239.910	1.096.687	115.930	511.528	81.135	308.232	197.065	899.851	1.139.831
	RURAL	2.575	12.392	191	872	1.423	7.147	1.614	8.019	37.904
CENTRO- OESTE	URB	758.711	3.537.731	229.462	968.525	118.012	563.091	330.474	1.531.616	5.344.152
	RURAL	72.379	346.822	910	4.408	9.566	46.119	10.476	50.527	2.691.712
BRASIL	URB	14.558.507	64.246.263	6.885.018	28.478.046	3.447.031	15.791.813	10.332.049	44.269.859	80.436.409
	RURAL	1.426.254	7.180.180	104.893	526.620	449.308	2.238.094	554.206	2.764.114	30.566.297

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO - FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS - 1980

\* Considera com Abastecimento D'água, os domicílios que possuem canalização interna + os que possuem rede geral sem canalização interna.

## QUADRO IV

## DOMICÍLIOS PERMANENTES E No. DE MORADORES SEGUNDO CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

		CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO									
		PRÓPRIO		ALUGADO		CEDIDO		OUTRA		TOTAL	
		DOM.	MORADORES	DOM.	MORADORES	DOM.	MORADORES	DOM.	MORADORES	DOM.	MORADORES
GOIÁS	URB	303.389	1.522.364	148.753	642.745	44.067	180.112	5.751	25.577	501.960	2.370.798
	RURAL	163.234	643.550	5.566	28.002	114.481	539.891	5.429	24.824	288.710	1.436.267
MATO GROSSO	URB	84.444	454.442	31.615	140.539	7.882	33.886	1.681	7.666	125.622	636.533
	RURAL	49.562	257.462	1.171	5.618	37.288	171.481	3.878	18.082	91.699	452.643
MATO GROSSO DO SUL	URB	103.226	513.299	65.887	291.305	21.208	93.052	1.498	6.766	191.819	904.422
	RURAL	30.815	158.940	1.520	7.500	54.083	247.182	3.315	15.607	89.733	423.629
RONDONIA	URB	26.811	146.018	13.009	54.529	4.276	18.578	863	4.056	44.979	223.181
	RURAL	33.935	187.099	323	1.615	12.139	55.025	2.065	9.500	48.462	253.239
DISTRITO FEDERAL	URB	113.764	597.230	81.105	311.302	43.793	184.870	4.907	22.690	243.569	1.116.092
	RURAL	2.876	16.040	142	713	4.292	19.632	137	801	7.447	37.186
CENTRO-OESTE	URB	631.634	3.233.353	340.369	1.440.420	121.226	510.498	14.720	66.755	1.107.949	5.251.026
	RURAL	280.422	1.463.091	8.722	43.448	222.283	1.033.211	14.824	68.214	526.251	2.607.964
BRASIL	URB	10.674.275	50.519.548	5.468.948	22.361.596	1.381.635	5.462.972	226.123	973.636	17.770.961	79.317.752
	RURAL	4.851.876	25.289.862	213.225	1.026.478	2.190.369	10.804.485	184.188	909.709	7.439.658	33.930.534

FORTE: CENSO DEMOGRÁFICO - FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS - 1980

ODS.: Não estão incluídos os domicílios improvisados

### 3. Educação

Os comentários sobre o setor de educação, referem-se, essencialmente, ao nível de analfabetismo e ao ensino regular na região, ou seja: matrícula, evasão, reprovação, déficit e taxa de atendimento do pré-escolar, 1o. e 2o. graus.

O nível de instrução geral da população da região Centro-Oeste é relativamente baixo. Isso, baseado no fato de que 25% da população é constituída de analfabetos. Por outro lado, grande parte da população alfabetizada, não possui o 1o. grau completo.

A permanência do elevado número de analfabetos, decorre em parte, da limitação da oferta de oportunidades de acesso da população ao sistema regular de ensino. Para isso, também contribui o fato de ser uma região nova, e por isso relativamente desfavorecida em termos de infra-estrutura e serviços, e principalmente, por receber populações de estados ainda mais atrasados do ponto de vista do nível de instrução geral de sua população. Esse último fato foi bastante visível em Rondônia e no Distrito Federal.

No ensino regular, ou seja, do pré-escolar, 1o. e 2o. graus, a situação da região pode ser assim descrita:

- O pré-escolar com uma população escolarizável de 651.861 indivíduos, somente 13% dessa população está frequentando as salas de aula. Isso significa que, exatamente 566.557 indivíduos não são atendidos pelo sistema.

Quanto ao 1o. grau, a situação é relativamente boa. Com uma demanda de 1.613.677 indivíduos à procura do ensino, aproximadamente 82% são atendidos. A nível nacional, essa taxa de atendimento fica em torno de 86%, o que implica em dizer que a região tem um nível de atendimento aproximado ao do Brasil.

Outro fato que merece destaque, é a evasão escolar. Observa-se pelas duas últimas tabelas que, dos alunos matriculados no início do ano na região, 21,5% e 15,5% são reprovados e evadidos, respectivamente. Um fato que merece destaque é o índice de evasão relativamente baixo para a região. Isto é explicado considerando estar inserido, na média, o Distrito Federal, com um índice de 9,6%. Em contrapartida, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresentam índices de 25,9%, 25,1% e 20%, respectivamente.

Uma análise das causas do fracasso do sistema escolar, conduz a duas vias estreitamente interrelacionadas: de um lado, fatores intra-escolares, isto é, vinculados as condições de

funcionamento da escola (prédio, equipamento, currículo, pessoal docente e calendário, entre outras); de outro, fatores exógenos ao sistema (subnutrição, pobreza, distância em relação a escola, etc.). Estudos e pesquisas recentes vêm procurando verificar a importância dos fatores intra-escolares na determinação dos níveis de produtividade do sistema de ensino, a partir de uma visão do contexto sócio-econômico e político no qual esse sistema se situa.

Quanto ao ensino de 2o. grau, verifica-se uma taxa de escolarização de 18,4% que a participação desse nível de ensino é pouco significativo, tanto para a região Centro-Oeste, como para o país. Um dos fatores que pode explicar esse baixo nível de atendimento, é a quase inexistência de escolas de 2o. grau nas pequenas cidades e, principalmente na zona rural.

Com respeito aos docentes, de uma maneira geral, pode-se dizer que o 1o. grau apresenta um maior percentual de professores leigos, principalmente na zona rural. Ressalta-se que a condição de leigo pressupõe a inexistência de formação específica requerida para o exercício do magistério. Assim, a incidência de um grande número de professores leigos, no 1o. grau, indica a presença de profissionais sem a necessária habilitação, na composição do corpo docente, muitos deles sem o 1o. grau de ensino completo.

Nos quadros seguintes se mostra a população alfabetizada e não alfabetizada na região Centro-Oeste e Brasil, a demanda total e por graus, a evasão, aprovação e reprovação.

#### Condição de Alfabetização - 1985

	ALFABE- TIZADA	%	NÃO ALFA- BETIZADA	%	TOTAL	%
BRASIL	84.139.764	73%	30.474.936	27%	114.617.627	100%
CENTRO- OESTE *	5.928.903	75%	1.923.047	25%	7.852.294	100%

FONTE: \_\_\_\_\_

\* OBS.: Não está incluído Rondônia.



## EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO BRASIL: CENTRO-OESTE

UF	POPULAÇÃO	DEMANDA	MATRICULA	DÉFICIT	TAXA ATENÇÃO
RONDÔNIA	503125	39917	3713	36204	9,30
MATO GROSSO	1169912	92474	12571	79903	13,59
MATO GROSSO SUL	1401151	110997	10643	100354	9,59
GOIÁS	3864629	313105	24647	288458	7,87
D. FEDERAL	1203333	95368	33730	61638	35,37
CENTRO-OESTE	8142050	651861	85304	566557	13,09
BRASIL	119070365	9810159	1322111	8488048	13,47695

## EDUCAÇÃO PRIMEIRO GRAU (7-14 ANOS) NO BRASIL: CENTRO-OESTE

UF	POPULAÇÃO	DEMANDA	MATRICULA	DÉFICIT	TAXA ATENÇÃO
RONDÔNIA		108269	76199	32070	70,38
MATO GROSSO		226306	182557	43749	80,67
MATO GROSSO SUL		265507	174483	91024	65,72
GOIÁS		798280	684188	114092	85,71
D. FEDERAL		215315	202065	13250	93,95
CENTRO-OESTE	0	1613677	1319492	294185	81,77
BRASIL		26195589	22598254	3597335	86,2674

## EDUCAÇÃO SEGUNDO GRAU (15-19 ANOS) NO BRASIL: CENTRO-OESTE

UF	POPULAÇÃO	DEMANDA	MATRICULA	DÉFICIT	TAXA ATENÇÃO
RONDÔNIA		55467	5078	50389	9,15
MATO GROSSO		128014	16534	111480	12,92
MATO GROSSO SUL		160084	24980	135104	15,60
GOIÁS		445855	77419	368436	17,36
D. FEDERAL		135421	46760	88661	34,53
CENTRO-OESTE	0	924841	170771	754070	18,46
BRASIL		13277457	2819182	10458275	21,23284

## EDUCAÇÃO TOTAL NO BRASIL: CENTRO-OESTE

UF	POPULAÇÃO	DEMANDA	MATRÍCULA	DÉFICIT	TAXA ATENÇÃO
RONDÔNIA		203653	84990	118663	41,73
MATO GROSSO		446794	211662	235132	47,37
MATO GROSSO SUL		536588	210106	326482	39,16
GOIÁS		1557240	786254	770986	50,49
D. FEDERAL		446104	282555	163549	63,31
CENTRO-OESTE	0	3190379	1575567	1614812	49,38
BRASIL		49283205	26739547	22543658	54,25691

 EVASÃO/APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO  
 1o. GRAU - 1992

ESTADOS	ALUNOS MATRICULADOS			EVASÃO %		APROVAÇÃO %			REPROVAÇÃO %			
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
RO	120.987	67.903	53.084	19,6	17,8	21,9	53,8	58,6	47,7	26,6	23,6	30,4
MT	272.350	212.605	59.745	19,2	19,2	18,7	57,1	58,8	51,2	23,7	21,4	30,0
MS	308.329	260.756	47.573	18,2	17,5	21,7	63,3	64,8	55,2	18,5	17,7	23,1
GO	975.929	770.208	205.691	14,7	15,2	12,7	62,0	63,4	56,8	23,3	21,4	30,5
DF	256.948	247.007	9.939	8,8	8,7	10,7	77,0	77,1	73,6	14,2	14,2	15,7
TOTAL	1.934.543	1.558.479	376.032	15,5	15,3	16,1	63,0	65,0	54,8	21,5	19,7	29,1

## EVASÃO/REPROVAÇÃO

ESTADOS	EVASÃO	REPROVAÇÃO
RO	25,9	16,9
MT	25,1	12,9
MS	20,0	11,2
GO	16,7	18,2
DF	9,6	25,4

### NOTÍCIAS DE JORNAL

Uma geração nanica está nascendo no Brasil, e a causa principal é a deficiência alimentar do brasileiro. Na Zona da Mata, em Pernambuco, pessoas estão diminuindo de tamanho, e por uma diferença de apenas três centímetros, ainda não são consideradas anãs. (O Estado de São Paulo, 1/4/1982).

O inquietante contingente brasileiro de crianças deficientes mentais, concentrado principalmente nas famílias de baixa renda, pode ser atribuído predominantemente à desnutrição. Em São Paulo, as crianças com alto risco de terem sofrido desnutrição em estágios iniciais do desenvolvimento apresentam níveis de cognição significativamente inferiores aos de outras crianças usadas como controle (...) segundo Yara Lúcia Hypólito, da Fundação Carlos Chagas. (Jornal da Tarde, 5/10/1982).

#### O Flagelo da Fome

A situação se agrava dia a dia. é o que demonstra o resultado da pesquisa realizada pelo professor da Escola Paulista de Medicina, Fernando José da Nóbrega. Examinando as consequências da desnutrição, tais como as deficiências de peso, o perímetro cefálico e o tamanho de mais de mil recém-nascidos, os pesquisadores da EPM concluíram que estavam abaixo da normalidade no Brasil nada menos de 85% da população, quando a Organização Mundial de Saúde considera aceitável uma taxa de 3%. Em termos de distribuição de renda, os dados são muito sugestivos: entre as mulheres da classe alta, apenas 1,9% das crianças nasceu com deficiência de peso; na classe média, a taxa foi de 6,5%; entre a população carente, o coeficiente ascendeu a 91,6%.

#### Desnutrição Infantil passa de 17 Milhões.

O presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Azor José de Lima, revelou ontem no I Encontro de Entidades Médicas, com base em dados do MEC de julho passado, que 17,5 milhões de crianças em idade pré-escolar estão em estado de desnutrição, o que pode causar problemas irreversíveis, como lesão cerebral. Azor acredita que, na realidade, são 30 milhões essas crianças sub-nutridas, sendo falho o número oficial devido a metodologia... (O Estado de São Paulo, 29/9/1982).

### Desnutrição mata 2/3 de Crianças.

(Da sucursal de Brasília). A desnutrição é responsável pela morte de dois terços das crianças menores de cinco anos no Brasil. A afirmação é de João Bosco Rennó Salomão, técnico do Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE) durante o VI Congresso Brasileiro de Nutrição. (O Estado de São Paulo, 15/10/1982).

### Nos Atestados, a Causa Omitida.

A desnutrição continua sendo responsável pela morte de inúmeras crianças em todo o país. Mas, segundo denúncias médicas, raramente é registrada como causa da morte nos atestados de óbito.

O subregistro ainda permanece devido à insuficiência do próprio médico: "Sua formação é muito precária com relação à importância do preenchimento de todos os dados de um atestado de óbito", explica João Yunes. Além disso, a morte por insuficiência nutricional é geralmente encarada como uma "fatalidade", um fato já incorporado à rotina do profissional. (O Estado de São Paulo, 30/10/1982).

### Fome atinge mais da metade da população.

A fome atinge 60% da população brasileira. Esta afirmação é do professor João Yunes, do Departamento de Pediatria Preventiva da Universidade de São Paulo. Em consequência, a desnutrição é considerada pelos nutricionistas como a maior epidemia nacional, posição unânime do VI Congresso Latino-Americano de Nutricionistas.

## V - PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

As características do crescimento econômico recente do Centro-Oeste são particularmente restritivas do ponto de vista do desenvolvimento regional.

A integração do seu potencial produtivo e a afirmação de sua vocação agrícola tornam a economia regional extremamente dependente de fatores externos, que condicionam ao mesmo tempo as perspectivas de manutenção do crescimento econômico e as possibilidades de sua transformação em desenvolvimento regional.

O dinamismo do mercado internacional e nacional de produtos agrícolas contribuirão para o aumento da participação da agricultura no produto agrícola nacional. Neste sentido o potencial interno é favorável. O cenário mais provável para a agricultura regional, até a próxima década será de custos reais declinantes e oferta agregada em expansão. Este cenário apoia-se na expressiva reserva de terras aptas para lavoura e pastagens ainda não utilizadas mas já incorporadas nas áreas dos estabelecimentos. Também gera-se na continuidade do processo de modernização, com base na migração da região Centro-Sul, decorrente dos preços relativos favoráveis da terra, na intensificação do ritmo de inovação tecnológica, fruto da consolidação do sistema brasileiro de pesquisa agrícola, além da intensificação de economias externas resultantes da disponibilidade de serviços de apoio, melhoria na distribuição de insumos e diversificação no mercado dos produtos. Em resumo, a competitividade da produção regional nos mercados, aos quais já tem acesso, será crescente pela via do custo de produção.

As perspectivas de aumento da demanda destes mercados é favorável a longo prazo. Sobretudo a nível do mercado nacional onde as previsões de aumento da necessidade de alimentos apontam a perspectiva de crescimento acentuado até o fim da próxima década, de forma a se obter os níveis de produção per capita alcançados na década de 70.

Do ponto de vista da política de investimentos públicos, o cenário delinea-se também favorável. Os programas governamentais que fomentaram a expansão agrícola no período 75/83(1) estão sendo substituídos por programas de investimentos em infra-estrutura de apoio a produção. Estes programas visam, ao mesmo tempo, a consolidação das áreas já incorporadas e a

-----  
(1) POLOCENTRO, POLAMAZONIA, PERGEB, PRODECER e incentivos fiscais e crédito agrícola subsidiado.

orientação do processo de expansão da fronteira agrícola, e com isso, o aumento da produção de grãos para exportação.

Estes novos programas de investimento públicos, principalmente em rodovias, ferrovias e armazenagem poderão contribuir para a diminuição da dependência da agricultura regional das políticas agrícolas e de transportes. O elevado custo de transferência da produção, resultado da expansão difusa da fronteira agrícola, exige subsídios governamentais que são transferidas via política de preços mínimos. A Companhia de Financiamento da Produção é, atualmente, o principal agente de comercialização da produção agrícola; respondendo por cerca de 80% do volume comercializado. Igualmente ao nível da política de transportes por intermédio do preço único de combustível, são transferidos subsídios. Preconiza-se portanto custos decrescentes de transferência favorecendo a competitividade regional especialmente para as áreas mais próximas aos grandes eixos.

Estas perspectivas de continuidade do crescimento cumulativo da produção regional não atingem todos os produtos. A participação crescente da exportação de soja e carne em detrimento de alimentos para o mercado interno (arroz, milho, mandioca) é uma tendência marcante no processo de modernização da região. Observa-se de fato uma substituição de culturas no sentido da diminuição dos riscos da produção gerada para o mercado externo. Uma reversão deste processo só poderá ocorrer a partir do crescimento da demanda interna atrelada aos preços dos produtos alimentares estabelecidos a nível do mercado pelo poder aquisitivo da população urbana.

Este quadro favorável do ponto de vista do crescimento econômico é pouco promissor num enfoque de desenvolvimento regional.

A modernização da atividade agrícola regional gerou um processo de acumulação marcadamente concentrador. As atuais taxas de urbanização revelam uma concentração da população ao nível urbano que são incompatíveis com a vocação agrícola regional. Decorrem da mecanização da agricultura, potencializados pela ação da concentração fundiária, e da marginalização da produção tradicional (sobretudo pequenos produtores) do processo, devido a inacessibilidade ao crédito e a tecnologia. Esta marginalização teve um efeito desagregador sobre a estrutura de produção existente, sendo a concentração urbana favorecida pela majoração dos preços da terra.

O efeito concentrador do processo de modernização foi acentuado pelos programas de desenvolvimento regional implementados no período de 1975/1983. Destacam-se especialmente

o POLOCENTRO, o POLAMAZONIA, PRODECER, além dos incentivos fiscais propiciados pelo FINAM, FISET e PROFIR.)

O impacto destes programas não é possível de avaliação direta. De fato atuaram sobre áreas que já detinham um certo dinamismo e portanto capazes de atrair por si só investimentos e créditos. Tiveram no entanto contribuição relevante na promoção e difusão da pesquisa agropecuária dirigida ao aproveitamento dos cerrados pela modernização da atividade agrícola através da penetração da agricultura empresarial de médio e grande porte. A marginalização das culturas e dos agricultores tradicionais, não atingidos pelo crédito e não contemplados por tecnologia adequada reforçou o processo de concentração fundiária e o êxodo rural.

O fluxo de capitais convergentes para a região não associado ao fluxo migratório promoveu a sucursalização da propriedade da terra. Este processo marcadamente especulativo transferiu propriedade da terra para centros extra-regionais. Já em 1978 13% dos imóveis existentes no Centro-Oeste tinham seus proprietários residentes nas regiões Sul e Sudeste, correspondendo a uma área de 49%, com uma média de 2.500 hectares. O centro polarizador principal é o Estado de São Paulo com participação da ordem de 50% do número de imóveis, com proprietários residentes fora da região (correspondendo a 65% da área e com uma área de média de 3.000 ha.).

A baixa internalização dos benefícios gerados é uma consequência evidente do modelo de crescimento econômico, e por conseguinte fator limitante do desenvolvimento regional. A exportação de produtos de baixo valor agregado, estimulado pelos duplos subsídios ao transporte, não estimula a internalização da indústria. O processo de comercialização capitaneado pela política de preços mínimos, em função das normas de operacionalização dos instrumentos EGF (Empréstimos do Governo Federal) e AGE (Aquisições do Governo Federal) foi ao mesmo tempo excludente aos pequenos produtores e beneficiária dos intermediários, comerciantes, beneficiadores com frequência agentes extra-regionais.

O processo de tecnificação ocorreu principalmente nas culturas orientadas para a agroindústria ou para a exportação - soja, trigo, café e cana de açúcar. Sua ocorrência é bastante marginal nas culturas de consumo popular. A parcela dos estabelecimentos afetados pela modernização é relativamente pequena. Em 1980, 72% de todos os estabelecimentos não dispunham sequer de um arado, seja de tração animal ou mecânica. Entre os 2,6 milhões de estabelecimentos com 10 ha ou menos somente 13% tinham tal implemento. Ao nível da produção observou-se uma substituição de culturas, quando não de produtores. A produção de alimentos é decrescente face ao aumento considerável da produção de culturas para a agroindústria ou exportação. Só para

se ter idéia, produtos como mandioca, feijão, largamente consumidos, a região não os produz em suficientemente para o seu consumo.

A introdução da intensificação e da mecanização não foi neutra com relação ao meio-ambiente. Essa prática indiscriminada teve como consequência níveis relevantes e crescentes de degradação do solo que no limite ameaçam ainda que pontualmente a manutenção da sua aptidão agrícola.

A disponibilidade de energia elétrica também é fator limitante do desenvolvimento regional. Sua escassez inviabiliza o acompanhamento da expansão da fronteira agrícola pela agroindústria, diminuindo ainda mais as possibilidades de internalização de benefícios e os efeitos de encadeamento dela decorrentes. Fica assim limitada uma possível integração horizontal da agroindústria com a pecuária intensiva (de carne ou leite) já que os subprodutos da agroindústria são gerados fora da região produtiva.

A dispersão dos polos de modernização possibilitou uma maior distribuição (ou menor concentração) do processo de crescimento. A conjugação de ação do Estado (investimento em vias de penetração, política de assentamento e colonização, objetivos da integração nacional e ocupação territorial) e de capitais privados a busca de terras de baixo custo são variáveis determinantes dessa depressão.

Conclui-se pela extrema dependência da economia regional de fatores externos onde o papel do Estado é fundamental, e tem sido determinante no processo concentrado de acumulação predominante.

Fatores internos a região favoreceram a implantação do modelo. A fragilidade da estrutura social da região é evidente.

As elites econômicas e políticas do Centro-Oeste foram evidentemente favoráveis ao processo na medida em que se beneficiaram pela valorização de suas terras. Sua atuação foi perniciososa para o processo de desenvolvimento desde que os ganhos de capital realizados se destinaram a fins não produtivos. Estes tiveram ganhos evidentes de curto prazo mas serão a médio prazo marginalizados do processo de decisão pela maior influência e dependência externa. A exclusão das elites regionais do processo político irá manifestar-se primeiramente pela mudança da estrutura social regional com reflexos imediatos no processo político local.

A fragilidade da estrutura social da região é no entanto espacialmente diferenciada. Esta diferenciação decorre da própria heterogeneidade do processo de ocupação seja do ponto de



vista histórico ou econômico. Remonta-se em consequência níveis diferenciados de concentração de população (em termos territoriais, urbanos ou rurais), das atividades econômicas e dos níveis de maturação e estabilidade da organização social sub-regional. Os polos definidos são bastante evidentes: Sul do Mato Grosso do Sul, de Goiás e de Mato Grosso (em função da sua polarização histórica pelo Centro-Sul), Rondônia e Norte de Mato Grosso devido aos arrendamentos de migrantes ali realizados; Norte de Goiás decorrente de processo autônomo de ocupação "incorporado" pelos fluxos migratórios da região Nordeste.

A sub-regionalização daí decorrente explica seja a divisão do Estado Mato Grosso e do Estado de Goiás e fornece as bases futuras para uma eventual identidade regional.

Este quadro pouco favorável no desenvolvimento regional será modificado pelas perspectivas de mudanças na forma de atuação do Governo Federal na região, pela eventual afirmação do processo ainda incipiente de desconcentração das atividades econômicas a nível nacional e pela tendência política da descentralização das receitas e dos encargos, atualmente concentrados no governo federal.

A desconcentração do capital a nível nacional, evidente em termos marginais, poderá ser acentuada tanto pela crescente conscientização do perigo do congestionamento econômico e social do Centro-Sul como pela própria diferenciação da forma de atuação do poder público e pelo atual questionamento da função do estado no balizamento da economia nacional.

As atuais limitações da capacidade de ação do Governo Federal (leia-se estrangulamento das finanças públicas e conseqüente menor capacidade de manutenção de subsídios) suscitam perspectivas de atenuamento da velocidade de expansão territorial da fronteira agrícola (entre 1980 e 1985 os níveis de incorporação foram menores que aqueles verificados entre 1975/1980) delineando-se atualmente ações voltadas para consolidação de áreas de concentração e orientação do processo de expansão. São indicadores relevantes a exaustão dos créditos subsidiados dos programas regionais criados na década de 70 e o surgimento do Programa Nacional de Irrigação, da Ferrovia Norte-Sul e do Programa Brasil-Central. Estes visualizam uma intensificação da produção agrícola em áreas mais propícias, a maior integração destas áreas aos mercados nacionais e internacional vislumbrando, embora, implicitamente, a possibilidade da modificação da política agrícola atual com eliminação dos subsídios decorrentes.

Vislumbra-se como conseqüências para a região um maior adensamento das atividades em torno dos eixos de penetração existentes, uma concentração relativa na área de influência da

ferrovia Norte-Sul e a perspectiva de conquista e/ou acesso direto aos mercados internacionais ou mesmo aos mercados nacionais alternativos (Norte e Nordeste).

A possibilidade de acesso aos mercados das regiões Norte e Nordeste poderá manter a diversificação da produção agrícola, uma vez que estas regiões não são auto-suficientes em alimentos (particularmente milho, arroz, feijão e carne).

Esta possibilidade de maior integração inter-regional, afirmando as vantagens locacionais da região Centro-Oeste abre perspectivas de uma ocupação territorial e de uma polarização diferenciada. Da atual situação de mono-polarização delinea-se uma possibilidade de multi-polarização. A autonomia regional poderia então se configurar através de uma múltipla articulação e dependência de mercados e vias de escoamento diferenciadas, diminuído o atrelamento e dependência com a região Centro-Sul.

Estas tendências poderão ser consolidadas pela perspectiva de melhor encaminhamento do processo de crescimento econômico nacional que a termo terá de contemplar com maior adequação tensões e conflitos sociais, evidentes e focos de explosão emergentes. O abastecimento alimentar das zonas de maior adensamento urbano é essencial exigindo um acréscimo substancial da produção de alimentos, que ocorrerá com maior probabilidade e facilidade pela incorporação de novas áreas. Estas estão predominantemente disponíveis no Centro-Oeste.

Novas perspectivas de desenvolvimento regional serão assim estabelecidos com base principalmente na afirmação de vocações sub-regionais diferenciadas e multi-polarizadas em torno da consolidação dos eixos de penetração e de escoamento hoje existentes.

## VI - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### 1. Parâmetros de Configuração de uma Imagem-Objetivo.

Os fatores extra-regionais terão influência determinante no futuro regional: na organização da atividade produtiva; na ocupação territorial e na articulação inter e intra-regional.

A vocação regional deve-se afirmar como produtora de grãos, carne e alimentos para os mercados nacional e internacional.

Em decorrência o principal fator de configuração do futuro da região relaciona-se com os eixos de integração inter-regional e corredores de exportação. Este fato permitirá a liberação da economia regional - do fator extra-regional mais instável a curto prazo - os subsídios decorrentes da política agrícola e de transportes.

As bases destes corredores já estão estabelecidas. A consideração de sua importância não modificará sua configuração, mas o impacto decorrente da evolução dos diferentes eixos de integração suscitará diferentes formas de polarização externa e diferentes formas da organização sub-regional das atividades produtivas.

Tomando como horizonte os próximos dez a vinte anos distingue-se quatro tipos de corredores:

- corredores consolidados;
- corredores em consolidação;
- corredores potenciais ou em formação;
- eixos de integração internacional.

A consolidação e a formação de corredores alternativos aos atuais corredores predominantes (em direção ao Centro-Sul) abre novas perspectivas à ocupação territorial, ao direcionamento de fluxos migratórios, à diversificação da base produtiva agrícola e portanto do desenvolvimento regional. (mapa 4)

As possibilidades de integração do Centro-Oeste com a região Norte (pela consolidação do corredor Araguaia-Tocantins - construção da ferrovia Norte-Sul) permitirá maior acessibilidade aos mercados internacionais e ao mercado da região Norte, que

embora de atual dimensão reduzida pode revelar-se promissor com o adensamento econômico previsto para o triângulo Belém-Marabá-São Luís (Programa Grande Carajás). Aí começa-se a delinear um polo dinâmico cuja consolidação a longo prazo deverá ser fator determinante de maior equilíbrio de distribuição territorial do desenvolvimento nacional.

A região Nordeste encerra atualmente um mercado forte dos seus (485) milhões de habitantes. Carente de alimentos, esta região é potencial consumidor de produtos agrícolas (alimentos e matérias primas), e fornecedora de insumos e bens de consumo necessários para o Centro-Oeste. Os corredores de integração inter-regional em formação (através da BR-020 / BR-242 em direção a Salvador e através do Rio São Francisco para Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) darão acesso a este mercado.

Em direção a região Norte as perspectivas de consolidação dos corredores da BR-163, da Cuiabá-Santarém e da Porto Velho-Manaus, através do rio Amazonas, permitirá uma maior acessibilidade das regiões tributárias ao mercado internacional a custos mais competitivos.

Em direção ao Centro-Sul estão consolidados os Corredores dos Cerrados (em direção ao Rio de Janeiro), de São Paulo e Paraná. Destaca-se apenas suas possibilidades de congestionamento. Neste sentido o provável acesso a curto prazo ao porto de Tubarão no Espírito Santo, pela complementação da ligação ferroviária, parece promissor.

As diferentes combinações das evoluções alternativas destes corredores é de fundamental importância para o desenvolvimento regional. A abertura de novos mercados, ou acessibilidade direta aos mercados internacionais fornece bases a diversificação da economia agrícola da região e portanto da diminuição de sua dependência aos fatores externos dos quais é tributária.

Sua consecução permite prever uma multipolarização externa, ou seja, uma diversificação de sua dependência da base industrial do Centro-Sul. Suscita também a evolução do mercado interno regional a escalas favoráveis com a implantação de uma base industrial seja para a agro-indústria (pela liberação da área de influência das agro-indústrias do Sul-Sudeste via alternativas de circuitos de comercialização) seja para bens de consumo internos. Esta base industrial externa localizada nas atuais áreas de adensamento urbano-industrial (Goiânia - Cuiabá - Campo Grande), no Norte do Estado de Tocantins, devido aos efeitos indúzidos do Pólo Belém-São Luís-Marabá e em Rondônia - Vilhena/Porto Velho.

Esta multi-polarização e a diversificação da base agrícola associada levaria a uma certa especialização sub-regional permitindo a integração intra-regional, associada a base industrial a ser estabelecida na área de Goiânia/Cuiabá/Campo Grande. (mapa 3)

As possibilidades de integração internacional se dão através de Corumbá e Guajará-Mirim. A primeira, de perspectiva mais imediata em função do aproveitamento do gás boliviano e dos efeitos induzidos, estará em formação na próxima década. O segundo, em função do potencial existente na área, estará em formação a partir do ano 2000.

O estabelecimento desta imagem-objetivo maximiza as variáveis intrínsecas ao desenvolvimento regional. Estas são, mais especificamente: minimização da dependência externa, manutenção do crescimento econômico e maximização da internalização dos benefícios, gerados pelo crescimento; reforço as tendências de descentralização e desconcentração da economia nacional e regional e afirmação de uma identidade sub-regional como ponto de partida para a construção da identidade regional.

Sua apreensão preconiza a busca de meios de influência na materialização dos fatores externos de maneira a compatibilizá-los e torná-los consequentes com esta configuração regional. Deve-se também buscar na afirmação sub-regional a estabilidade e o fortalecimento das bases de organização social de âmbito regional.

## 2. Objetivos

### 2.1. Gerais

a) Elevar a sustentabilidade do crescimento econômico.

### Específicos

- Internalizar os excedentes
- Aumentar a participação no produto agrícola de culturas perenes e de novas culturas anuais
- Instalar complexos agro-industriais e industriais
- Aumentar a produtividade e fomentar a modernização da agropecuária
- Estimular especificamente processos produtivos baseados em acumulação menos concentradora
- Redirecionamento dos fluxos migratórios rural-urbano para cidades que não sejam as capitais.

b) Integrar a região interna e externamente.

- Integrar e articular a região com mercados locais, nacionais e externos

Integrar e articular internamente a região (urbana) (rural-urbana)

Orientar a expansão da fronteira agrícola no sentido da maior acessibilidade aos mercados e do uso racional dos recursos naturais

Integrar os principais centros urbanos da região entre si e com as áreas periféricas

- Regularizar o processo de urbanização das principais cidades.

c) Incorporar a população regional ao processo de desenvolvimento

Propiciar a participação da população na gestão do desenvolvimento regional.

- Reverter o processo de marginalização
- Melhorar as condições de vida da população
- Redistribuir da melhor forma a renda gerada
- Contribuir efetivamente para um melhor nível de organização da sociedade.

Gerais

d) Implementar uma política de assentamento populacional na região

e) Buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental

Específicos

Descentralizar atividades e serviços

Dar suporte ao processo de colonização das áreas em expansão

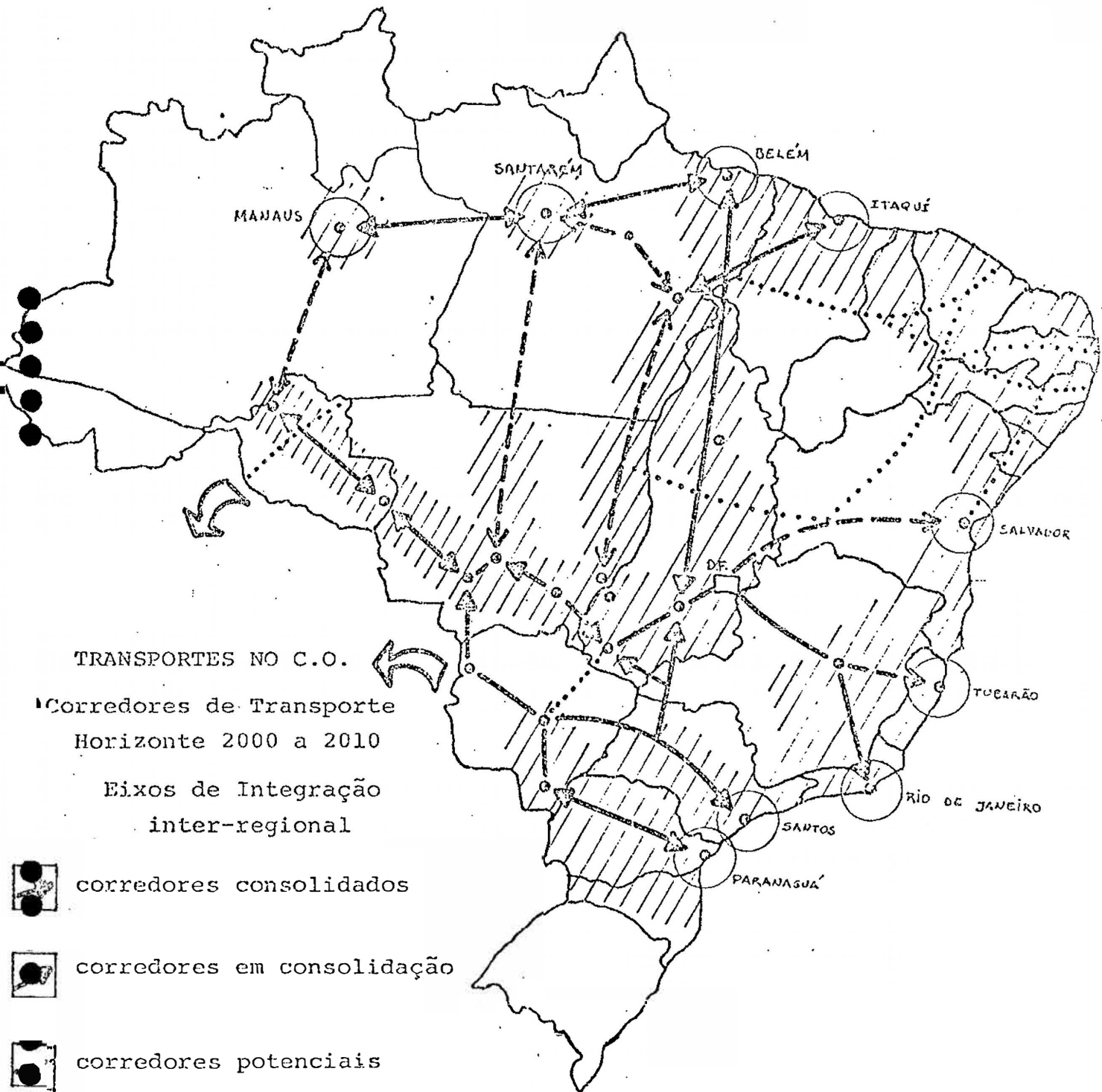
Desacelerar o crescimento de Goiânia e Brasília.

Preservar os sistemas ecológicos e evitar a poluição industrial

Aumentar o nível de fiscalização e controle das áreas de proteção

Incentivar o uso de tecnologias adequadas à região






Implementar programas de educação ambiental.



TRANSPORTES NO C.O.






Corredores de Transporte  
Horizonte 2000 a 2010

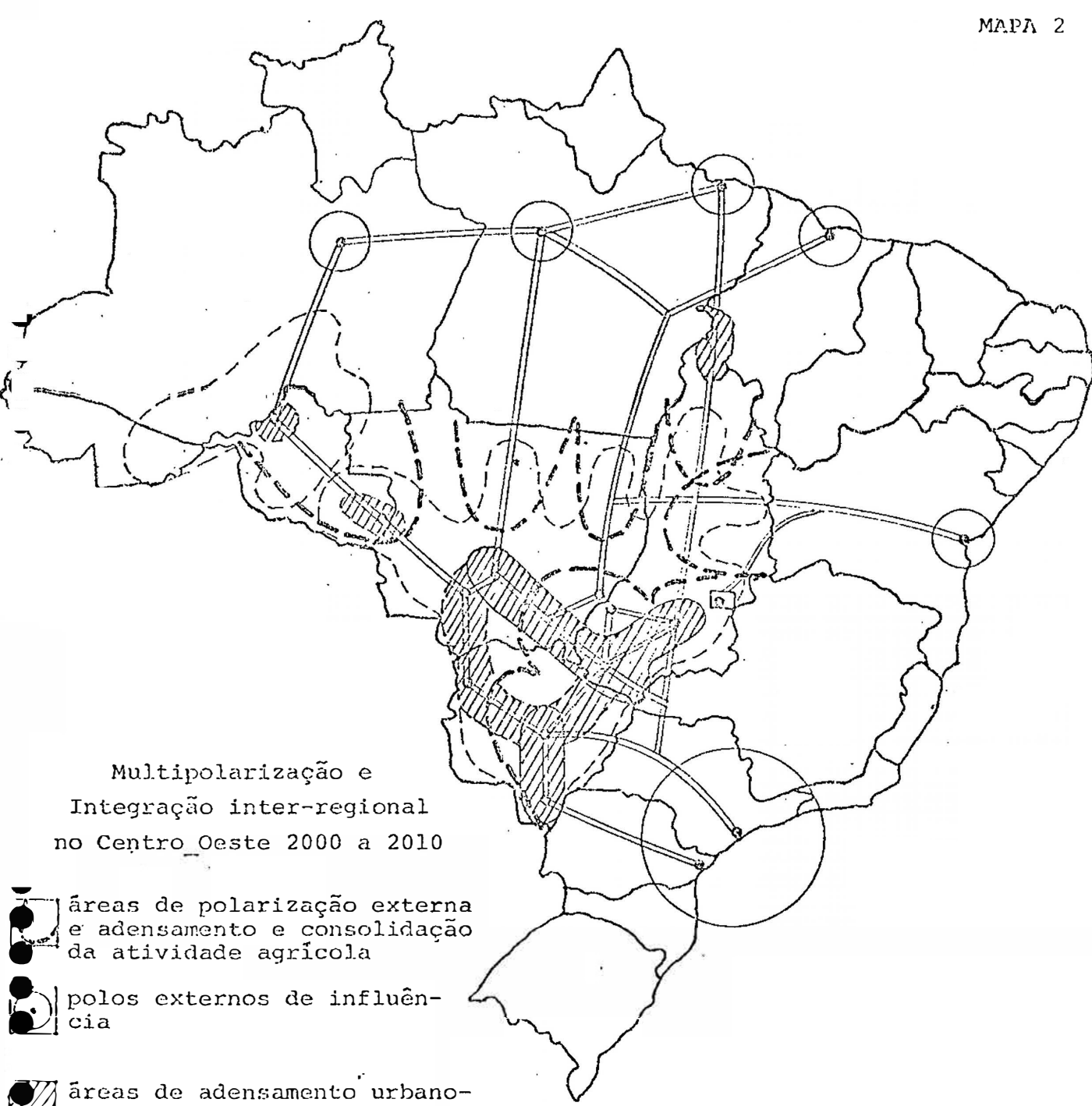
Eixos de Integração  
inter-regional

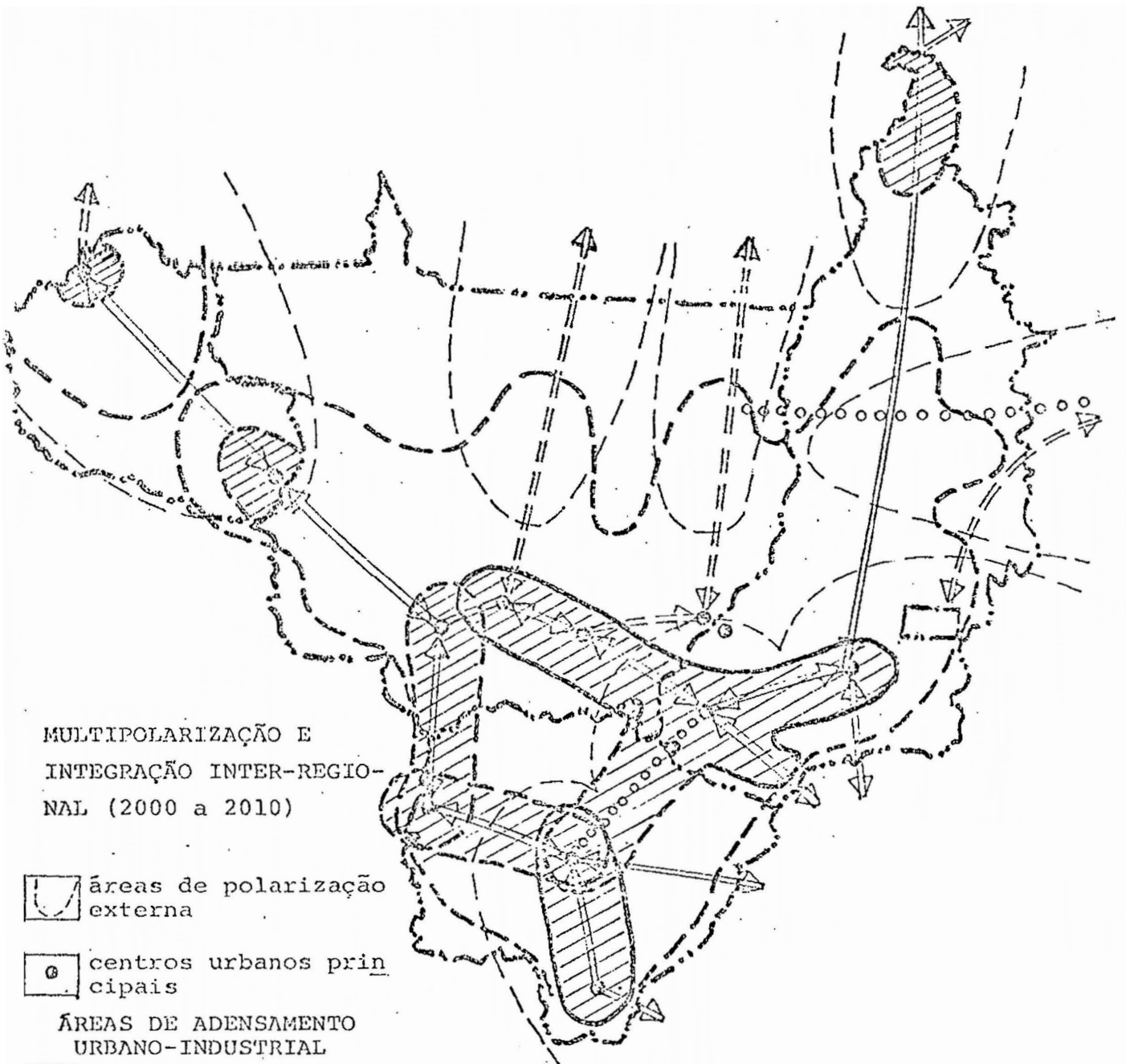
-  corredores consolidados
-  corredores em consolidação
-  corredores potenciais
-  áreas de adensamento populacional e de atividades econômicas
-  corredores de integração inter-continental




Multipolarização e  
Integração inter-regional  
no Centro\_Oeste 2000 a 2010


- 
 áreas de polarização externa e adensamento e consolidação da atividade agrícola
- 
 polos externos de influência
- 
 áreas de adensamento urbano-industrial - 1ª fase
- 
 áreas de adensamento urbano-industrial - 2ª fase
- 
 áreas de polarização intra-regional







MULTIPOLARIZAÇÃO E  
INTEGRAÇÃO INTER-REGIO-  
NAL (2000 a 2010)


 áreas de polarização externa

 centros urbanos principais

ÁREAS DE ADENSAMENTO URBANO-INDUSTRIAL

 1ª. fase

 2ª. fase

 áreas de polarização intra-regional

## VII BASES PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

### 1. Políticas de Organização Territorial

#### 1.1. Introdução

A região Centro-Oeste não é vista como uma única região, em função de suas relações com o mundo externo. São estas relações que definem o caráter do Centro-Oeste, como um conjunto de espaços descontínuados entre si.

A estratégia proposta é de consolidação dos espaços internos, procurando reverter a tendência da Região de relacionar-se, exclusivamente em função da demanda externa, para intentar o estabelecimento de inter-relações entre os diversos espaços regionais.

Visando atingir os objetivos fixados pela política de organização territorial e desenvolvimento regional, deverá ser adotado um conjunto de medidas que levem uma "consolidação dispersa" e, para que a mesma ocorra, deverão ser observados os aspectos abordados a seguir.

Para que a região Centro-Oeste possa desempenhar seu papel no contexto do processo nacional atual de desenvolvimento, é necessário que ela se reconsolide ao redor de seus espaços mais dinâmicos, e não em um único centro regional.

Esta consolidação visa orientar e dar racionalidade ao processo de expansão das atividades produtivas em geral, e ao processo de ocupação de novas áreas agro-pastoris e de exploração florestal, integrando-as funcionalmente à parcela do território regional onde existam economias de aglomeração e demais vantagens comparativas, não apenas para a comercialização dos produtos primários, mas também, e principalmente, visando algumas transformações dos mesmos.

As ações a serem desencadeadas devem levar em conta as áreas de influência de cada um dos principais centros urbanos da região Centro-oeste, bem como a maneira como estas estão estruturadas.

Considerando que o processo de urbanização em suas dimensões inter e intra-urbanos e a execução dos objetivos que se verificam sobre o território traduz-se em um modelo de organização territorial que interliga os aspectos espaciais com

o conjunto de políticas setoriais e analisando a estrutura territorial do Centro-Oeste, verificamos que:

- As cidades constituem os pontos de apoio de uma determinada configuração espacial, nas quais se concentra a maior parcela da renda gerada pelo sistema econômico da região e a maior oferta de serviços básicos às populações. Sendo assim, nestas condições, o desenvolvimento urbano tem uma ligação direta com a organização do território do Centro-Oeste.

É necessário portanto, promover a organização da rede urbana atuando num conjunto de centros selecionados e em sua área de influência, inclusive através da orientação dos investimentos públicos e privados, em consonância com objetivos regionais de desenvolvimento.

Esta política deverá orientar-se para a melhoria da qualidade de vida urbana, uma melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas e a estruturação de um sistema harmonizado com os objetivos.

É necessário orientar os investimentos, de modo a induzir o maior crescimento relativo das cidades de porte médio e dos núcleos urbanos interiorizados, iniciando um processo de consolidação dispersa.

## 1.2. Política Territorial

Dadas as peculiaridades territoriais encontradas na Região, a implementação da política territorial será proposta em função das categorias espaciais existentes prevendo-se, para elas, um conjunto de medidas diferenciadas.

As categorias espaciais da região Centro-Oeste são os espaços de influência de Campo Grande, Cuiabá, Goiânia, DF, Porto Velho e Três Lagoas (cf. Mapa 7).

Dentro de cada um destes espaços, aplicando-se as diversas categorias de política territorial, define-se as intervenções necessárias para a consecução da imagem-objetivo proposta.

Além disso, outros centros urbanos foram selecionados para serem contemplados com intervenções, por terem condições de se localizarem como elementos estruturadores dos seus espaços imediatos e tornarem-se pontos de integração dentro da região.

### 1.3. Categorias da Política Territorial

#### Consolidação do processo de dinamização.

Centros urbanos localizados nas proximidades do polo nacional (São Paulo) têm, em função desta mesma proximidade, maiores condições para atrair implantações industriais que em função das deseconomias que já se fazem sentir no polo, tenderiam a se deslocar em direção a periferia. Trata-se, portanto, de planejar e orientar a efetivação de um processo de desconcentração que já se manifesta de maneira espontânea.

#### Áreas de Dinamização.

São aquelas para as quais se pretende orientar o processo de internalização do desenvolvimento. Os centros urbanos que se localizam nesta área são pontos mais afastados em relação ao "core" nacional e não teriam, embora isto não seja de todo impossível, as mesmas facilidades para receber esse "excedente" de indústrias.

Com a dinamização de suas economias, estes centros poderiam representar o papel que lhes é reservado no processo de interiorização do desenvolvimento e, conseqüentemente, dinamizar suas áreas de influência. O uso adequado das potencialidades regionais e sua posição estratégica são, portanto, fatores decisivos no desenvolvimento destes centros, tornando-os menos dependentes das metrópoles nacionais.

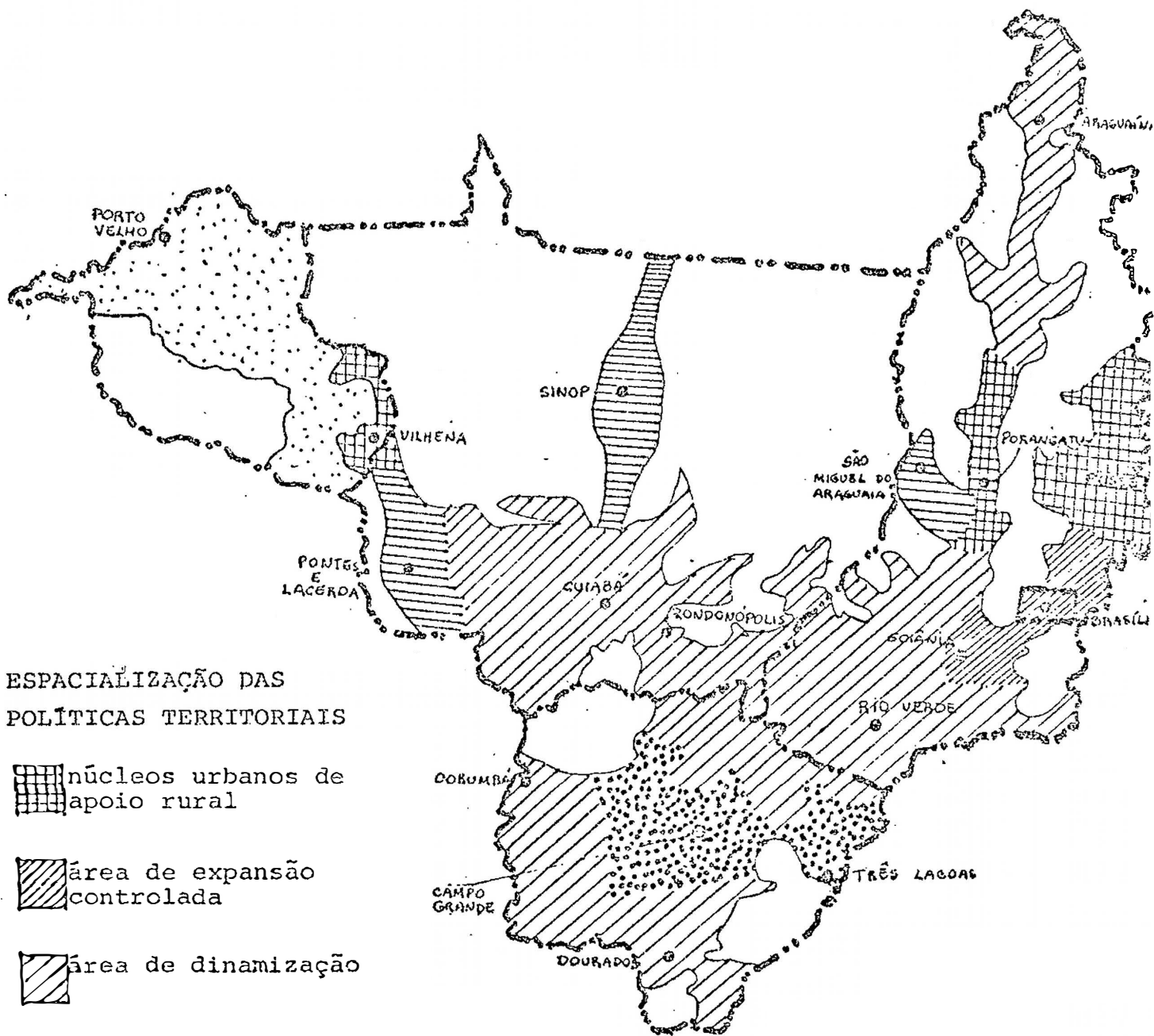
#### Áreas de Expansão Controlada.

Para estas áreas o processo de urbanização encontra-se dinâmico e crescente, recebendo grande fluxo migratório. Estas áreas oferecem condições adequadas para servir de base a um processo de desconcentração de aglomeração populacional.


#### Núcleos Urbanos de Apoio Rural.


São centros que servem de apoio ao processo de colonização, e induzem o surgimento de postos rurais/urbanos, para atendimento às populações rurais. Esses centros deverão ser dotados de infra-estrutura básica compatível com as necessidades da população pré-existente e a ser fixada.


A dinamização da economia local representa um fator importante para a preservação e crescimento destes centros.





ESPAIALIZAÇÃO DAS  
POLÍTICAS TERRITORIAIS


 núcleos urbanos de  
apoio rural

 área de expansão  
controlada

 área de dinamização

 área de consolidação  
do processo de dinamização

 núcleos urbanos de  
apoio rural

 área de influência de  
Porto Velho

### Núcleos Urbanos de Apoio Rural Especiais.

Para estes centros a definição é a mesma dos núcleos urbanos de apoio rural, acrescentando ainda que: estes centros possuem funções especiais (turística, integração, apoio à colonização e área de fronteira) e portanto são áreas determinadas em função das programações de âmbito setorial do governo.

#### 1.4. Instrumentos de Política Territorial

Para que as políticas sugeridas sejam implantadas, se faz necessária a mobilização de um conjunto de instrumentos que atuando, articulada e integradamente, permitam a consecução dos objetivos fixados para a região Centro-Oeste:

1. programas de capacitação de recursos humanos de interesse municipal;
2. formação de equipes técnicas multi-disciplinares nos municípios selecionados;
3. reestruturação administrativa dos municípios, fortalecendo seus instrumentos fiscais e financeiros, a fim de elevar sua capacidade de arrecadação e, conseqüentemente, de financiamento de seus investimentos;
4. fortalecimento do planejamento a nível dos espaços de influência dos municípios e capitais estaduais da região Centro-Oeste, garantindo a complementação funcional para cada um desses espaços, a partir de suas respectivas potencialidades econômicas.

#### 1.5. Aplicação.

Limitações de ordem teórica e de tempo, nos levaram a selecionar alguns centros urbanos com suas respectivas áreas de influência que pudessem refletir os objetivos propostos para o desenvolvimento regional.

Para a seleção dos centros foram considerados os seguintes elementos:

- proporções de subsistemas urbanos macro-regionais;
- posição espacial relativa;
- hierarquização dos sistemas urbanos;

- municípios selecionados pelo Programa CPM II ou seja - Cidades de Porte Médio e Desenvolvimento Nacional;

- municípios que serão beneficiados com a implantação de grandes projetos na região, como as ferrovias Norte-Sul, Oeste-Leste e a da Produção.

- municípios que teriam a função de articular, concentrar e facilitar a produção da região, para exportar para outras regiões ou internacionalmente; e

- proporcionar uma rede de sistemas urbanos que articulasse a região como um todo.

Assim sendo, sugerimos a aplicação das políticas urbanas e seus instrumentos para os seguintes centros urbanos e suas respectivas áreas de influência.



NÚCLEOS URBANOS E SEUS SUB- SISTEMAS	CATEGORIAS			NÚCLEOS URBANOS DE APOIO RURAL	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO RURAL ESPECIAIS	OBSERVAÇÕES
	ÁREA DE EXPANSÃO CONTROLADA	ÁREA DE DINAMIZAÇÃO	ÁREA DE CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE DINAMIZA- ÇÃO			
GOIÂNIA	X					- Ordenamento territorial para melhor aproveitamento das potencialidades dos vários centros desta parte da região
BRASÍLIA	X					- Ordenamento territorial para melhor aproveitamento das potencialidades dos vários centros desta parte da região
PORANGATU		X				- Importante centro de articulação do centro do estado de Goiás e deverá ser reforçado com a implantação da Norte-Sul.
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA					X	- Potencialidade de articulação entre o Norte do estado de MT e o estado de GO, além do reforço à função turística que vem exercendo.
POSSE				X		- Posição Estratégica - Principal acesso à região Nordeste.
CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE		X				- Centro candidato a "CPM" - Grandes potencialidades de internalizar o desenvolvimento na região.
RONDONÓPOLIS		X				- Potencialidade deste centro de articulação com Goiânia e Cuiabá.
CÁCERES		X				- Fortalecer o sistema de Cuiabá - Posição estratégica de articulação com a Bolívia.
PONTES E LÁCERDA					X	- Centro estratégico de articulação da região, encontra-se em áreas de fronteira além de estar próximo às áreas de colonização
CAMPO GRANDE		X				

cont inua...

continuação.

NÚCLEOS URBANOS E SEUS SUB- SISTEMAS	CATEGORIAS			NÚCLEOS URBANOS DE APOIO RURAL ESPECIAIS	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO RURAL ESPECIAIS	OBSERVAÇÕES
	ÁREA DE EXPANSÃO CONTROLADA	ÁREA DE DINAMIZAÇÃO	ÁREA DE CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE DINAMIZA- ÇÃO			
CORUMBÁ	X					- Articulação com os países vizinhos, principalmente com a Bolívia. - Articulação com Campo Grande e Cuiabá
DOURADOS	X					- Grande importância de articulação no Sul do estado de MS.
TRÊS LAGOAS	X					- Fortalecimento do sistema de Campo Grande e das Ligações c/ Campo Grande, Jataí, Rio Verde e Goiânia.
RIO VERDE	X					- Potencialidades de "CPM" e articula- ção com estado de Mato Grosso do Sul.
VILHENA				X		- Articulação do Sul de Rondônia com a região Centro-Oeste, que deverá ser reforçado com a Ferrovia Oeste-Leste.
ARAGUAÍNA	X					- Potencialidade de "CPM", de se tornar centro importante no novo estado de Tocantins e pela sua posição estraté- gica de poder articular-se com o Nor- te do país.

Obs.: Estas categorias de políticas territoriais estão graficadas no Mapa \_\_\_

## 2. Aspectos Sociais e Institucionais

### 2.1. Gestão Social

A reversão de uma tendência de crescimento dentro de um processo acumulativo interregional, para uma intervalorização, não é uma tarefa fácil. É evidente a necessidade da planificação para acelerar tal mudança. Distante se propõe basicamente uma melhor organização da sociedade integrada aos organismos institucionais.

Os dois primeiros segmentos, apresentados a seguir, resultam fundamentais para a explicação do modelo de organização da sociedade e os aspectos institucionais, molas mestras neste modelo para a efetivação de nossa proposição de indução social da população residente. A primeira parte é uma tentativa de sintetizar a característica do modelo de crescimento econômico predominante na região (concentrador e excludente) e o segundo, dentro de uma visão teórica, baseia-se em postulações consideradas plenamente válidas, que coloque o desenvolvimento social ao lado do crescimento econômico, tendo ambos o mesmo grau de importância. Visualiza-se assim o hiato existente na Região Centro-Oeste.

Os segmentos seguintes tratam de estratégias mais concretas no sentido de viabilizar e operacionalizar, na região, a organização da sociedade integrada (buscar uma identidade regional) com o fortalecimento dos organismos institucionais. Neste contexto a SUDECO ganha uma dimensão significativa para que a mesma se posicione como entidade realmente representativa da região e que promova o desenvolvimento regional em perfeita integração com as comunidades organizadas.

### 2.2. Características Gerais do Modelo Atual de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Parece evidente que o crescimento econômico da Região Centro Oeste baseado num modelo excludente da sociedade interna residente na região. Os indicadores demonstram, juntamente com o aumento da produção, a tendência concentradora e exportadora de rendas para os grandes centros do País.

A economia básica (produtos primários) não tem levado em conta nem mesmo as necessidades de consumo interno de alimentos para a sua população. A modernização da atividade agropecuária está ligada diretamente com os mercados dinâmicos do Centro Sul e exterior. Os efeitos de multiplicação da renda na região em

detrimento do crescimento econômico têm sido incipiente. Os próprios equipamentos e insumos efeitos geradores de Renda, basicamente, são importados e o produto in-natura exportado, quando não é reimportado beneficiado e/ou semi-industrializado.

Sendo assim, a internalização dos rendimentos na Região atualmente está a nível de algum emprego direto e/ou indireto gerado e os impostos pagos ao tesouro estadual (ICM). Diga-se de passagem que até o incremento da PEA/Rural, em função do aumento de áreas cultivadas dos chamados modernos agricultores capitalistas, não tem sido proporcional, isto é, apresenta tendência de redução da mão de obra ocupada. Via de regra a utilização do trabalhador rural, nesses casos, se dá numa primeira fase, sendo tais contingentes liberados à medida que o nível ideal de mecanização se ajusta ao empreendimento.

Entretanto o maior fator da evasão contínua da população rural parece ser a concentração fundiária aliada à essa mecanização agrícola. Esta fusão reduz sensivelmente o poder de fixação do trabalhador rural no campo, em função da otimização do valor da produtividade marginal cuja direção de tais contingentes parece ser as zonas de ocupação mais recente e centros urbanos.

Tais efeitos são potencializados pelo alto índice de sucursalização de terras da Região. Este fato reforça a tese do caráter Neo-Bandeirantismo da expansão da fronteira agrícola na Região. É fácil entender que os objetivos e decisões da Economia da Região obviamente não são tomadas aqui. Até a intervenção governamental (Infra-estrutura e Incentivos Fiscais) tem sido no apoio a grandes estabelecimentos, ampliando a ação de concentração de renda e fundiárias.

Nesse contexto de crescimento econômico a Sociedade, tem sido apenas participante involutária sem direcionar ou mesmo intervir em objetivos. Assiste-se em síntese um crescimento econômico real de fato, mas com uma velocidade de repartição da renda geral interna muito aquém da desejável, cujo resultado mais imediato é a urbanização crescente de cidades sem um suporte econômico viável de sustentabilidade de tais aglomerados.

É urgente e fundamental a comunidade tomar consciência de tal situação e reivindicar ações efetivas na tentativa de reverter essa tendência indesejável regionalmente. Considerando que o desenvolvimento pleno regional parece não se efetivar de forma espontânea e sequencial ao crescimento econômico, o modelo de planificação tem que ser reorientado no sentido de apoiar e estimular a formação de uma economia de caráter eminentemente regional, cujos frutos serão, mais ou menos, em função do nível organizacional da sociedade interna.

### 2.3. Um Modelo de Inclusão Social

As estratégias do desenvolvimento regional que assegurem resultados eficientes deve implicar, além do crescimento econômico, e da autonomia política da Região, em uma crescente inclusão social ao processo de repartição da riqueza e de participação na tomada de decisão. Isto obviamente levando em conta as limitações que se tem a nível de alocação de recursos e da política econômica nacional.

Em outras palavras, o desenvolvimento regional não é independente de tais fatores; ao contrário é um resultado deles, já que o processo da tomada de decisão relacionado com a alocação de recursos resulta fundamental para garantir a nível regional, os recursos que respaldem os distintos projetos para o desenvolvimento. Esta alocação de recursos depende em grande parte da capacidade de negociação da região, que por sua vez responde a uma prévia organização social. Portanto, esta capacidade é um elemento importante na configuração de qualquer estratégia de desenvolvimento regional.

A estratégia que contemple uma inclusão social e o fortalecimento do aparato institucional para a Região Centro Oeste é bem mais complexa. Em primeiro lugar, isto tem que ver com a pouca Identidade Regional, existente e que dificulta a participação social, e estruturação e organização das comunidades. Qualquer plano de desenvolvimento deve considerar interdependência entre o crescimento econômico e a participação social. Assim, há que se analisar o nível de organização social existente na região para reformular e, inclusive, propor alternativas novas neste sentido, que possa funcionar como motor do desenvolvimento. Isto deve também incluir uma série de condições institucionais que possam servir de apoio à gestão social. De acordo com isto, e considerando o que deva representar uma estratégia, que vise lograr o desenvolvimento da Região Centro Oeste, o mais importante é incorporar a população regional ao processo de desenvolvimento, fortalecendo sua capacidade de negociação. Isto se supõe seja a base regional de onde surgirá as diretrizes principais do desenvolvimento regional, e não ao contrário, sendo a política regional decidida por agentes externos sem nenhuma vinculação direta com região, não havendo, portanto, interesse em desenvolvê-la.

O importante é a comunidade se organizar através de diferentes associações com objetivos concretos, que busquem gerar uma resposta aos problemas a níveis regionais, que muitas vezes não têm melhores respostas institucionalmente.

Estas estratégias se dirigem basicamente ao desenvolvimento de duas alternativas que consideramos fundamentais:

a) Promover a organização social, gerando como consequência o aumento da capacidade de negociação da região, estabelecendo uma dinâmica relação entre as instituições e as organizações sociais.

b) Fortalecimento do aparato institucional presente na Região Centro-Oeste indicando a relação que deve existir entre ambas.

#### 2.4. Organização da Sociedade Regional

Ao abordar-se a organização da sociedade regional, evidencia-se uma grande preocupação, isto é, qual o nível de organização existente?

Na realidade, pouco se sabe sobre o estágio atual da organização social da região, porém, estima-se que o estágio em que se encontra a mesma não lhe permite fazer frente à marginalização que sofre diante do processo de desenvolvimento, que no momento a tem totalmente excluída das decisões a respeito do tipo de desenvolvimento que a mesma venha pretender.

É indiscutível a necessidade de que a sociedade regional deva se organizar, assumindo assim sua condição de sujeito na busca do desenvolvimento e que tenha presente sua participação como elemento fundamental para consegui-lo.

No sentido de assegurar e facilitar o desencadeamento de um processo de participação da sociedade nas decisões sobre o planejamento de seu desenvolvimento, faz-se necessário que o estado, através de suas instituições planejadoras, assumam uma postura receptiva e estimuladora de uma novo comportamento social.

Sem que obrigatoriamente se rotule ou se tipifique modelos organizativos, deve-se propor para região algumas indicações de estruturas que venham servir de elemento viabilizador de efetiva participação social.

Neste presente instrumento, pretende-se sugerir formas de organização, voltadas para as atividades de planejamento, onde, de modo concreto, a sociedade possa vir a ter corresponsabilidade pelo seu destino.

Para que a ação participativa da comunidade nas atividades relativas ao planejamento do seu desenvolvimento se dê nos níveis decisórios do planejamento, sugere-se que:

- No município, se crie uma forma de organização que contemple a participação dos mais diversos grupos comunitários organizados e que, através de seus representantes em conjunto com representantes do poder político-administrativo municipal, decidam sobre as soluções mais apropriadas aos problemas dos Municípios;

- a nível de estado, se estructure, uma organização (comissão ou comitê, etc); que abrigue os diversos segmentos organizados da sociedade estadual (sindicato, associações profissionais, associação de empresários etc.) e que tenham poder de crítica e sugestão a respeito das políticas oficiais, encaminhadas pelos técnicos em planejamento, representantes do estado, bem como pela autoridade política estadual;

- se institua, a nível regional, uma organização - como um conselho, por exemplo - que congregue os diversos representantes dos estados oriundos das organizações estaduais, que regularmente discutam as políticas estaduais de desenvolvimento, com o poder público. Tais representantes atuariam junto à Instituição Regional de Desenvolvimento responsável pelas políticas regionais, participando de forma efetiva na definição de políticas, programas e ações, que visem o desenvolvimento do Centro-Oeste.

## 2.5. Organização Institucional

Com o retorno ao planejamento regional nesta década, busca-se corrigir problemas graves até então cometidos. -Dentre os mesmos, podemos citar a separação do sujeito (Governo) e do objeto (Região), considerando a região incapaz, sem direito a conduzir seu destino.

Na tentativa de superar este erro, vislumbra-se neste exercício a transformação da região Centro-Oeste de objeto para sujeito, ou seja, descentralizar e dar autonomia à região, com aumento da sua capacidade de decisão.

Para tanto, a nível federal algumas alterações fazem-se necessárias, na medida em que a Superintendencia do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, SUDECO - a exemplo de outras instituições regionais - está esvaziada no cumprimento de seu papel de coordenação do desenvolvimento regional, uma vez que ressentir-se de não efetuar a contento, a integração com os

estados que compoem a região, instituições a nível estadual e federal, e ministérios setoriais.

Cabe salientar, que o desmembramento ocorrido com o Ministério do Interior, limitando sua função no que diz respeito às ações voltadas ao desenvolvimento, refletiu diretamente na Superintendência, considerando que a mesma mantém vínculos hierárquicos.

Desta forma, o que hoje se verifica é que a SUDECO encontra-se sem respaldo político necessário para atender às reivindicações estaduais, com dificuldades para elaborar/negociar políticas regionais, na medida em que não detém o poder de decisão, assim como o próprio Ministério do Interior, devido sua atuação ser feita nível horizontal com os Ministérios Setoriais.

No momento em que a sociedade regional esteja incorporada ao processo de planejamento em sua totalidade, com sua conseqüente integração à SUDECO, de forma a fortalecer a participação conjunta ao nível central, nos parece claro que, no estabelecimento do desenvolvimento nacional, haja a adequação efetiva das políticas nacionais às regionais, com decisão e controle nas mais diversas questões referentes à região.



### 3. Políticas Econômicas

#### 3.1. Introdução

As políticas regionais de desenvolvimento têm como parâmetros as políticas macroeconômicas e de desenvolvimento nacionais. Além disso, elas devem ser os meios de se atingir os objetivos de elevação do nível de vida da população regional, considerando-se as peculiaridades sócio-econômicas de cada sub-região, bem como as suas potencialidades e os seus pontos de estrangulamento específicos.

Portanto, existem três esferas de abrangência que devem ser consideradas na elaboração das políticas: a esfera nacional, a regional e a microeconômica.

Por âmbito nacional, entendemos as políticas macroeconômicas globais do país, no que se refere à moeda, tributação, crédito, câmbio; assim como as políticas setoriais de desenvolvimento;

Por esfera regional, entendemos aquelas políticas elaboradas regionalmente, que permitem atingir objetivos regionais de desenvolvimento, articulados com as políticas nacionais.

Já no âmbito microeconômico, consideramos os projetos de implantação ou de ampliação de unidades produtivas que venham ao encontro dos objetivos e das políticas regionais, para as quais se deve ter critérios definidos de enquadramento e prioridade.

Por outro lado existem distintos instrumentos de execução dessas políticas: os fiscais, os creditícios e os institucionais, que evidentemente devem ser utilizados, coerentemente, entre si, tanto em âmbito nacional como regional.

#### 3.2. Políticas Nacionais (globais e setoriais)

Considerando-se que as políticas nacionais globais e setoriais afetam, direta e indiretamente, todas as regiões do país, aquelas deveriam se caracterizar por sua estabilidade e por sua coerência com objetivos nacionais de curto e de médio prazo.

Portanto, as políticas nacionais deveriam ser decorrentes de uma estratégia de desenvolvimento de médio e

longo prazo do país, sendo que mesmo as políticas de curto prazo deveriam estar inseridas naquelas.

As políticas federais também deveriam manter perenidade em aspectos macroeconômicos essenciais tais como:

- executar uma política monetária contida, que expanda a base monetária e os meios de pagamento, proporcionalmente, ao crescimento real da economia, preservando as funções básicas da moeda de meio de troca, padrão e acumulador de valores.

- praticar taxas de juros reais, preferencialmente de acordo com o mercado interbancário, que estimulem a poupança interna e desestimulem a formação de estoques especulativos e o consumo acelerado;

- controlar o déficit público, de modo a utilizá-lo como instrumento anti-recessivo de forma seletiva, e não sendo administrado por ele;

- utilizar uma política cambial realista, que não sobrevalorize a moeda nacional e desestimule as exportações;

- estabelecer um estatuto que defina claramente os critérios de ingresso de capitais externos, em termos setoriais, de participação nos empreendimentos, de remessa de lucros, de distribuição de dividendos, de reinversões dos resultados, de incentivos, de permissão para importações e de compromissos de exportação;

- preservar a vitalidade e a credibilidade do sistema financeiro nacional;

- assegurar a competitividade entre os agentes econômicos em todos os setores e em todas as estruturas de mercado, não permitindo o clientelismo e o favorecimento de grupos ou de pessoas;

coibir o abuso do poder econômico nos setores oligopolizados, estimulando a concorrência entre as empresas, e a busca constante do aperfeiçoamento empresarial e tecnológico nesses setores;

- não permitir o corporativismo e a acomodação na esfera estatal, deixando que as consequências da economia de mercado incidam totalmente sobre as estatais e buscando eficiência e eficácia máximas na administração direta;

programar os investimentos públicos em função dos objetivos estratégicos do país e dentro das disponibilidades do orçamento fiscal e dos orçamentos das estatais;

- estabelecer normas gerais para a economia do país, evitando ao máximo a regulamentação e as exigências burocráticas sobre os agentes econômicos;

- estabelecer políticas gerais que estimulem a criatividade e a competitividade entre as empresas, assegurando que o mercado premie os mais competentes e puna os ineficientes;

permitir o acesso da economia ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas, notadamente nos setores de tecnologia de ponta;

- praticar políticas de comércio exterior que busquem a obtenção de saldos comerciais pelo incremento das exportações, não pela substituição de importações;

- definir claramente as atribuições e as responsabilidades dos órgãos e entidades públicas, que atuam na área econômica, evitando as superposições e as omissões de funções;

± executar as políticas de desenvolvimento nacionais em articulação e de forma coordenada com as entidades regionais de desenvolvimento.

### 3.3. Políticas Regionais

#### a) Globais:

As políticas globais de desenvolvimento devem ser as seguintes:

- criação de uma entidade regional que sirva de interlocutor das aspirações da região, e que tenha capacitação de gestionar e negociar recursos de financiamento e de risco, públicos e privados, para empreendimentos prioritários. Essa entidade deveria substituir outras entidades já existentes na região, de modo a evitar superposição de funções e uma melhor coordenação e eficácia das políticas de desenvolvimento. Essa entidade, necessariamente, deveria ser composta por técnicos do setor público (SUDECO, Governos Estaduais, Fundações, etc.), por representantes do setor privado de todas as atividades (agropecuárias, indústria e serviços) e por representantes das universidades da região, naquelas áreas vinculadas direta ou indiretamente a área econômica (pesquisa básica, desenvolvimento de novos produtos, novos materiais e novos processos, tecnologia agrícola, etc);

- caberia às entidades participantes (Governos Estaduais, universidades e associações de classe empresariais) o custeio das equipes técnicas que realizariam pré-investimentos, estudos iniciais de viabilidade de empreendimentos, anteprojetos de atividades prioritárias, que posteriormente seriam negociadas junto a órgãos de fomento e a empresas públicas e privadas, nacionais ou internacionais (BNDES, BIRD, BID, PETROBRÁS, Empresas Privadas de outros centros e empresas internacionais);

- a essa entidade também caberia a coordenação e o direcionamento de todos os incentivos fiscais, creditícios e institucionais já existentes ou que venham a ser obtidos através de estudos de viabilidade e de negociações desenvolvidas com o governo federal. Atualmente, esses incentivos estão dispersos, não tem critérios de prioridade e nem são coerentes com objetivos estratégicos, que também inexistem na região;

-- essa entidade deveria realizar um amplo levantamento dos incentivos já existentes na região e no país (Amazônia Legal, Befiex, linhas de financiamento de médio e longo prazos, isenções fiscais de produtos exportados, etc.) e dispensar os inúteis (por exemplo: pesca no centro-oeste) os inócuos (os que são insuficientes como incentivos). Também propor as entidades federais outros incentivos mais consistentes e normatizar de forma simplificada, desburocratizada e transparente os incentivos que permanecerem;

a política de incentivos deve ser norteada no sentido de apenas eliminar desvantagens comparativas da região, para empreendimentos prioritários ao seu desenvolvimento. Não devem ser usados de forma indiscriminada, para simplesmente viabilizarem o uso da região como "fábrica" de lucros artificiais, até mesmo porque o momento por que passa o país, não permite o mau uso das receitas fiscais e das transferências inter-regionais de recursos;

- nesse sentido, cabe lembrar que os incentivos devem ser temporários, ou seja, durarem o tempo suficiente para os empreendimentos se desenvolverem de forma auto-sustentada, para que possam usufruir das vantagens e enfrentar os ônus da economia de mercado. Não se pode esquecer, que apoiar o desenvolvimento não é promover o assistencialismo e nem proteger a ineficiência, pois estas sempre resultam em um saldo negativo para a sociedade como um todo. Embora se saiba, que historicamente, um prazo de dois anos é suficiente para se eliminar desvantagens comparativas dos investimentos iniciais em regiões mais atrasadas, esses prazos não devem ser rígidos. Mas de qualquer modo, os incentivos devem ser utilizados de forma contratual, caso a caso, e revisados permanentemente para se avaliar a eficácia dos mesmos;

- também é importante salientar, que quando se concede incentivos a qualquer empreendimento, isso implica numa obrigação recíproca, da parte quem os usufrui, em gerar uma riqueza quantificável em um determinado período de tempo. Portanto os projetos incentivados (notadamente os grandes) devem se analisados, caso a caso, e implicarem em obrigações recíprocas, explícitas e por tempo determinado;

- as ações de fomento regional devem ser interiorizadas e articuladas, com os agentes econômicos do interior da região. Em Brasília deve, no máximo, ficar um pequeno escritório de contato com os órgãos federais. Os quadros técnicos devem estar em Goiânia, Cuiabá, Campo Grande, em Rondônia e nos maiores municípios da região, para melhor interiorizarem a sua ação. Atualmente, se verifica o contrário, ou seja, uma alta concentração em Brasília e uma pequena presença no interior. Isso não serviu sequer para um melhor relacionamento com o Governo Federal, haja vista o esvaziamento dos órgãos de desenvolvimento regional. Por outro lado, a presença em Brasília afasta a entidade dos Governos Estaduais e facilita a ação direta destes com os ministérios;

- para sediarem uma região em desenvolvimento, os governos estaduais devem investir na capacitação dos seus quadros técnicos, desmobilizar ativos improdutivos, suprimir órgãos inúteis e superpostos, combater a sonegação e reservar pelo menos 30% das suas receitas para investimentos em infraestrutura social e econômica, apoio à tecnologia e, se possível, até para participação acionária minoritária temporária, em empreendimentos de alta relevância para a região.

## b) Setoriais

### Agrícola

. Modernização, uso racional de fatores de produção vinculadas ao crescimento, com o equilíbrio ecológico em função do aspecto social;

. utilização de terras mediante a seleção de zonas prioritárias;

. sugerir ao MIRAD uma tributação progressiva sobre as terras improdutivas;

. investimento, em grande escala, em pesquisa e tecnologia agropecuária;

TABELA 3.22

NOVA INDÚSTRIA DO NORDESTE  
BALANÇA COMERCIAL POR GÊNERO, SEGUNDO ORIGEM DE  
IMPORTAÇÕES E DESTINO DE EXPORTAÇÕES - 1977  
(Cr\$ 1 000 de 1977)

GÊNERO (POR USO PREDOMINANTE)	SALDO (X - M)	SÃO PAULO (A)	RESTO DO PAÍS (B)	SUB-TOTAL	EXTERIOR	TOTAL (E=C + D)
<b>A. BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL</b>		<u>2 142 033</u>	<u>2 348 981</u>	<u>4 491 014</u>	<u>4 742 051</u>	<u>9 233 065</u>
Mobiliário		-24 938	22 639	-2 299	-1 947	-4 246
Produtos Farmac. e Veterinários		-34 719	17 023	-17 696	91 705	74 009
Perfumarias, Sabões e Velas		-39 807	-603	-40 410	-1 225	-41 635
Têxtil		<u>2 097 834</u>	<u>1 446 922</u>	<u>3 544 756</u>	<u>654 229</u>	<u>4 198 985</u>
Vestuário, Calçados e Artefatos de Te- cidos		6 659	609 484	616 143	22 596	638 739
Produtos Alimentares		202 618	238 458	441 076	4 009 241	4 450 317
Fumo		-39 834	-5 879	-45 713	-165 580	-211 293
Editorial e Gráfica		-25 781	13 951	-11 830	-718	-12 548
<b>B. BENS INTERMEDIÁRIOS</b>		<u>4 425 628</u>	<u>1 702 171</u>	<u>6 127 799</u>	<u>-965 868</u>	<u>5 161 931</u>
Minerais Não Metálicos		167 637	326 519	494 156	94 124	588 280
Metalúrgica		1 156 223	-12 333	1 143 890	-56 648	1 087 242
Madeira		40 547	58 898	99 445	-12 405	87 040
Papel e Papelão		67 649	136 013	203 662	-13 220	190 442
Borracha		743 632	71 164	814 796	-375 102	439 694
Couros, Peles e Similares		80 744	115 255	195 999	165 566	361 565
Química		2 369 026	707 531	3 076 557	-686 386	2 390 171
Matéria Plástica		-199 830	299 124	99 294	-81 797	17 497
<b>C. BENS DE CONS. DURÁVEL E CAPITAL</b>		<u>676 726</u>	<u>571 213</u>	<u>1 247 939</u>	<u>63 456</u>	<u>1 311 395</u>
Mecânica		95 342	103 297	198 639	-9 422	189 217
Material Elét. e Comunicações		647 619	372 408	1 020 027	71 723	1 091 750
Material de Transportes		-71 976	18 887	-53 089	-267	-53 356
Diversos		5 741	76 621	82 362	1 422	83 784
<b>D. INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL</b>		<u>294 042</u>	<u>337 726</u>	<u>631 768</u>	<u>94 601</u>	<u>726 369</u>
<b>TOTAL</b>		<u>7 538 428</u>	<u>4 960 091</u>	<u>12 498 519</u>	<u>3 934 240</u>	<u>16 432 759</u>

FONTE: Pesquisa Direta (SUDENE/BNB), 1978.

integração a nível de exploração das atividades agrícolas, pecuárias e florestais;

. utilização do crédito rural como instrumento seletivo para estimular atividades produtivas;

. apoio à modernização tecnológica;

. estímulo aos pequenos e médios produtores para aumentar a produção alimentícia.

#### Industrial e Mineral

. Diversificação, da atividade industrial, com ênfase às indústrias que gerem maior valor agregado;

. apoiar a implantação de indústrias dinâmicas;

. elevação da capacidade de processamento de matérias-primas de origem florestal e agropecuária, com tecnologia em escalas competitivas para os mercados nacionais e até internacionais, produção de insumos e equipamento para o setor;

. apoio as pequenas e médias empresas, como forma de acelerar a integração industrial;

. buscar a viabilização da implantação de grandes projetos, com efeitos a montante e a jusante (refinarias de petróleo, indústrias de aglomerados, papel e celulose e máquinas agrícolas).

#### Serviços

. Busca de eficiência do serviço público, ampliando a participação de governos locais, regionais, federal e até agentes privados em áreas que atualmente são de responsabilidade federal;

. Prioridade imediata para os projetos de restauração, conservação e reequipamento da infra-estrutura existente;

. ampliação da rede rodoviária vicinal como elemento básico para a integração funcional do sistema regional de transporte;

- . operacionalizar os corredores consolidados;
- . incrementar o investimento em corredores em vias de consolidação;
- . investigação e proposta de alternativas de corredores em formação;
- . apoio ao desenvolvimento e comercialização de tecnologias adequadas ao suprimento de energia às unidades industriais de pequeno e médio porte;
- . transformação de empresas estaduais concessionárias de energia elétrica em companhias energéticas, ampliando seu campo de interesse ao conjunto de fontes energéticas disponíveis.

#### 3.4. Políticas Micro-econômicas

De acordo com os objetivos pré-fixados para atingir o desenvolvimento da Região Centro-Oeste como um todo, cuja principal finalidade é a de melhorar o nível de vida da população, se requer o estabelecimento de critérios de alocação de recursos que priorizem a eficiência e a eficácia social dos projetos produtivos receptores ou beneficiários dos mesmos.

A valorização social implícita nos objetivos devem ser traduzidas de forma que permitam identificar, medir e apoiar as iniciativas privadas que dêem melhor resposta ao bem estar da comunidade. Para isto, é necessária a utilização de técnicas que permitam quantificar os custos e benefícios, que para a sociedade, implica toda a aplicação de recursos. Para tornar eficaz um mecanismo de avaliação social de projetos, é preciso efetuar um estudo que recorra, de forma adequada, às prioridades dos agentes de desenvolvimento regional e traduzí-los em preços sociais. Isto permitiria racionalizar o uso dos recursos escassos que dispõe o Estado e as entidades regionais de desenvolvimento, considerando também a própria escassez de capital como falta de produção.

Devido ao caráter limitado dos recursos públicos a alocar, dever-se-á estabelecer prioridades na seleção das iniciativas a apoiar, para as quais são sugeridos os seguintes critérios:

##### Caso 1

Os projetos com um VAL (Valor Atual Líquido) social negativo, ou seja, que não cumprem com os objetivos de



desenvolvimento definidos para a região, não serão assistidos e inclusive deverão ser desestimulados.

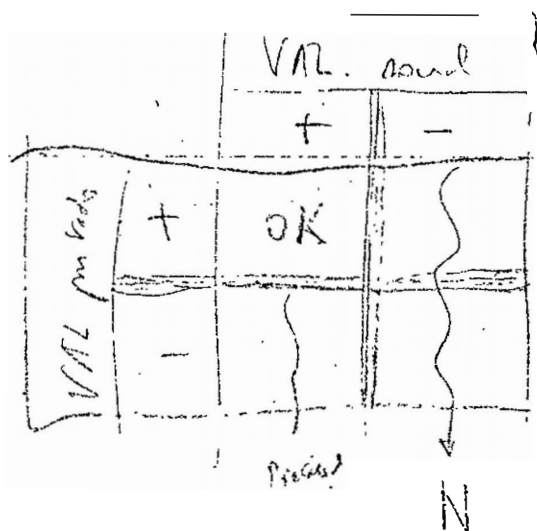
### Caso 2

Os projetos com um VAL social positivo e um valor privado também positivo; obteriam apoio estatal nos casos em que por algum motivo, não existe interesse privado, ou existindo esse interesse, seja necessário um impulso inicial para a concretização do empreendimento. Em geral, se os benefícios para o empresário são razoavelmente positivos, pode esperar-se que o projeto seja implementado sem uma transferência de recursos da sociedade.

### Caso 3

Uma terceira situação seria no caso de projetos com um VAL social positivo e um VAL privado negativo, ou seja, quando os mesmos são desejáveis do ponto de vista da sociedade mas não oferecem atrativos para o investidor privado. Estes casos devem ser estudados de tal maneira a poder determinar se a aplicação de recursos dos organismos estatais em apoio ao agente privado não redunde em uma redução dos benefícios sociais.

A identificação e apoio aos projetos produtivos, que contribuam à consecução dos objetivos do desenvolvimento da região, é uma tarefa imprescindível na qual o Estado e os organismos regionais devem um apoio muito importante. Isto significa destinar recursos para a realização de diversos estudos (parâmetros de contas nacionais e regionais, projetos, etc.) e para a implementação dos projetos. A seleção dos projetos a assistir não pode perder de vista nunca os princípios de eficiência e eficácia social.



## Objetivos do Desenvolvimento Regional

### Elaboração de fatores

de conversão de preços --> Avaliação de --> Recursos --> Seleção de  
de mercado a preços projetos disponíveis projetos a  
sociais produtivos pela socie- incentivar  
dade.

VANS	VANP	Caracterização do Projeto
< 0	> 0 e < 0	Não desejável
> 0	> 0	Desejável
> 0	< 0	Desejável (com restrições).

#### 4. Orientações Programáticas

Os objetivos estabelecidos anteriormente neste trabalho, deixam claro por sua própria natureza a formulação e explicitação seu caráter de estabelecer um planejamento e programação de longo-prazo.

É sem dúvida uma atitude política ousada e que busca recuperar esta modalidade de planejamento. Ademais carrega consigo a proposição de romper com a visão do crescimento econômico puro e simples, colocando-se em franca contraposição ao buscar, propor e estabelecer um processo que melhore a distribuição espacial e social da renda e que seja menos concentrador.

Desde logo fica claro que a formulação dos objetivos gerais e específicos está calcada numa compreensão da formação econômica regional, do seu processo desordenado de abertura de fronteiras agrícolas e dos inúmeros problemas por ele gerados, do seu agravamento e da necessidade de sua superação. Assim coloca-se a questão da Reforma Agrária como pano de fundo sobre a qual, a partir de uma densa política de suporte global, irá se estabelecer o fortalecimento da base econômica regional e o conseqüente sucesso dos programas ligados a Agropecuária, Indústria, e suas articulações Rurais Urbanos.

É a partir do estabelecimento da Reforma Agrária a ser implantada, sobretudo no primeiro momento nas áreas de conflito pela posse da terra, que se chegará às bases de uma produção que se desenvolva descentralizada e assim possa alcançar objetivos de diversificação de culturas, de uso e aproveitamento racional dos recursos naturais e do solo.

Por outro lado é necessário uma ampla avaliação das Políticas, Programas e Projetos já definidos, cujos efeitos fazem-se sentir intensamente na região. Somente assim será possível redefinir e compatibilizar objetivos nacionais através de ações adequadas aos objetivos regionais. Para tanto faz-se necessário o fortalecimento da instituição regional de planejamento e desenvolvimento, elevando-a a poder de decisão junto aos Ministérios e organismos setoriais federais. Pois, se é bem verdade que deve-se adequar os objetivos regionais aos nacionais, também não é menos verdade que decisões nacionais que possam vir a ter efeitos negativos sobre a região, devam imediatamente ser suspensas. Esse fortalecimento só advirá na medida em que se busque a articulação intra-regional em dois níveis: institucional legitimando-se junto aos órgãos estaduais de planejamento e desenvolvimento, e; politicamente, ao nível governamental. Assim, fortalecida internamente, poderá, no plano



extra-regional a partir de uma prática de negociação tornar-se buvida, respeitada e acatada.

A seguir, são explicitados alguns temas passíveis de orientar a elaboração de programas:

- Reorganização fundiária;
- diversificação e modernização da agricultura, com incorporação de lavouras permanentes;
- apoio aos pequenos e médios proprietários;
- implantação e consolidação de indústrias de primeiro beneficiamento, a nível de pequenos núcleos urbanos;
- implantação e consolidação de indústrias mótizes em polos de desenvolvimento definidos;
- desenvolvimento da pesca, piscicultura e da indústria pesqueira;
- fortalecimento institucional e político da região;
- incremento do associativismo e cooperativismo;
- desenvolvimento e apoio às comunidades indígenas;
- desenvolvimento urbano;
- meio ambiente;
- educação, saúde, saneamento básico;
- energia, transportes, comunicações, entre outros.

Desta forma, através da perfeita definição e elaboração de programas específicos e complementares, poder-se-á conduzir a Região Centro-Oeste a um processo de desenvolvimento integrado, aliado a um crescimento econômico equilibrado.

Com isto, a conjunção do aumento da riqueza da região, da fixação do homem no campo, a melhor distribuição de renda, a diversificação agrícola e a melhoria da pecuária - permitirão à Região romper as barreiras que hoje lhe são impostas a assumir não só seu papel no que se refere ao desenvolvimento nacional como também criar uma identidade regional que lhe permita assumir seu real papel no cenário nacional.